

Joelson Gonçalves Pereira

**O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE CORUMBÁ-MS:
IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO**



2015

Equipe EdUFGD/2010
Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira
Programação visual: Marise Massen Frainer

CONSELHO EDITORIAL

Edvaldo Cesar Moretti - Presidente
Wedson Desidério Fernandes
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Guilherme Augusto Biscaro
Rozanna Marques Muzzi
Fábio Edir dos Santos Costa

A presente obra foi aprovada de acordo
com o Edital 04/2010/EdUFGD. Os dados
acima referem-se ao ano de 2010.



Capa/Projeto gráfico: Marise Frainer

Revisão: Raquel Correia de Oliveira

Normalização bibliográfica: Wanessa Gonçalves Silva

Imagens da capa: Foto 1 (em preto e branco): Aspecto do porto de Corumbá, à margem do rio Paraguai, no início do século XX.

Foto 2 (colorida): Vista parcial do porto, com destaque para a Casa Vasquez & Filhos, em 2015, crédito: Joelson G. Pereira.

Diagramação, impressão e acabamento: Triunfal Gráfica e Editora | Assis | SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD.

P436p Pereira, Joelson Gonçalves
O patrimônio ambiental urbano de Corumbá-MS: identidade e preservação. / Joelson Gonçalves
Pereira – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
190p.

ISBN: 978-85-8147-093-1

Possui referências

1. Patrimônio ambiental urbano. 2. Corumbá, MS. 3. Identidade. I. Título.

CDD – 981.726

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD.
© Todos os direitos reservados conforme a Lei nº 9.610, de 1998.

Gestão 2015/2019
Universidade Federal da Grande Dourados
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD
Coordenação editorial:
Rodrigo Garófallo Garcia
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Cynara Almeida Amaral, Raquel Correia de Oliveira,
Tiago Gouveia Faria e Wanessa Gonçalves Silva
Programação visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Rodrigo Garófallo Garcia - Presidente
Marcio Eduardo de Barros
Thaise da Silva
Marco Antonio Previdelli Orrico Junior
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi
Rogério Silva Pereira
Luiza Mello Vasconcelos

*Jerusalém, cidade tão bem edificada,
que forma um tão belo conjunto!*

Salmo 121, 3

*Aos meus pais Teresinha e José Edmo,
Aos meus filhos Paulo José, Pedro Henrique e João Paulo,
À minha vida, Gladslayne...*

... com carinho e amor tão intensos quanto o calor de Corumbá!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Capítulo 1 O AMBIENTE NO CONTEXTO DE RELAÇÕES CULTURAIS	19
Capítulo 2 AS RELAÇÕES ENTRE UMA ORDEM SOCIAL E UMA ORDEM INSTITUCIONAL	29
Capítulo 3 A CULTURA MATERIAL DAS CIDADES	35
Capítulo 4 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA GEOGRAFIA DE CORUMBÁ	43
Capítulo 5 O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE CORUMBÁ	53
Capítulo 6 INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE CORUMBÁ	117
Capítulo 7 A PRODUÇÃO DA CIDADE E OS DESAFIOS À PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	137

Capítulo 8

O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA PARA UMA NOVA RELAÇÃO
PATRIMONIAL POSSÍVEL

177

BIBLIOGRAFIA

181

INTRODUÇÃO

Em muitas cidades do mundo verifica-se, sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial, um esforço devotado à reabilitação da cultura material em benefício de uma melhoria da qualidade ambiental urbana, configurando-se, por conseguinte, em fator favorável ao desenvolvimento local.

Especialmente na Europa, essa preocupação teve uma participação decisiva nos esforços de reconstrução de um continente debilitado pelas consequências da Segunda Guerra. O prevalemento da restauração material no propósito da reconstrução de suas cidades semi-destruídas propiciou a manutenção de uma rica cultura material acumulada pelo processo histórico e que representa a própria identidade urbana de uma Europa conservadora na valorização do antigo e do vernacular, embora aberta à inovação tecnológica.

Esse legado cultural e sua valorização enquanto bem patrimonial constituem um dos fatores que propiciaram a própria recuperação econômica daquele continente. Basta lembrar que a partir do pós-guerra o turismo ascende como uma das principais economias da Europa, favorecido em grande parte pelos atrativos urbanos da cultura material, ainda hoje responsáveis pela maioria dos fluxos de turistas que visitam o continente.

Dentre as cidades europeias, Paris se destaca como um exemplo onde a cultura material, sobretudo aquela expressa pela arquitetura, constitui importante indutor de civilização capaz de determinar sua identidade espacial e atuar como fator de qualificação ambiental urbana, ao mesmo tempo que contribui, em grande medida, para seu importante fluxo de visitantes.

Na capital francesa, a qualidade ambiental urbana, auxiliada pela preservação da cultura material, faz com que não apenas os monumentos, edifícios ou certos espaços públicos, mas toda a cidade se constitua em atração ao turista. Uma situação que se converte em

desenvolvimento local, por conta do dinamismo empreendido à sua economia através da geração de empregos, receitas e tributos.

Em nível de Brasil, nos casos onde houve intervenções que visassem à preservação do patrimônio e valorização do ambiente urbano, via de regra, foram deflagrados com o objetivo de promoção do turismo cultural, catalisador de desenvolvimento e geração de emprego e renda. Não obstante, tais exemplos ainda constituem exceção em um país onde a preservação e conservação dos bens culturais encontram-se ainda muito distantes de se tornarem uma realidade ideal.

Ainda que discursos voltados à preservação do patrimônio brasileiro já sejam audíveis no campo governamental – uma vez que o Estado reconhece oficialmente a importância desse patrimônio e sua preservação – e em alguns segmentos sociais, há, no entanto, uma dificuldade em projetá-lo ao alcance das políticas públicas, para que se converta em prática e em benefícios, de forma efetiva. Esta constatação evidencia, em certo modo, uma visão estreita com que o tema sempre foi tratado, o que impediu e ainda impede vislumbrar a preservação da cultura material como importante viés para a prática da cidadania, da qualidade ambiental e do desenvolvimento social e econômico.

Apesar de constituírem raros remanescentes de uma cultura material que por muito tempo foi submetida ao interesse do capital, cuja expansão e acumulação em boa medida se processaram às custas de construções, demolições e reconstruções urbanas, os bens culturais existentes no Brasil ainda são penalizados por políticas públicas de preservação ineficientes e, sobretudo, por uma visão preconceituosa de uma maioria desinformada da população que os concebem pejorativamente como “coisas velhas”, símbolo de atraso e, no caso em que a sua preservação é garantida oficialmente por tombamento, entrave aos processos de desenvolvimento e modernização.

Por esta situação, percebe-se uma sociedade desejosa em despir-se de sua própria imagem, o que pode ser entendido como um aut preconceito, uma vez que esses mesmos bens culturais constituem nada mais que a expressão material de sua própria identidade, criada a partir da interação estabelecida entre a estrutura social e o seu espaço. Verifica-se, portanto,

um preconceito pela própria civilização que se engendrou ao longo do tempo e que tem nesses objetos culturais sua representação mais explícita. Sob este aspecto, reporta-se ao exposto por Pires (2003) acerca dessa condição brasileira: “[...] nós não temos orgulho de nossa civilização, de tudo o que construímos, do nosso legado cultural. Isso nos faz débeis, nos faz subpovo aos olhos internacionais”.

Prossegue este mesmo autor, referindo-se à situação como elucidativa pelo fato de os atrativos turísticos apresentados pelo Brasil se resumirem praticamente a seus recursos naturais, os quais, por serem na maioria comuns aos existentes em outros lugares – praia, sol, florestas e montanhas não são atributos naturais exclusivos do Brasil – onde as vantagens oferecidas aos visitantes são maiores, a exemplo da questão da segurança, e acabam contribuindo para a inexpressiva quantidade de turistas recebida anualmente pelo país.

Daí a preservação de bens culturais constituir, em dias atuais, uma preocupação cada vez mais crescente à medida que se ampliam também, em sentido oposto, os efeitos relacionados à massificação e padronização cultural da atual sociedade global. A defesa pela preservação do patrimônio assume um caráter de resistência a esse processo, o que eleva a importância dada a esses bens, de modo a serem tratados não mais como meros referenciais da história e do passado, mas como fator de identidade de uma sociedade e de um lugar.

O ambiente urbano equivale à escala espacial do lugar. Neste sentido, há que se considerar que a cultura material nele existente deve estar relacionada antes à dimensão do cotidiano, sendo motivo de interesse ao seu habitante. Caso isto ocorra, esta se tornará atrativa também ao visitante, favorecendo o fluxo turístico. Nesta perspectiva, a cidade de Paris, pela preservação de sua cultura material, antes de ser agradável e atrativa aos visitantes, é motivo de satisfação, bem-estar e aprazibilidade ao seu próprio habitante.

A capacidade do ambiente urbano se constituir fator de promoção turística é apenas consequência da interação estabelecida entre este e seu habitante. Nesse sentido, a análise deve centrar atenção sobre o sistema de relações que envolvem os aspectos da cultura material garantidores da identidade espacial urbana e o conteúdo social que lhe confere significado. Isto pode ser conseguido ao se considerar os bens culturais inseridos em uma

conceituação mais abrangente, qual seja, a de patrimônio ambiental urbano, tema profícuo a uma abordagem sobre cidade enquanto produto de uma relação social que se efetiva em formas materiais que expressam traços de uma civilização urbana construída ao longo do processo histórico.

Cabe considerar que o patrimônio ambiental urbano, representado pela arquitetura, espaços públicos e meio natural constitui marco fundamental na determinação da personalidade de um lugar, garantindo, portanto, sua diferenciação ante as demais unidades espaciais. Logo, a cidade tem nos elementos que integram essa cultura material um importante mecanismo de defesa, face às ações hegemônicas externas de padronização, como, por exemplo, a reprodução de códigos de obras, de posturas, planos diretores, ou mesmo a produção multisseriada de materiais construtivos, os quais, à medida que são empregados, suprimem a personalidade urbana, conferindo a diferentes lugares paisagens cada vez mais similares.

Essa questão da identidade espacial sempre se colocou como uma das principais pertinências do campo da geografia, ao mesmo tempo em que constitui uma premissa intrínseca à definição de suas diferentes categorias de análise. Região, paisagem e lugar, por exemplo, têm em comum o fato de constituírem unidades espaciais objetificadas por uma singularidade. Dada a impossibilidade de uma abordagem holística do espaço totalitário, a viabilização das análises geográficas sempre se pautou no estabelecimento de recortes espaciais sobre o todo. Não sem motivo a geografia chega a ser definida como o estudo da individualidade dos lugares, conforme sugere a análise regional, ou da diferenciação de áreas, como propõem os estudos de paisagem (MORAES, 2003). O certo é que a análise geográfica incide na compreensão de um espaço total constituído de unidades singulares, definidas por suas características peculiares que lhes conferem uma identidade.

Neste sentido, a abordagem do patrimônio ambiental urbano, ao beneficiar uma análise da cultura material como expressão da personalidade do lugar, compromete-se com o propósito de uma preocupação geográfica que trata a identidade espacial como uma questão

central ao desenvolvimento do conhecimento geográfico, sendo ao mesmo tempo intrínseca ao seu próprio objeto de investigação.

Essas considerações são refletidas nos propósitos da presente abordagem, cuja investigação privilegiou a análise da identidade espacial na perspectiva da problemática que envolve a preservação da cultura material urbana enquanto elemento que assiste à definição da personalidade do lugar. Com este intuito estabeleceu-se como unidade espacial de análise a cidade de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, lugar de grande expressividade em termos de cultura material representada principalmente por sua arquitetura e fisiografia, e onde as condições de preservação – e mesmo de qualidade ambiental urbana – inerentes à realidade brasileira se reproduzem com fidelidade.

Convém ressaltar que a cidade de Corumbá ainda conserva, sobretudo em seu sítio de ocupação mais antiga, um notável conjunto arquitetônico de expressão eclética e *art-decô*, cuja densidade é capaz de dispor este local como um fato raro, em nível de Brasil, de identidade espacial definida pela representatividade de sua cultura material arquitetônica. Essas edificações foram erguidas entre o final do século XIX e início do século XX, auge da função de Corumbá como centro urbano articulador da economia regional do antigo Mato Grosso, por sua condição de porto estratégico que mediava a relação comercial entre o longínquo estado e o restante do mundo via navegação pelo rio Paraguai.

Atualmente, esses edifícios constituem um importante fator de identidade que a cultura material impõe à cidade. Independente da localização (centro/periferia), do uso (comercial/ institucional/residencial) ou da classe social de seus proprietários, verifica-se um quase consenso enquanto linguagem arquitetônica empregada nesses edifícios, capaz de demonstrar uma preocupação com a noção de conjunto e com a unidade que predominou na cidade em outros tempos.

Seja na região do porto, onde a quase totalidade dos imóveis ainda conserva muito de suas formas originais, em face de uma renovação urbana incipiente, ou na área central, sobretudo aquela ocupada pelo comércio onde os prédios mais antigos encontram-se mesclados com edifícios mais modernos, constata-se que tais imóveis são suficientes para conferir

uma noção de conjunto na concepção ambiental e que se converte em importante marca da personalidade urbana local.

O conjunto arquitetônico e paisagístico de Corumbá representa hoje uma das mais importantes expressões culturais do estado de Mato Grosso do Sul, daí a defesa por sua preservação alcançar relevância regional e também nacional, uma vez que constitui materialização do processo histórico desenvolvido na fronteira oeste do Brasil.

As primeiras reflexões sobre a necessidade de preservação daquilo que se denominavam “antigos casarões” da cidade (GUIZZO, 1979) emergem em nível estadual, no final da década de 1970. Tal interesse alcançou a anuência oficial, culminando com a definição de um perímetro que incluiu o sítio mais antigo da cidade, o qual foi definido como área de tombamento por um decreto municipal de 1985, ato posteriormente ratificado pelo IPHAN que em 1992 incorporou a mesma área como pertencente ao patrimônio histórico artístico nacional.

Entrementes, passadas quase duas décadas após o decreto do tombamento, verifica-se que tal medida não foi suficiente para garantir a efetiva preservação do conjunto. Avalia-se que sua importância, circunscrita ao campo formal, é, ainda ausente de plena equivalência no campo prático. Alheio a qualquer determinação legal, um conjunto de fatores, que vão desde a ação do tempo até a ausência de fiscalização estatal, conspira contra a ideia de preservação, resultando em sucessivo abandono, má conservação, modificações das formas originais das fachadas.

Por estes vários aspectos elencados, observa-se em Corumbá uma sobreposição de atributos de ordem arquitetônica, histórica, artística e fisiográfica que em conjunto conferem notoriedade ao seu patrimônio ambiental urbano e, por conseguinte, transfiguram-se em marcas proeminentes da identidade do lugar, permeados por fatores que se contrapõem ao ideal de sua preservação.

A cidade é um artefato, coisa feita, fabricada pelo homem, e como todo artefato é, ao mesmo tempo, produto e vetor de relações sociais, lembra Meneses (1983). Tal consideração converte-se em importante medida na compreensão da realidade inerente ao patrimônio

ambiental urbano de Corumbá, o qual constitui uma realidade objetiva, porém impossível de inteligibilidade quando descolado da estrutura social da qual emerge como resultado de relações.

Essa situação suscita a preocupação com os fatores de identidade espacial e qualidade ambiental da cidade de Corumbá, que, na ótica da cultura material, estão diretamente subordinados à preservação e valorização de seu patrimônio ambiental urbano. Considerando tal premissa, pode-se destacar esta leitura como uma contribuição às reflexões quanto ao papel desempenhado pela cultura material na definição da identidade urbana e a importância de sua preservação, com suporte no planejamento, à promoção do desenvolvimento local.

Com vistas a esses propósitos, a presente obra foi desenvolvida como um esforço em responder a dois questionamentos distintos e correlatos: o quê preservar e como preservar. O propósito da primeira questão consistiu em caracterizar os elementos materiais presentes na cidade de Corumbá, representativos do seu patrimônio ambiental urbano, ensejando inclusive uma abordagem mais sistemática definida pela realização de um inventário sobre o acervo arquitetônico digno de preservação. A segunda questão devotou-se à compreensão da valorização desses bens patrimoniais que se efetiva em diferentes formas pelas quais ocorre a relação da estrutura social com a cidade, possibilitando, por conseguinte, a designação de pressupostos favoráveis à preservação do patrimônio ambiental urbano de Corumbá como atributo notável de identidade espacial e de civilização urbana.

O esforço em responder a esses questionamentos ocorre mediante o encaminhamento de duas hipóteses: a primeira estabelece que a preservação dos valores ambientais e patrimoniais urbanos de Corumbá depende do desenvolvimento de uma consciência coletiva da sociedade local, pelo qual estes possam ser reconhecidos como bens preserváveis. A segunda considera que essa preservação depende de uma ação mais incisiva do poder público no trato de uma gestão patrimonial.

Ancorados nas proposições que referenciam o problema da preservação do patrimônio ambiental urbano de Corumbá, os resultados dessa leitura se apresentam estruturados nos

capítulos que seguem, os quais contemplam, em seu conjunto, os propósitos de investigação realizada.

O primeiro capítulo evidencia “O ambiente no contexto das relações culturais”, expondo conceitualmente o interacionismo simbólico que existe entre a estrutura social e a materialidade do mundo exterior. Tal perspectiva lança luz ao entendimento dos esquemas de valoração, de sentido e de representação pelos quais são articulados os esquemas de comportamento que expressam o caráter da relação entre a estrutura social e a materialidade que compõe o patrimônio ambiental urbano.

No segundo capítulo, são tratadas as considerações sobre a importância de uma ordem institucional pública que, mediante instrumentos de normatização e regulamentação por ela operados, institui, mesmo que conceitualmente, um controle sobre as relações que os atores sociais estabelecem com a cidade. Tal consideração conduz ao entendimento de que a organização do ambiente urbano resulta de uma relação conduzida simbolicamente pela estrutura social para com o meio, mais a organização dessa relação arbitrada por uma ordem institucional.

O terceiro capítulo estabelece o conceito de patrimônio ambiental urbano, enfatizando seu reconhecimento na estrutura urbana mediante valores potencialmente qualificados como capazes de designar certas formas materiais como bens preserváveis. A leitura prossegue destacando as motivações que se colocam no centro do interesse por sua preservação, com ênfase às questões relacionadas à memória urbana, ao sentimento de pertença e à identidade espacial.

As considerações referentes à área estudada são introduzidas pelo capítulo quatro. Este apresenta uma leitura que incide sobre a caracterização geográfica da cidade de Corumbá e enfatiza os principais aspectos de sua natureza urbana, os quais comprovam a pertinência dessa unidade espacial como objeto de análise favorável à construção do conceito de patrimônio ambiental urbano.

O capítulo quinto apresenta o resultado da realização de uma abordagem sobre a cidade, no objetivo de caracterizar aquilo que consiste seu patrimônio ambiental urbano,

partindo-se de um esforço investigativo de caráter documental, cartográfico e bibliográfico, associado à realização de levantamentos de campo. Essas atividades tiveram o propósito de realizar de uma descrição não restrita apenas a um levantamento das formas materiais potencialmente qualificadas como bens preserváveis, mas sim de uma abordagem que considerasse o patrimônio ambiental urbano como uma construção cultural, no sentido de constituir produto de uma relação simbólica operada sobre o meio ao longo do processo histórico. Tal perspectiva de abordagem concorreu para que esse levantamento fosse superior a um simples inventário da fisiografia, da arquitetura, dos espaços públicos, enfim, das formas materiais representativas da identidade urbana, de modo que proporcionou também a reconstituição da história que se efetivou nesse patrimônio e do entendimento sobre a forma como ele se insere no contexto atual das relações sociais.

No sexto capítulo, é apresentado o resultado de um levantamento empírico no qual se propôs a realização de um inventário sobre o patrimônio arquitetônico da cidade. Tal inventário constitui uma caracterização do acervo arquitetônico de Corumbá, que procede de um levantamento cadastral de campo, realizado entre os anos de 2003 e 2004, cujo produto foi posteriormente organizado em um banco de dados digital, operacionalizado por sistema de informações geográficas.

O sétimo capítulo expõe os desafios da preservação do patrimônio ambiental urbano de Corumbá, no contexto de uma produção urbana marcada por conflitos de ordem social e urbanística. Abordado sob o aspecto de uma construção e de uma desconstrução urbana, motivadas pela ascensão de uma crise social, associada à perda de uma eficácia institucional na regulação normativa do espaço urbano, o tema descreve as principais evidências do comprometimento dos elementos representativos da identidade espacial da cidade, o que contribui para a redução dos valores potencializadores de uma qualidade ambiental e dos atributos expressivos à definição da personalidade do lugar, encontrados na fisiografia do sítio urbano, na relação social com o espaço público e na forte expressão do seu conjunto arquitetônico.

Por fim, o oitavo capítulo apresenta alguns encaminhamentos possíveis para a valorização do patrimônio ambiental urbano da cidade, os quais consistiriam num “despertar” para uma nova consciência de preservação em que sua cultura material possa constituir num viés de desenvolvimento urbano local.

Capítulo 1

O AMBIENTE NO CONTEXTO DE RELAÇÕES CULTURAIS

Jacó, partindo de Bersabéia, tomou o caminho de Harã. Chegou a um lugar, e ali passou a noite [...] Serviu-se como travesseiro de uma das pedras que ali se encontravam, e dormiu naquele mesmo lugar. E teve um sonho: via uma escada, que, apoiando-se na terra, tocava com o cimo o céu [...] No alto estava o Senhor, que lhe dizia: “Eu sou o Senhor (...) darei a ti e a tua descendência a terra em que estás deitado [...] Estou contigo [...] e não te abandonarei sem ter cumprido o que te prometi”.

Jacó, despertando do seu sono, exclamou: [...] Quão terrível é este lugar! É nada menos que a casa de Deus [...]. No dia seguinte, pela manhã tomou Jacó a pedra sobre a qual repousara a cabeça e a erigiu como estela, derramando óleo sobre ela. Deu o nome de Betel (Casa de Deus) a este lugar”.

Gênesis 28, 10-19.

Antes de iniciar qualquer movimento em direção à compreensão do objeto proposto – patrimônio ambiental urbano – faz-se necessário situar o ponto de partida do caminho a ser percorrido no seu processo de análise, o qual importará enfatizar, primeiramente, a estruturação da subjetividade que, no campo prático da vida cotidiana, define a relação estabelecida entre indivíduo e mundo real, especialmente em relação aos objetos. Neste propósito, a perspectiva de abordagem incide sobre o campo específico da cultura material – enquanto subcategoria de análise do denso universo exploratório da cultura – a qual está relacionada “[...] àqueles elementos cuja expressão material apresenta enquanto parte do ambiente, do tecido urbano, do habitat humano e do cotidiano” (GERALDES, 2004).

A despeito de qualquer pretensão no intuito de designar uma conceituação definitiva e consensual acerca de algumas manifestações operadas no campo social, que se organizam a partir dos objetos que compõem essa cultura material, a exemplo de valor, significado, memória e identidade, vale o propósito de lançar luz a estas noções fundadoras que entrevêm na relação social, as quais definem o patrimônio ambiental urbano.

Para iniciar esta compreensão, sugere-se que seja restabelecida a noção sobre a dualidade existente entre natureza e cultura: a primeira enquanto entidade real, objetiva, pré-existente, e a segunda, considerada no seu aspecto mais pertinente e elementar, a de constituir um fator estritamente humano, sendo por isso, talvez, o atributo subjetivo mais específico da condição humana. Como forma de enfatizar a incidência de uma sobre a outra, cabe considerar uma observação sumária: sem a incidência da cultura a natureza é insignificante. Isto no sentido mais puro e restrito do termo insignificante, cuja raiz etimológica sugere “ausência de significado”, consideração que reforça o que prefere Meneses (2003): “as coisas só têm sentido em situação”.

A natureza não reconhece em si mesma a sistematização das estruturas que a compõem, isto constitui um aspecto estabelecido pela cultura. Através da cultura o homem atribui ao mundo físico exterior uma organização estabelecida por classificações, modelos, tipologias, padrões, conceitos, esquemas, codificações, etc. Essas organizações mentais possibilitam ao homem dispor de uma capacidade de legibilidade de todo o mundo exterior que o rodeia. Sem esse aspecto “ver” o mundo exterior seria tão confuso quanto contemplar um mosaico em que as posições das peças não compusessem um todo coerente.

Num caráter mais pragmático, a partir do momento em que a organização mental, operada pela cultura, atribui uma coerência à complexidade do mundo real, objetivando as coisas que o compõem, denominando-as, conceituando-as, classificando-as, identificando suas propriedades... o homem passa a conhecer seu objeto de ação e, assim, a se relacionar com ele. Como essa relação é cultural seu resultado será sempre acompanhado de representação. Dessa operação deriva a sistematização da realidade cujo resultado consiste na produção do conhecimento, que permite ao homem agir sobre o mundo, de modo a transformá-lo em favor não apenas de suas meras necessidades orgânicas (caráter biológico), mas também de suas necessidades produtivas (caráter econômico), de seus interesses (caráter ideológico) e de

suas representações (caráter simbólico). Conforme afirma Laraia (1986) ao citar Kroeber, “[...] superando o orgânico, o homem de certa forma se libertou da natureza” de modo que, pela cultura, sua relação com o mundo exterior “[...] passou a depender muito mais de um aprendizado do que a de agir através de atitudes geneticamente determinadas”.

Esta concepção ganha coro na geografia cultural de Claval (2004) para quem a cultura, ao racionalizar a ação humana sobre o ambiente, permite que seja ampliada sua capacidade diante de possibilidades meramente instintivas:

Reduzido à programação biológica que recebe, o homem não seria nada: o papel do instinto em nossa existência não é desprezível, e as aptidões que a cultura desenvolve estão inscritas em nossos genes, mas deixam o homem desarmado face a um ambiente que só nutre graças a operações complexas, das quais nenhuma é evidente (p. 147).

Claval considera ainda que, por se tratar de um atributo não orgânico, a construção da cultura permeia um processo de aprendizagem pelo qual o indivíduo se forma imitando e aprendendo, uma vez que o sistema cultural do qual faz parte é sempre pré-existente. Colaborando com esta afirmação, Hall (2004) considera em sua definição de sujeito sociológico que a cultura, não sendo autossuficiente, é formada na relação com outras pessoas responsáveis por mediar aos sujeitos sentidos, valores e símbolos.

Enfim, a sistematização da realidade pela cultura, responde por liberar o homem de seu confinamento a um quadro meramente biológico e instintivo, o que o conduz à possibilidade de apropriação do mundo exterior mediante uma relação simbólica. Esta afirmação é patente e redundante na ideia de cultura enquanto instância interposta entre o homem e o mundo exterior, o que levou Laraia (op. cit.) à afirmação de que “[...] a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo”.

Colocada nesta perspectiva antropológica, mais do que amplificar a noção da dualidade indivíduo – mundo exterior, esta primeira consideração é favorável para explicitar, especificamente, a relação estabelecida entre estrutura social e cultura material e conduz a um dado capital apontado pela semiótica e favorável a este entendimento: não existe relação estabelecida entre o homem e mundo exterior que não seja mediada por signos. Esta sentença é passível de fácil compreensão, sem a necessidade de mobilizar um esforço maior que a simples observação

de ações práticas do cotidiano, como, por exemplo, a linguagem – abstração da realidade utilizada na comunicação entre indivíduos.

A linguagem corresponde a um dos aspectos mais expressivos de um sistema cultural, e nada mais é que uma codificação estruturada a partir de um conjunto articulado de símbolos. Cada conjunto corresponde a uma expressão que dispõe de um sentido. Dessa forma são forjadas as palavras utilizadas para designarem as coisas. Um conjunto de palavras, por sua vez, constituirá uma sentença que expressará um sentido. Essa sentença, que corresponde a uma codificação da realidade, é passível de ser decodificada por todos os indivíduos que dominam este mesmo código, de modo que a sentença tenha um sentido comum a todos, tornando possível a comunicação. Assim, a linguagem é a prova mais cabal da mediação sógnica entre o homem e o mundo exterior. É atributo da cultura, e não das coisas a que ela se referem. Por esse motivo, a palavra “casa” enquanto expressão gráfica não se articula por verossimilhança com “casa” enquanto expressão fonética, muito menos estas vão se articular com “casa” enquanto coisa física, objeto pertencente ao mundo exterior. Quanto a isso, Moreira (2002) expõe que:

À medida que compartilham conjuntos de símbolos, são as pessoas capazes de comunicar mutuamente e agir de maneira que façam sentido para outras pessoas. Os objetos não têm sentido predefinido (sentidos inerentes); as pessoas trazem os objetos à existência pelas maneiras com que agem em relação a eles.

A mediação sógnica, sempre presente na relação do homem com o mundo exterior, corresponde a uma organização mental operada pela consciência e responde por operacionalizar toda ação humana sobre a realidade. É nesta perspectiva que a cultura material é produzida, resultando da transformação da natureza em benefício das necessidades humanas – das orgânicas às simbólicas. Assim, a edificação de uma casa poderá ter a propriedade de não apenas servir ao abrigo (necessidade orgânica), mas também de ostentar a condição social e o status de seu morador (representação simbólica), da mesma forma que os padrões de eloquência, sublimidade e dimensões colossais com que são erigidas as catedrais cristãs não são gratuitos, mas articulados a um esquema de representação simbólica, emitem mensagens que transcendem seu mero caráter pragmático. Somado a isso, tem-se que um objeto cultural, uma vez constituído

como tal, poderá assumir a condição de base de representação social, mobilizando comportamentos individuais e coletivos carregados de sentido, de valores, de significados, os quais só podem ser entendidos no contexto do sistema cultural ao qual se referem.

Nas últimas décadas, esta concepção vem se mostrando favorável ao desenvolvimento de uma nova abordagem epistemológica sobre o espaço urbano baseada em correntes de pensamento de inspiração estruturalista e fenomenológica. Tal abordagem desloca a compreensão do urbano para um contexto de interacionismo simbólico que destaca sua organização e apropriação na perspectiva subjetiva de representação sýnica e de percepção.

No campo da semiótica estruturalista o espaço urbano é considerado suporte de um texto não-verbal gravado pela prática social que se efetiva em seu uso. Como essa prática é cultural, logo representativa, sua constituição representa os próprios pensamentos de seus habitantes. Com base neste preceito, a abordagem do espaço urbano equivale a um exercício de hermenêutica em que as características físicas de sua materialidade, associadas ao seu uso e transformação ao longo do tempo, compõem uma estrutura sýnica passível de interpretação e pela qual é revelado o universo subjetivo de seus habitantes, através do qual agem em relação à cidade:

Ruas, avenidas, praças, monumentos, edificações configuram-se como uma realidade sýnica que informa seu próprio objeto: o contexto urbano. [...] o elemento que aciona esse contexto é o usuário, e o uso é a sua fala, sua linguagem. A transformação da cidade é a história do uso urbano como significado da cidade. Sua vitalidade nos ensina o que o usuário pensa, deseja, despreza, revela suas escolhas, tendências e prazeres (FERRARA, 1988, p. 04).

A cidade, assim, apresenta-se como uma estrutura sýnica fundamentada na lógica semiótica na qual o contexto urbano se expressa como um código de linguagem em que a composição estabelecida entre sua materialidade, seu uso e seu processo histórico equivale a um significante que se articula a um significado inerente à consciência da estrutura social.

No mesmo contexto de uma interação simbólica, Lynch (1999) desenvolve uma abordagem sobre a cidade no aspecto de produção de imagens ambientais por seus habitantes. Estas imagens são entendidas como entidades psíquicas constituídas “de um processo bilateral

entre observador e seu ambiente” (LYNCH, 1999, p. 07) as quais, dispondo de um significado tanto prático quanto emocional, conformam um quadro mental que orienta a relação do sujeito com seu ambiente.

Uma imagem é constituída pela integração de três componentes básicos: identidade, que consiste na identificação de um objeto e seu reconhecimento enquanto entidade separável; estrutura, que se refere à relação espacial do objeto com seu observador e outros objetos e, por fim, significado que este objeto representa ao seu observador.

Embora reconheça que a imagem mental decorra de um processo formulado por uma autonomia individual, uma vez que cada indivíduo cria e assume sua própria imagem, Lynch considera haver uma espécie de consenso substancial entre os membros de um mesmo grupo. Assim, um dado sistema cultural ao conformar uma perspectiva similar de vários observadores produz o que ele denominou de imagens de grupo ou imagens públicas comuns, que são reconhecidas como referentes a áreas consensuais de uma coletividade urbana.

Apesar disso, o autor reconhece a complexidade de tratar a questão do significado na abordagem da imagem ambiental, por considerá-lo elemento de maior instabilidade e de menor consistência dentre os três componentes que consubstanciam uma imagem. Esta constatação o fez dispensar atenção especial aos atributos de estrutura e identidade, o que define uma ênfase devotada aos aspectos físicos do ambiente. Dessa abordagem em que excetua a consideração com o significado, Lynch formula o conceito de imaginabilidade, que define como:

[...] a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. É aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis ao ambiente [...] em que os objetos não são apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes aos sentidos (p. 11).

A imaginabilidade sugere que a forma urbana transcenda os objetivos funcionais a que se propõe, permitindo que a cidade seja comunicável a seus usuários na condição de uma imagem ambiental agradável ao olhar, que seja capaz de despertar o prazer sensorial, de modo que o viver na cidade possa proporcionar ao seu habitante o desfrute de uma satisfação emocional constante.

Sob o aspecto ambiental, perspectiva útil ao entendimento do patrimônio ambiental urbano dentro do contexto de um interacionismo simbólico, esta relação pode ser aplicada na compreensão do caráter de sua organização regulada pela representação que dispõe à estrutura social que a produz. Isto porque a consciência (imane) ao agir sobre mundo exterior (transcendente) cria um esquema de valoração, de sentido e de representação, através dos quais são articulados os esquemas de comportamento que expressam a relação da estrutura social com o meio.

Nesta lógica, pelo valor atribuído a um fragmento florestal remanescente o mesmo pode ser reconhecido pelo sentido pejorativo de “mato” ou como uma unidade ecossistêmica em que subsiste uma cadeia de interdependência entre seus componentes físicos e biológicos. Essas duas concepções, antagônicas, implicarão em duas possibilidades de relacionamentos distintos sob um mesmo objeto. Conforme a natureza dessa relação o resultado será a configuração de uma organização ambiental que, expressa pela paisagem, reflete o reconhecimento do objeto no universo da consciência coletiva. Quanto a isso, Berque (1999), entendendo essa interação simbólica na perspectiva da percepção, expõe que:

Na evolução histórica dos ambientes humanos parece que as sociedades organizam seus ambientes em função da percepção que elas têm deles e, reciprocamente, parece que elas os percebem em função da organização que dão a eles.

Neste argumento está a essência de sua posição quanto à definição da paisagem em sua instância simbólica, em que a mesma pode ser considerada, concomitantemente, como marca e como matriz cultural. Marca, uma vez que “[...] expressa uma civilização, mas também matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza” (BERQUE, op. cit.)

Estas considerações são esclarecedoras de uma evidência colocada como ponto central para a abordagem do patrimônio ambiental urbano: a de que o ambiente é forjado por uma relação simbólica estabelecida entre a estrutura social e o mundo exterior. Logo, mais que identificar os objetos culturais representativos desse patrimônio ambiental urbano, faz-se importante compreender a trama social que se estabelece nessa base de representação.

A própria designação das formas ambientais qualificadas na composição de um patrimônio ambiental urbano que assiste à definição da identidade espacial de um lugar parte de uma classificação em que um recorte sobre a cultura material é imposto pelo reconhecimento de valores que qualificam esses objetos como representativos enquanto bens patrimoniais.

Patrimônio ambiental urbano é acima de tudo coisa física, composição articulada de objetos de existência material, que, dispondo de atributos valorativos potencialmente qualificados, participam como inércias dinâmicas na definição de uma trama social. Sua designação, porém, é dada pela relação estabelecida entre sujeito e objeto. Uma relação de mão dupla que consiste tanto na ação operada pelo sujeito coletivo sobre esses objetos impondo-lhes um valor, quanto no valor representado por esses objetos ao sujeito, o que induz a comportamentos sociais que os referenciam, numa razão subjetiva, como suportes de memória, pertencimento e identidade com o lugar. O patrimônio ambiental urbano se inscreve na consciência coletiva como significado e como percepção. Sua permanência enquanto traço civilizatório material de um sistema cultural parte do seu reconhecimento pela estrutura social.

Essa cultura material revestida de valores qualificados remanesce como herança do processo histórico materializado no espaço. Desta feita, sua permanência assiste à paisagem, enquanto expressão visível desse espaço, como uma acumulação desigual do tempo. O conceito de patrimônio, iluminado pela perspectiva do materialismo histórico, orienta de forma satisfatória o entendimento de sua constituição enquanto resultado das relações de produção ao longo do tempo. Assim, sua natureza material resulta de um contexto de (re)produção espacial engendrado pelas transformações no modo de produção que, ao se reorganizar, implica na produção de novas materialidades concomitante à cristalização de formas antigas, que constituirão testemunho material de um antigo momento do modo de produção (SANTOS, 2002).

A cidade enquanto produção material por excelência ostenta em sua paisagem um cenário de reconstrução que a define como um palimpsesto onde a cada conjectura econômica um novo texto se reescreve sob as marcas de um antigo que não se apagou por completo. Sendo depositário de uma acumulação desigual do tempo, o espaço urbano se reconstrói com a produção de novas feições e com a conservação de algumas formas antigas, as quais chegam ao presente como rugosidades, reabilitadas ao desempenho de novas funções no contexto de um novo momento do modo de produção. Quanto a isso, Santos (2002) expõe que:

Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subseqüentes da produção.

Essa perspectiva econômica ao enfatizar a constituição das formas espaciais enquanto materialidades subordinadas à ação do modo de produção, de modo a constituí-las ao mesmo tempo produto-resultado e condição-meio à sua reprodução, limitam a compreensão de seu papel na composição de um esquema de representação situado na base de uma relação simbólica entre essas formas-objetos e a estrutura social que as produziu. Tal entendimento é central à abordagem das formas-objetos em sua abstração na consciência, uma vez que nessa instância estes passam a dispor de uma designação valorativa que se manifesta em termos de representatividade do bem material como suporte de memória ao pertencimento e à identidade.

Nas últimas décadas, a nova geografia cultural prioriza a abordagem da paisagem no contexto de um interacionismo simbólico. Nela está presente justamente essa preocupação de significado da paisagem:

Os espaços da superfície terrestre, enquanto objetos de investigação, devem ser concebidos não como entidades simplesmente tridimensionais, mas como entidades quadrimensionais, como complexos de fenômenos espaços-temporais.

O despertar para uma nova consciência: a (re)significação do lugar

A configuração ambiental surge como marcas deixadas pelo modo como o homem se relaciona com o seu lugar. O caráter desse relacionamento se define pelo significado atribuído ao meio pela matriz cultural.

Essas concepções propõem uma perspectiva salutar à abordagem da produção do ambiente pela estrutura social, o qual se configura por uma relação simbólica que emerge da consciência coletiva, e o sonho de Jacó constitui um exemplo síntese dessa construção.

Ao analisar este exemplo, verifica-se que o acontecimento, mesmo que localizado na subjetividade de um sonho, foi suficiente para uma redefinição da consciência sobre o lugar. O

juízo de valor, também alterado pela mundança da consciência induz o indivíduo, por conseguinte, a estabelecer uma nova forma de relação com esse ambiente.

Pela manhã, após o sonho, a composição objetiva do lugar permanecia rigorosamente inalterada, salvo, provavelmente, nas condições atmosféricas – especialmente de temperatura e umidade – e suas consequências no meio.

O mesmo não se pode afirmar quanto à sua esfera subjetiva, substancialmente concentrada sobre a pedra, que passa a desempenhar importância central na instância sîgnica da trama estabelecida. O valor simbólico que esse objeto adquire pelo acontecimento que nele teve lugar não corresponde mais à sua banalidade material. Passando a atuar como uma inércia dinâmica, mobiliza comportamento tornando objeto de reverência. A partir de então assume a condição de marco de uma aliança espiritualmente estabelecida, sinal do empenho da promessa de posse futura e definitiva do lugar, monumento fundador de uma nação vindoura e co-herdeira da mesma promessa, base material da representação simbólica de um encontro abstrato acontecido em sonho que, pela crença, credita-se como verdade e, pela qual todas as demais condições anteriores se sustentam.

Antes, objeto desprezível, a noite suporte utilitário para o sono de Jacó, pela manhã, referencia material de um acontecimento acorpóreo. Essas três fases que se sucedem e que definem uma sequência abrupta até a definição simbólica do objeto só são possíveis pela consciência, mobilizadora de sentido.

Objeto, ambiente e acontecimento se compuseram em uma lógica própria estabelecida pelo sentido definido pelo indivíduo. Definitivamente, para Jacó, após ter despertado do sono, aquele lugar jamais seria o mesmo.

Capítulo 2

AS RELAÇÕES ENTRE UMA ORDEM SOCIAL E UMA ORDEM INSTITUCIONAL

*Afinal, não há ordem social sem a definição de normas.
CLAVAL, 2001.*

A consciência é a guia das ações humanas operadas sobre o mundo exterior. Não obstante, na perspectiva do ambiente urbano, cabe a consideração de que a relação dos atores sociais com a cidade seja também regulada institucionalmente, mediante normatizações operadas pelos instrumentos de regulamentação que, teoricamente, estabelecem os limites entre permissão e veto à conduta social que nela se realiza.

O papel da ordem institucional à qualidade ambiental urbana

A organização do ambiente urbano resulta da relação que a estrutura social mantém com o meio, mais a organização dessa relação arbitrada pela ordem institucional. Neste aspecto, o nível de eficácia alcançado pelos instrumentos constituídos pela ordem institucional na regulação da ação social que produz e organiza o espaço urbano resultará em múltiplas possibilidades quanto à configuração de sua qualidade ambiental, implicando na produção de um ambiente que poderá residir em algum ponto de uma nuance bipolar entre harmonia e conflito, preservação e deterioração.

Essa ordem institucional é operacionalizada tanto pelos instrumentos de regulamentação quanto pelo processo de gestão que inclui a elaboração e a implementação desses instrumentos, bem como a fiscalização e todos os seus subprocessos – incluindo a aplicação de medidas coercitivas – necessários ao seu cumprimento. A cidade como produto de uma construção coletiva e cumulativa no tempo, motivada pelo predomínio de necessidades, objetivos e interesses múltiplos, já constitui por sua própria natureza a materialização de conflitos, de modo que a fragilidade dos suportes de gestão e regulamentação promove a intensificação de tal situação.

A realidade urbana brasileira, constituída nos últimos cinquenta anos, é um exemplo expressivo dessa deficiência institucional. Aqui, o encontro entre a fragilidade de um processo de gestão urbana e o comprometimento de uma consciência de coletividade que poderia induzir a uma maior participação política resulta não somente no agravamento da condição da cidade enquanto território de conflitos, denunciados por sua própria paisagem, mas também na produção de um ambiente que, por esses mesmos conflitos, excetua-se de uma capacidade à motivação do prazer, do bem-estar e do conforto de seus habitantes.

O fraquejo da ordem institucional em sua capacidade de administrar o urbano reflete, sobretudo, em sua ausência na condução e zelo pela aplicabilidade das normas básicas regulamentadoras de uso, ocupação, postura e estética da cidade, o que define o caráter conflituoso da relação social que se debate neste ambiente. O caráter subjetivo das concepções e interesses individuais sobre o ambiente deveria encontrar equilíbrio na base objetiva representada pelas normas regulamentadoras da conduta social. O controle sobre a complexidade das relações que caracterizam o cotidiano urbano dependem da coerência dessa base de regulamentação com a realidade a que ela se refere, bem como do interesse do poder público à sua aplicabilidade no processo de gestão da cidade.

Abrams (1972) reconhece que nos países com menor desenvolvimento institucional a deficiência no processo de gestão impõe limitações para aplicação dos instrumentos normativos à regulação do espaço urbano:

Nos países menos desenvolvidos, a regulamentação é virtualmente um fracasso da política urbana. Freqüentemente as autoridades não têm possibilidade de fazer prevalecer as restrições simplesmente por falta de pessoal de fiscalização.

Em termos de preservação ambiental e patrimonial, tanto o tombamento como qualquer outro instituto adotado como medida na proteção de bens se enquadram nesse conceito. Ressalta-se que nas últimas três décadas o Brasil constituiu uma das mais bem conceituadas legislações ambientais do mundo, servindo inclusive como modelo a outros países. No entanto, a dificuldade em sua aplicabilidade em razão do comprometimento de interesses corporativos e, principalmente, pela deficiência no processo de gestão estatal quanto ao monitoramento e fiscalização, reduz seu efeito sob um efetivo controle das ações sociais operadas no ambiente.

O tombamento: instrumento da ordem institucional à preservação patrimonial

No caso do tombamento, o potencial de sua eficiência, enquanto instrumento adequado à preservação, é neutralizado pela vigência de uma concepção que o considera como medida autossuficiente e isolada na garantia da proteção patrimonial e não como parte integrante de um conjunto de ações e tomadas de decisão.

Distante de uma suposta autonomia de ação, o tombamento consiste num elemento constituinte de um processo no qual também se conjugam: a educação patrimonial necessária à conscientização da sociedade sobre o valor do bem; os estímulos à iniciativa da revitalização e requalificação que proporcionem a valorização ambiental do objeto tombado e seu entorno; a adoção de medidas para garantia do cumprimento de sua função social; a concessão de incentivos pelo mérito da preservação; o estabelecimento de critérios de uso e conservação que permitam, conjuntamente, o resguardo de suas características originais e a possibilidade de sua adequação às novas tecnologias e necessidades contemporâneas; e, por fim, a fiscalização, não como simples prática de policiamento estatal, mas antes como uma medida motivada por um

sentimento de corresponsabilidade social para garantia da preservação de um bem que, pelo tombamento, tornou-se patrimônio de uma coletividade.

A política de tombamento apresenta um aspecto autoritário na designação dos bens materiais dignos de preservação, uma vez que tal iniciativa geralmente é demandada de uma elite formada por técnicos, intelectuais e acadêmicos. Por outro lado, como garantir o reconhecimento dos valores qualificados dos bens por parte de uma sociedade que não dispõe de uma educação patrimonial necessária a este propósito? O tombamento, ao contrário de ser um fim em si mesmo, carece ser considerado como um processo de preservação mais amplo que envolva o reconhecimento do bem, sua institucionalização enquanto bem preservável, além da adoção de medidas que efetivem sua preservação.

O risco do tombamento, quando considerado como medida isolada, descontextualizada das ações complementares, consiste na possibilidade de promover um efeito contrário à preservação patrimonial. A realidade brasileira é esclarecedora de que a simples constituição de uma lei, ao dispor sobre o rigor da preservação, pode implicar no abandono de conjuntos inteiros por parte de seus proprietários, induzindo a um processo de deterioração e má conservação que pode ocasionar a perda irreversível do patrimônio. Neste sentido, o tombamento assume seu sentido figurativo de “cair por terra”.

O estabelecimento do tombamento enquanto medida de proteção implica, necessariamente, em uma mudança no aspecto da autonomia do interesse privado sobre o bem. Mesmo que sejam garantidas a propriedade jurídica e uso a seu proprietário, a posse do objeto enquanto representação e, por conseguinte, a especulação sobre sua preservação, passam a dispor de um interesse coletivo.

A restrição no caráter de posse do bem torna-se inversamente proporcional à responsabilidade sobre um patrimônio que, pelo tombamento, foi designado como pertencente tanto a uma coletividade presente quanto a gerações futuras, às quais tornou-se representativo enquanto cultura material. Logo, a cooperação de uma gestão público-privada na manutenção desse patrimônio torna-se justificável e necessária, inclusive em termos financeiros, mediante a concessão de benefícios tributários que incentivem sua preservação.

O distanciamento do arbítrio institucional na regulação das relações com o ambiente urbano: consequências e desafios

Ressalta-se também que a incoerência dos institutos de regulamentação reduz a capacidade do poder público no controle e gestão urbana. Sem um sistema de regulamentação eficiente, tanto em suas determinações quanto em sua aplicabilidade, o “poder” torna-se fraco e o “público” torna-se privado. Esta situação é explicitada no caráter do uso do espaço público em que a lógica da sua apropriação é marcada por uma fraca atuação do arbítrio institucional ocasionando a produção desse espaço em conformidade com critérios individuais e em observância a interesses particulares.

A poluição visual do comércio, a falta de acessibilidade das calçadas, a má conservação das fachadas, a privatização das praças pelo comércio ambulante e as soluções mal resolvidas na implantação das redes de concessionárias são alguns exemplos de situações encontradas num espaço cuja construção, pautada no livre arbítrio do interesse privado, coloca-se à frente de uma preocupação coletiva.

O distanciamento da ordem institucional no gerenciamento do território urbano impõe reflexo na contribuição à construção de uma estrutura socioespacial que reforça a condição da cidade enquanto espaço de antagonismo social. A distinção da cidade em subespaços de inclusão e exclusão ganha relevo na multiplicação dos condomínios privados e na ampliação da cidade informal que se expande pelas áreas impróprias à ocupação residencial.

Assim, os espaços confinados representados pelos condomínios fechados surgem da necessidade de garantir aos seus moradores um ambiente de excelência em termos de segurança e qualidade ambiental, algo que dificilmente poderiam usufruir em outras áreas da cidade. No contraponto dessa realidade as áreas favelizadas surgem da necessidade básica da moradia e representam a síntese de um ambiente destituído de qualquer possibilidade de conferir dignidade aos seus residentes. Nas duas situações, mesmo distintas quanto à apropriação social e a qualidade ambiental, a característica comum é representada pela pouca presença do poder público em sua administração normativa.

No condomínio privado a gestão oficial, praticamente ausente, é substituída por uma administração interna que dispõe de instrumentos normativos próprios e que definem sua organização enquanto unidade autônoma dentro da estrutura espacial urbana. Nas áreas favelizadas e aglomerados subnormais, esta mesma deficiência da presença do poder institucional é amenizada pela atuação de uma rede de solidariedade representada por associações comunitárias, movimentos sociais, igrejas e organizações não governamentais, as quais respondem por proporcionar condições mínimas de assistência e acesso à cidadania a essas comunidades.

O condomínio e a favela constituem, assim, dois extremos que revelam uma clássica disparidade entre a ordem institucional e a ordem social na produção de um espaço urbano que se efetiva em conflito e que depõe contra a noção da cidade enquanto expressão de civilização.

Capítulo 3

A CULTURA MATERIAL DAS CIDADES

Na perspectiva acadêmica, reporta-se à definição apresentada por Yázigi (2006), enquanto marco conceitual de patrimônio ambiental urbano mais atual e de maior proximidade com a abordagem desta obra:

Defino o patrimônio ambiental urbano como sendo constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e elementos naturais intra-urbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. São reconhecidos e preserváveis por valores potencialmente qualificados: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamento. Geograficamente, esses conjuntos podem se apresentar sob a forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo as unidades de significado autônomo. O conceito se refere tanto a um conjunto existente como a um processo em construção: trata-se, pois, do ser e do devir (p. 228).

Ao considerar os objetos urbanos em sua totalidade, o conceito de patrimônio ambiental urbano promove uma ampliação espacial sobre os elementos dignos de preservação, superando a importância devotada exclusivamente à unidade, como na antiga noção de patrimônio histórico, e passa a valorizar a preservação do conjunto (o objeto e seu entorno), conforme explicitado por Vera Bosi (1986):

O conceito de Patrimônio Ambiental Urbano parte do rompimento com a visão monumentalista da preservação e propõe um procedimento que incorpora ao monumento isolado não só o seu entorno imediato como ainda seu entorno paisagístico (p. 136).

Ainda conforme esta autora, a noção de patrimônio ambiental urbano ao sugerir não apenas a preservação do monumento histórico, mas da própria cidade e dos elementos culturais que a identificam, mostra a importância em se considerar a preservação aliada ao planejamento como viés à garantia da qualidade ambiental urbana, fundamental ao desenvolvimento local:

Do conceito de Patrimônio Ambiental Urbano que conduz a uma relação entre preservação e mecanismos de organização das cidades, como legislação e uso do solo, planos de desenvolvimento urbano, planos de circulação e transporte e demais instrumentos utilizados pelo setor público para orientar o desenvolvimento das cidades, pretende-se partir então para uma experiência concreta (Ibid.).

Na compreensão da ideia de patrimônio ambiental urbano é fundamental ater-se também às relações estabelecidas entre os objetos que o compõem e a sociedade que o produz. Neste sentido faz-se necessário considerar um dado primário: o de que a cidade – e tudo o que ela contém – é um artefato e como qualquer artefato é produzida pelo homem. Evidencia-se, assim, no campo da cultura material, a indissociabilidade entre o artefato e a estrutura de relações sociais que lhe deu origem e serve de base a estas mesmas relações que são importantes à compreensão e ao reconhecimento do patrimônio ambiental urbano (MENESES, 2002).

Neste enfoque, a questão do valor, que é reconhecido pela sociedade nos bens culturais, constitui um dado que reforça a noção da interação e inseparabilidade entre as coisas e a sociedade.

Em todos os objetos é possível reconhecer um valor, não obstante se tratar de um atributo subjetivo não intrínseco à sua própria natureza, diferentemente do que ocorre com

suas características físico-químicas como cor, textura, peso, forma, volume, etc. Assim, o valor constitui um dado externo ao objeto, algo que lhe é atribuído a partir do significado que este representa, seja para um determinado indivíduo ou, no contexto coletivo, para uma dada sociedade. Da mesma forma, admite-se, por contraponto, que o valor atribuído a um mesmo objeto, em função de sua natureza subjetiva, pode variar em diferentes sociedades ou até mesmo entre os diferentes indivíduos de uma mesma sociedade, em função de uma lógica espaço-temporal e cultural.

Na continuidade de tal raciocínio, Yázigi (2003) destaca a existência de quatro categorias de valores que podem ser reconhecidos nos bens culturais:

[...] qualquer bem cultural, inclusive o patrimônio ambiental urbano, [é] portador dos seguintes valores: a) cognitivos, quando associados à possibilidade de conhecimento através de suas mais variadas formas, isto é, à informação veiculada pelo objeto; b) formais, com suas virtudes estéticas, não naquele sentido universal, mas à sua capacidade de potenciar a ‘percepção sensorial’; c) afetivos, os que incluem as relações subjetivas do indivíduo em sociedade e que embutem as cargas simbólicas identitárias de pertencimento; d) pragmáticos, os que se prestam ao uso altamente qualificado ou à criação tecnológica (p. 56).

A interação entre o bem cultural e a sociedade é mediada pelo significado que aquele representa para esta, de forma que a noção de ambiente no patrimônio ambiental urbano não está relacionada apenas a seus atributos físicos mas, antes, às relações estabelecidas entre a estrutura social e o lugar (YÁZIGI, 2003). Dessa forma, a importância dos bens culturais enquanto meros artefatos só adquire sentido pelo conteúdo social que os produziu e que os faz úteis pelos diferentes valores que representam a essa sociedade, sem os quais constituiriam apenas coisas compostas de propriedades físico-químicas (MENESES, 1997). Uma ideia também explicitada por Alexander (1981): “Sabemos que o que conta em um edifício ou em uma cidade não é, unicamente, sua forma exterior, sua geometria física, mas os acontecimentos que ali têm lugar” (p. 166).

Dessa forma, os bens culturais, marcas remanescentes do passado, atuam como testemunhas documentais que informam e conduzem a inferências, por exemplo, sobre antigas organizações espaciais da cidade, ciclos econômicos e seus períodos de auge e decadência, o papel do antigo núcleo na escala regional, a estrutura social e a relação da própria sociedade com a cidade.

Enfim, uma única e à primeira vista despercebida casa residencial do final do século XIX, por seu estilo e técnica de construção, forma, materiais empregados, disposição no lote ou em relação à rua guarda uma grande riqueza de conteúdo sobre a realidade urbana que lhe efetivou enquanto materialidade, subsídio essencial para se estabelecer, de forma mais criteriosa e racional, as ações do presente e as projeções para o futuro. Se a casa guarda seu valor enquanto registro de um tempo, obviamente, maior importância tem um conjunto de bens culturais presente em uma cidade, já que fornece uma dimensão bem mais ampla de seu patrimônio ambiental urbano.

Dai a importância da preservação das cidades consideradas históricas transcender o âmbito local, passando a ser objeto de interesse regional e nacional. A esse respeito, no Brasil, em vista da “ordem” destrutiva imposta à cultura material ao longo de sua história, sobretudo no período mais recente, restaram poucos exemplos de cidades com essa característica, dentre as quais merecem destaque os núcleos urbanos de Ouro Preto, Mariana e Diamantina (MG), Parati (RJ) e Goiás Velho (GO). Além dessas, subsistem outras que em seus bairros ou áreas centrais ainda encerram conjuntos arquitetônicos capazes de conferir uma paisagem histórica de importante carga informativa, a exemplo do que ocorre tanto nas grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, ou mesmo em centros menores, como Olinda (PE), Paranaguá (PR), Sobral (CE) e Corumbá (MS), os quais têm a importância de sua preservação reconhecida oficialmente pelo tombamento sendo integrados ao patrimônio histórico nacional.

A importância da cultura material das cidades se acentua ao se somar a seu aspecto cognitivo sua condição de referencial da memória social (fator primordial e imprescindível

na permanência da autenticidade urbana ao longo de sua história) a qual, por sua vez, constitui suporte fundamental da identidade, mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiências do passado (MENESES, 1997).

Neste sentido, ao ser considerada suporte de memória e retentora de informação, a cultura material urbana torna possível assegurar o sentimento de pertença dos habitantes da cidade, algo que os identifica com o lugar. Ou seja, o lugar se torna uma extensão de sua própria existência, a partir do vínculo afetivo que é estabelecido entre a cidade e os que nela habitam. Essa é uma situação que assegura a permanência dos artefatos urbanos e a continuidade da autenticidade do lugar. Quanto a isso, Fontes et al (1986) afirmam que:

Qualquer parte do ambiente urbano, seja um quarteirão, uma praça, uma rua, uma esquina ou uma edificação, possui um significado muito mais representativo do que seus respectivos valores materiais. São elementos que simbolizam a relação entre o lugar e seus habitantes, fatores importantes no desenvolvimento psicológico do homem (p. 52).

Os imóveis remanescentes de outras épocas constituem a história inscrita no urbano, tornando marca dos acontecimentos passados, que coexistem no momento presente. Logo, a memória acionada por esses artefatos “funcionam como instrumentos de identidade, conservação, desenvolvimento que torna legível o fluxo dos acontecimentos”, culminando por evidenciar “a dimensão temporal do homem” (MENESES, 2002, p. 185).

Por essa dimensão temporal entende-se que a história não é apenas percebida como o conhecimento dos fatos ocorridos no passado, mas sim como um processo de acontecimentos que une as experiências do passado, as manifestações do presente e a projeção do futuro. Tal percepção do tempo histórico é possível em função da memória instigada pela cultura material urbana. Quanto a isso, reporta-se ao exposto por Meneses (2002): “Nesse enfoque os testemunhos de diversas naturezas sobre os ‘tempos passados’ devem ser considerados suportes de informação sobre a mudança, seus processos, seu alcance” (p. 182).

Dai a importância da preservação desses artefatos. Quando isso não é possível pela própria consciência social e coletiva, torna-se legítima a intervenção do Estado enquanto promotor de uma política de tombamentos pela qual se tem – se não a garantia do efetivo resguardo das características físicas do bem material – ao menos, o reconhecimento oficial da importância social para a memória, identidade e consciência histórica do bem tombado.

Quanto a essa constatação, o inverso também é válido, a exemplo do que ocorreu no Brasil onde a preservação da cultura material, de uma forma geral, foi, ao longo de décadas, marginalizada em face de uma modernização capitalista tardia e hegemônica, contribuindo para que suas cidades fossem reconstruídas, muitas vezes, a um ritmo superior à geração de seus cidadãos (CARVALHO, 1999).

A substituição de antigos imóveis, bem como a modificação da própria forma urbana, testemunhos de tempos passados, impossibilita a legibilidade do processo histórico na cidade, contribui para um arrefecimento do sentimento de pertença de seus habitantes, suplanta a identidade espacial e, conseqüentemente, colabora para a alienação social.

O ritmo das transformações faz com que as cidades, ainda hoje, sejam (re)construídas no período de uma única geração, de modo a causar um estranhamento no seu próprio habitante, em vista da falta de afeto do mesmo para com o novo objeto. Estranhamento de não pertença que também pode ser explicado segundo Santos (1997): “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é sede de uma vigorosa alienação” (p. 263).

Pires (2002), compartilhando dessa afirmação, cita como exemplo clássico o que ocorre com a cidade de São Paulo, onde a grande velocidade das (re)construções do cenário urbano causa estranhamento ao seu cidadão:

A cidade de São Paulo vive hoje [...] a angústia da indefinição de sua identidade cultural; e esta é responsável pelo amor que o cidadão deposita em sua cidade [...] Como reconhecer esta cidade como nossa, se da noite para o dia sua paisagem se modifica? [...] O que se verifica de concreto é que os jovens não tem referenciais fixos para se identificar com a

cidade [...] São Paulo acabou se transformando em uma cidade onde ninguém se sente em casa, porque [...] falta, sobretudo, identidade cultural [...].

Este mesmo autor lembra, também, que tal alienação atinge tanto as velhas quanto as novas gerações, uma vez que as mais velhas estranham São Paulo porque a cidade que conheceram no passado já não existe mais, enquanto os jovens acabam por não reconhecer nela referências fixas com as quais possam se identificar (PIRES, 2002).

A ausência dos referenciais de cultura material possibilita situar um problema de maior importância relacionado à falta de preservação de bens culturais, qual seja, de contribuir para gerar um distanciamento afetivo entre a cidade e seu habitante, ferindo, portanto, o sentimento de pertencimento ao lugar. Uma situação que contribui ao fomento de uma série de displicências comuns em quase todas as cidades brasileiras, proporcionadas pelos mais variados setores sociais, inclusive pelo poder público.

Dessa forma, torna-se incoerente firmar uma distinção entre a questão da preservação dos bens culturais e os problemas urbanos ligados ao nosso cotidiano, como a poluição visual, proporcionada pela publicidade, ou ainda pela depredação de monumentos, vandalismos, banalização do espaço público, desrespeito aos diplomas legais como os códigos de postura e de obras e degradação de ambientes naturais. Isso tudo fornece a exata dimensão do caos urbano que contrapõe a ideia de civilização, aqui tomada como de ordem, primor urbano, processo constante em busca da perfeição, da organização.

Por esta via, enfatiza-se a importância da cultura material e sua transposição de mero fator de preservação da história e da memória social. A degradação dos bens culturais, à medida que arrefece a identidade e, conseqüentemente, o sentimento de afeto do habitante pela cidade, acaba contribuindo não somente para a depreciação da qualidade ambiental urbana, mas também para gerar um descompromisso coletivo em busca de resolução dos problemas afetos ao local (Ibid). Em uma situação contrária, vale o exposto por Linch (1985): “Quando a forma e a familiaridade atuam juntas, o resultado emocional é poderoso: ‘Sou cidadão de uma boa cidade’” (p. 100).

Neste sentido, verifica-se a necessidade de inserção da cultura no campo das políticas públicas oficiais, nos mais variados setores como educação, habitação, saúde, transporte e economia (MENESES, 1993). Algo ainda muito distante da realidade brasileira.

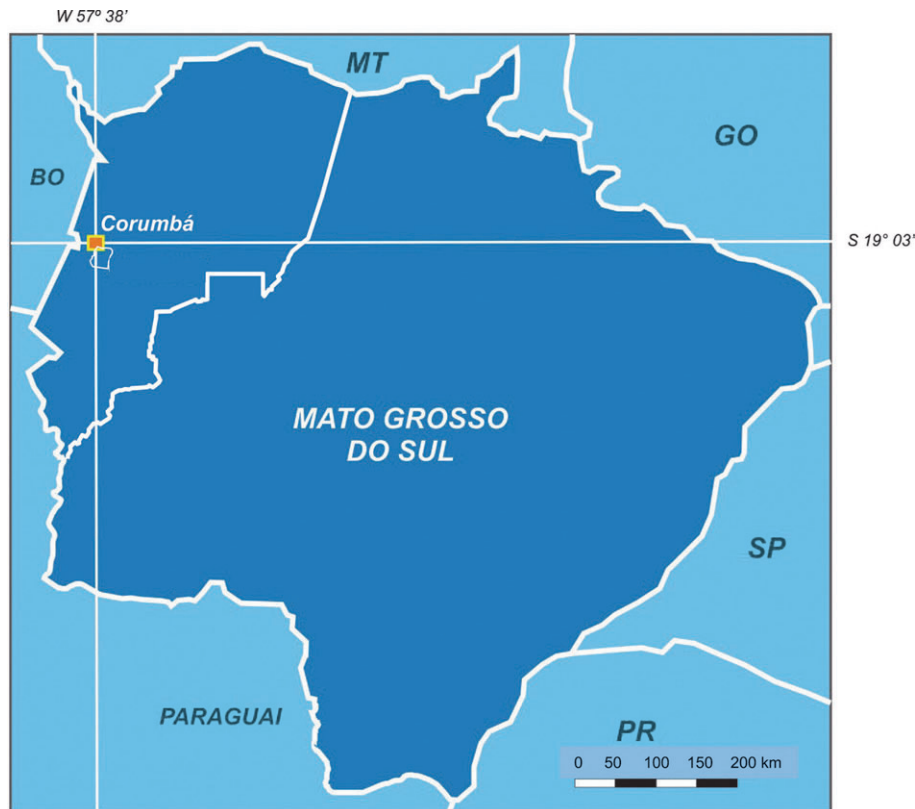
Capítulo 4

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA GEOGRAFIA DE CORUMBÁ

O município de Corumbá, com 64.965 km² (IBGE, 2001), estende-se por toda região Noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, fazendo divisa com o estado de Mato Grosso e fronteira com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai (figura 01). Esse município abrange boa parte da superfície do Pantanal Mato-grossense, uma imensa planície de deposição sedimentar de 138.000 km² (SILVA, 2000) – formada por complexa rede hidrográfica que tem no rio Paraguai sua vertente principal e cuja dinâmica hídrica favorece a existência de uma grande diversidade de fauna, flora e recursos naturais capazes de conferir a este ambiente um grande valor ecológico e paisagístico. Por tais atributos, este ambiente foi recentemente reconhecido internacionalmente, através da UNESCO, como patrimônio natural da humanidade.

As características ambientais do Pantanal, sobretudo quanto ao seu ciclo hidrológico, implicaram historicamente em uma dificuldade de acesso à maior parte do território corumbaense (VALVERDE, 1972), de forma que a população municipal, quantificada pelo IBGE (2001) em 95.701 habitantes, esteja concentrada em comunidades às margens dos rios e, principalmente, em sua área urbana onde estão 90,01% de sua população ou 86.144 habitantes.

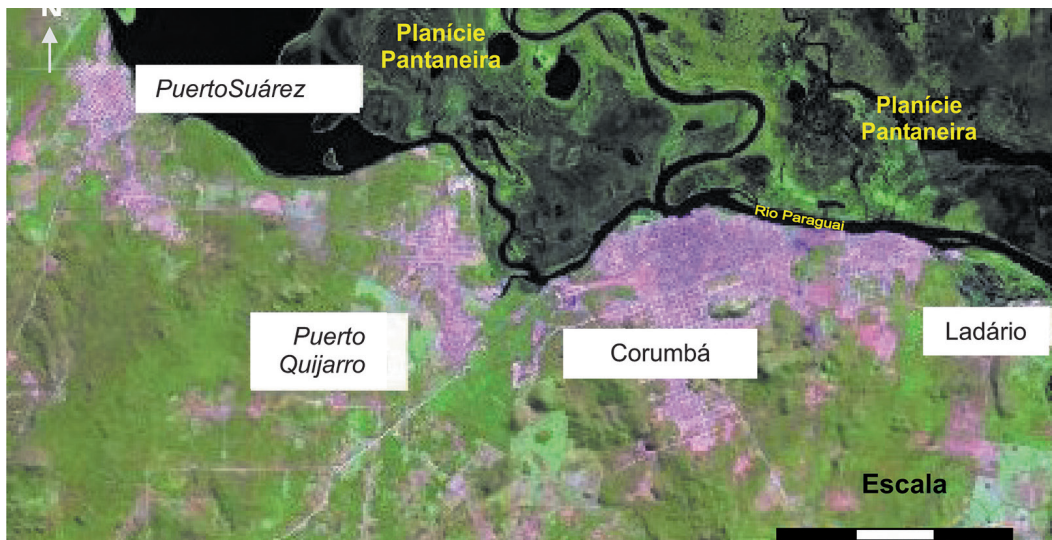
A cidade de Corumbá localiza-se no centro-oeste do município, à margem do rio Paraguai, próxima à fronteira com a Bolívia. Apresenta-se hoje como o principal centro urbano do Pantanal e a terceira maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul, à distância de 420 km da capital Campo Grande.



Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 1 – Localização do município e cidade de Corumbá no estado de Mato Grosso do Sul.

Em seus arredores, num raio de apenas 20 km, encontram-se outros centros e localidades menores com os quais Corumbá mantém uma forte relação social econômica e cultural. Desses, destacam-se as cidades de Ladário (a 5 km) a ela conurbada, além de *Puerto Suarez* e *Puerto Quijarro* (figura 2), cidades bolivianas distantes, respectivamente a 10 e 20 km (SANTOS; PEREIRA, 2000).

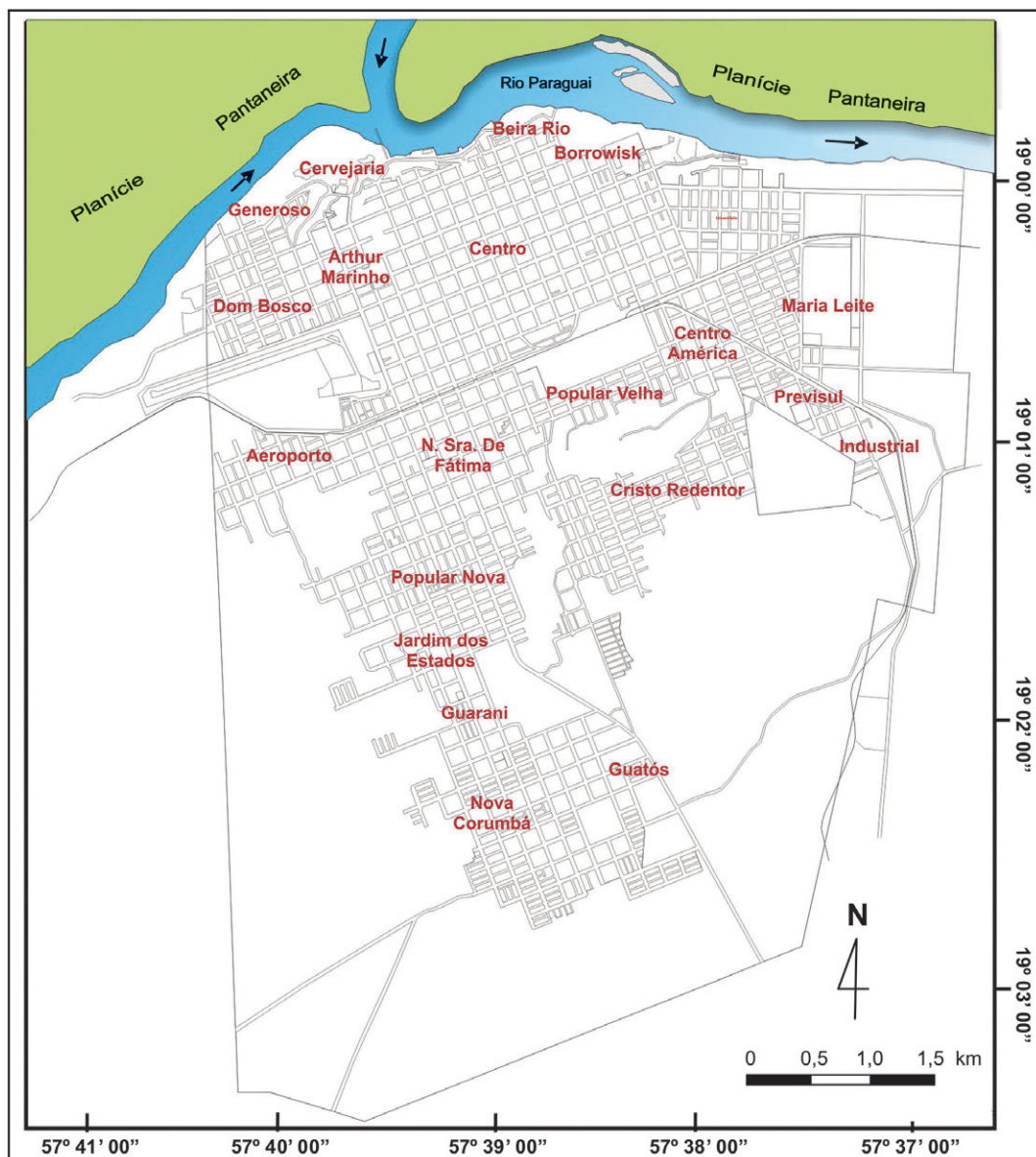


Edição e organização: PEREIRA, J. G. (2007).

Figura 2 – Imagem do satélite LandSat 5 com a localização da cidade de Corumbá (à margem direita do rio Paraguai) e localidades circunvizinhas.

O perímetro urbano corumbaense apresenta uma superfície de 39 km² (CORUMBÁ, 1990), que se encontra dividida em vinte e um bairros (figura 03), cada um compondo sua própria particularidade em função da localização, topografia, densidade de infraestruturas instaladas e população.

Sob o aspecto histórico, Corumbá constitui também um dos mais antigos núcleos urbanos do Mato Grosso do Sul e de toda a porção oeste do Brasil. A cidade foi fundada no final do século XVIII (1778), sob a forma de uma fortificação militar, atendendo ao plano estratégico do Estado português de assegurar a posse de terras até então pertencentes à Coroa espanhola e, ao mesmo tempo, constituindo-se em um baluarte militar capaz de garantir a defesa da desguarnecida fronteira da colônia lusitana na capitania de Mato Grosso contra as invasões castelhanas (SEMATUR, 2001). A partir daí, ao longo de mais de dois séculos, observou-se o desenrolar de um constante processo de (re)organização espacial, que marcou a cidade com um considerável acervo de prédios históricos ainda hoje presentes na sua região de ocupação mais antiga e que constitui o núcleo inicial a partir do qual se processou sua expansão urbana.



Edição e organização: PEREIRA, J. G. (2006)

Figura 3 – Planta do perímetro urbano de Corumbá e seus respectivos bairros.

Essa região é constituída pelo centro e pelos bairros ribeirinhos da Cervejaria e Beira-Rio. Nela, localiza-se também o porto geral da cidade. O polígono de tombamento bem como o seu entorno, definidos pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, se estende por essas localidades.

No local onde estão situados esses imóveis, o sítio urbano encontra-se assentado em uma base geológica composta por calcário calcífero pertencente à formação Tamengo, que confere ao solo uma coloração alvorocenta, derivando daí a denominação de “Cidade Branca”, como ficou conhecida (SEMATUR, 2001).

O terreno da encosta íngreme que se estende ao longo de toda sua orla ribeirinha, apresentando uma altura média de 20 metros, atribui a essa região uma topografia acidentada, de forma a apresentar dois ambientes morfologicamente distintos, que dispõem a cidade em dois patamares ligados por meio de ladeiras íngremes e escadarias.

O primeiro patamar, rente ao rio Paraguai, também conhecido como cidade baixa ou parte baixa da cidade, desenvolveu-se sobre uma antiga planície de inundação diretamente submetida à dinâmica hidrológica do canal fluvial representada pelos seus ciclos anuais de cheias e vazantes. Aí estão localizados o porto e seu casario histórico onde atualmente se concentram as empresas de turismo, além dos bairros da Cervejaria e Beira-Rio, formados em sua maioria por populações de pescadores e outros profissionais ligados diretamente à lida no rio, bem como por famílias de baixa renda e onde se observam algumas indústrias relacionadas ao setor de construção naval.

A ocupação antiga e descontrolada em que foi historicamente submetido este local fica evidenciada pelo traçado irregular, sinuoso e estreito da maioria de suas vias, bem como pela própria utilização da encosta íngreme para fins residenciais, sobretudo nos bairros da Cervejaria e Beira-Rio, onde são observadas, com frequência, casas simples edificadas sobre essa topografia, incorrendo seus moradores a iminentes perigos de vida pela possibilidade de desmoronamentos.

O segundo patamar, localizado acima do talude ribeirinho, apresenta uma topografia relativamente plana, porém disposta como uma rampa declinada em direção ao rio. Essa região compreende o centro da cidade, área de excelência dos equipamentos urbanos e de

serviços que, durante as décadas de 1960 e 1970, ensaiou um processo relativamente expressivo de verticalização a partir da construção de hotéis e prédios públicos de vários andares e edifícios de apartamentos concentrados, sobretudo nas ruas 13 de Junho, Delamare, 7 de Setembro, Dom Aquino Corrêa e Antônio Maria Coelho. Esse processo evidencia a grande dinâmica de capital proporcionada pela produção industrial e pecuária apresentada na cidade por esse período.

Nessa região – cidade alta – estão localizados o comércio, em que se destacam as lojas de departamento, geralmente filiais de grandes redes nacionais, e as pequenas lojas de caráter familiar da comunidade árabe-palestina; o setor bancário, concentrado principalmente na rua Delamare; instituições e repartições públicas diversas como o Fórum da Comarca, a Agência Fazendária Estadual, o prédio do INSS, a Delegacia de Polícia Federal, e a Inspetoria de Receita Federal, a Agência dos Correios, a Capitania dos Portos, o Quartel da 18ª Brigada do Exército, a sede da Diocese de Corumbá, além de escolas públicas e particulares, universidade, igrejas de várias denominações, hospitais, bibliotecas públicas, sedes de sindicatos e associações de classes, clubes sociais, hotéis, e restaurantes.

Ao contrário da parte baixa à beira-rio, a parte alta é caracterizada por ruas largas e de traçado regular, projetadas no ano de 1861 pelo então presidente da província de Mato Grosso, almirante Joaquim Delamare. Neste local, as vias dispostas perpendicularmente, tal qual um tabuleiro de xadrez, são interpostas por quarteirões de grandes dimensões cujas residências, sobretudo as mais antigas, encontram-se justapostas e alinhadas à calçada, devido à ausência de recuo da fachada em relação ao passeio público (figuras 04 e 05).



Fonte: PEREIRA, J. G. (2000).

Figura 4 – Aspecto da disposição dos imóveis mais antigos nos lotes, caracterizada pela justaposição, alinhamento e ausência de recuo da fachada em relação ao passeio público.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente/Prefeitura Municipal de Corumbá (1999).

Figura 5 – Vista aérea do sítio antigo da cidade de Corumbá com a delimitação da área de tombamento (tracejado amarelo) e de sua região de entorno (tracejado magenta).

Observa-se também o arruamento retilíneo e simétrico da cidade alta, projetado em 1860, bem como o traçado irregular da cidade baixa rente ao rio Paraguai.

Tal forma de disposição dos imóveis faz com que o fundo de cada lote se constitua em um pomar ou área verde, de forma que ao centro de cada quarteirão se forme uma ilha de vegetação a qual, aliada à arborização, geralmente existente nos passeios, propicia um conforto ambiental que faz abrandar o intenso calor latente proporcionado pelas altas temperaturas que comumente chegam atingir 40° C., sobretudo durante o verão (SILVA, 2000).

Ademais, essa região caracteriza-se por uma paisagem formada pela considerável concentração de prédios de arquitetura secular mesclados a edificações mais modernas, dispostas em um sítio de topografia acidentada.

A grande quantidade desse tipo de construção verificada na cidade faz com que Corumbá detenha, seguramente, o maior acervo de imóveis históricos do Estado, de forma a constituir um elemento de inestimável apreço à busca da compreensão do desenvolvimento histórico, social e cultural dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Não obstante, durante décadas, esses imóveis tiveram sua importância depreciada, o que culminou no estado de abandono, má conservação, descaracterização da arquitetura original (figura 06) e até mesmo demolição de muitos deles, mesmo após ter sido definido legalmente suas preservações através do processo de tombamento, iniciado em 1985. Esta situação, verificável ainda nos dias atuais, apesar dos recentes projetos de revitalização, de iniciativa estatal, impede que esses bens culturais possam ser utilizados como fator de desenvolvimento local.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2003).

Figura 6 – A descaracterização das fachadas originais revela o comprometimento de uma das principais identidades da cidade: sua arquitetura.

Capítulo 5

O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE CORUMBÁ

Premissas para uma leitura

A realização de uma abordagem sobre a cidade, no objetivo de uma caracterização daquilo que consiste seu patrimônio ambiental urbano implica, necessariamente, no seu reconhecimento não apenas como mero *habitat* humano – porquanto ficaria reduzida simplesmente à condição de uma resposta pragmática a uma necessidade meramente biológica – mas sim como uma construção cultural, no sentido de constituir produto de uma relação simbólica operada sobre o meio ao longo do processo histórico. Neste sentido, a cidade representa, de certa forma, o modo como é concebida pela consciência do grupo social que lhe constituiu enquanto produção cultural. Afinal, toda ação humana que se efetiva em cultura material sempre evolui de aspirações, interesses, sentimentos, ideais e ideologias preconcebidas no interior da consciência. A cidade é, assim, resultado daquilo que pensam seus habitantes.

Por sua vez, enquanto realização humana constituída pela materialização da consciência, a cidade converte-se num objeto de experiência por meio dos vários aspectos em que ocorre sua apreensão por seus habitantes. Essa experiência retorna a consciência carregada de informações sobre a cidade, levando ao despertar de sentimentos e sensações diversas naqueles que a vivenciam. Ao mesmo tempo, a experiência se manifesta no cumprimento de funções práticas, tal qual a representada pela construção e manutenção da memória que, não dispondo da capacidade de se conservar na consciência, nos é sempre lembrada do exterior, por meio

de referenciais previamente experienciados pela consciência. Assim, a experiência da cidade ocorre em diversas instâncias de relações, as quais se manifestam pela cidade que vivemos, sentimos, temos e vemos. Tais aspectos revelam as formas como a cidade é apreendida pelos seus habitantes.

A *cidade que vivemos* ou vivenciamos é expressa pelos sentidos, através dos quais se constrói uma estrutura de relações coerente entre a consciência imanente de seus habitantes e o mundo exterior transcendente representado pelo ambiente urbano. Tal mecanismo se manifesta na produção do cotidiano que se efetiva nas práticas e relações sociais. A cidade, nestas condições, é o espaço da construção social, representada pelas relações de trabalho, círculos de amizade e laços familiares. É o lugar do morar, do trabalhar, do comprar, do conhecer, do lazer. Ambiente em que se efetiva a construção do “eu” social representado pelo estilo de vida, sotaques, costumes, hábitos, gostos, crenças e conhecimentos.

Nessas condições, mais do que dispor de uma íntima relação com a estrutura social, a cidade, enquanto quadro de vida cotidiana constitui, na verdade, a própria extensão da existência do seu habitante. Por esse motivo é que o distanciamento do indivíduo de sua base de relações cotidianas não deixa de representar uma perda, caso contrário os imigrantes não conheceriam o sentimento de angústia provocado pelas lembranças de sua terra natal.

A *cidade que sentimos* verifica-se pela capacidade do ambiente urbano motivar o despertar de emoções fortes, favoráveis à construção de um vínculo afetivo entre o habitante e a cidade. O orgulho pelo pertencimento ao lugar, a satisfação de nele viver, a sensação de prazer e bem-estar proporcionados pelas condições ideais de um ambiente bem cuidado são sentimentos nobres que podem emergir de uma forma urbana que se constitui de atributos potenciamente qualificados. O contrário também é válido. Quanto a isso, vale ressaltar que nas situações onde o que predomina é um estresse ambiental, a desesperança e irritação no humor refletem estados emocionais que implicam na possibilidade de um distanciamento afetivo entre a cidade e seu habitante.

A *cidade que temos* refere-se à configuração do ambiente enquanto resultado de uma ação social sobre o meio, desenvolvida ao longo do tempo e cujo caráter pesa na definição de sua qualidade ambiental. Fruto de um processo histórico que se acumula no espaço enquanto

materialização desigual do tempo, *a cidade que temos* se apresenta como patrimônio permanente, herdado de um passado social que lhe efetivou enquanto materialidade.

A cidade que vemos constitui-se de expressões materiais, tanto naturais quanto culturais, que se efetivam pela ação conjunta da natureza e da cultura na definição de um ambiente em que seus atributos materiais se combinam na composição de uma paisagem peculiar, definindo sua identidade espacial.

As várias expressões da cidade assim elencadas não se apresentam como objetificações descontínuas. Tampouco constituem uma tentativa de categorizar a realidade urbana em formas estanques. Antes, têm o propósito de enfatizar as diferentes formas pelas quais, conjuntamente, ocorre a apreensão da cidade por seus habitantes, o que possibilita, no conjunto de sua materialidade, apontar certas expressões formais como expressivas do seu patrimônio ambiental.

Esta premissa foi empregada como perspectiva útil à realização de uma leitura, apresentada a seguir, em que são evidenciados os elementos representativos que participam na composição do patrimônio ambiental urbano de Corumbá, bem como na definição de uma identidade que personifica a cidade enquanto recorte espacial expresso por sua paisagem.

A sistemática da leitura: uma apresentação

A ordem pela qual segue a apresentação dos elementos patrimoniais representativos de Corumbá é uma tentativa de enfatizar a lógica do processo histórico que efetivou a produção da cidade, enquanto expressão material de cultura, a partir da transformação de um meio natural pré-existente. Quanto a isso, alude-se ao exposto por Sauer (2004) na definição de uma morfologia da paisagem, base dos estudos que originaram a antiga geografia cultural: “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado”.

Assim, a primeira parte da leitura contempla uma abordagem sobre a fisiografia representativa do sítio urbano, a qual encontra no rio Paraguai e na feição de uma topografia

acidentada algumas de suas maiores expressões. Na sequência, a análise transcorre sobre os elementos patrimoniais do espaço público, ressaltando o papel do centro antigo de Corumbá, enquanto sede dos principais eventos culturais e comemorativos, na manutenção da centralidade de um acontecer urbano. A este tema, soma-se uma abordagem sobre a calçada enquanto espaço possível de convivência, em particular numa periferia desprovida das mesmas condições presentes na área central – quanto à presença de equipamentos e infraestrutura – favoráveis ao lazer, ao encontro, à contemplação, à realização de eventos sociais, enfim, à prática da socialização.

A terceira parte da leitura destaca a paisagem local como expressão do seu patrimônio ambiental. Destaca-se que o predomínio de uma topografia urbana de padrão acidentado acaba por proporcionar uma multiplicidade de perspectivas possíveis, a partir da cidade, sobre amplas extensões de suas adjacências. Um novo contorno se impõe ao patrimônio ambiental urbano constituído pelo vislumbre de extensões que transcendem aos limites físicos do próprio urbano.

Por fim, a caracterização patrimonial da cidade ocorre sobre a produção material representada na sua arquitetura. Neste particular, é apresentada uma abordagem do processo histórico materializado na produção de um conjunto arquitetônico – preponderantemente de expressão eclética e *art-decô* – que reflete o ideal de civilização urbana presente em uma cidade que, entre o final do século XIX e início do século XX, foi beneficiada por um intenso movimento comercial proporcionado pela navegação do rio Paraguai.

Atualmente, a densidade ocupada pelo acervo remanescente dessas construções no centro antigo de Corumbá configura-se como expressiva, o que enseja sua permanência como atributo representativo de identidade espacial urbana. Não obstante, Yázigi (2001) considera que a cultura material representada pela arquitetura constitui um dos fatores de menor estabilidade na definição de uma identidade espacial, em face da possibilidade de conhecer mudanças mais rápidas quando comparadas com as ocorridas nas feições da natureza, uma situação ainda mais evidente no Brasil, ao se considerar sua realidade em termos de preservação patrimonial.

O patrimônio fisiográfico



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Prefeitura Municipal de Corumbá, [s.d.].

Entre o rio Paraguai e as colinas calcárias recobertas por uma floresta decidual, ergue-se a cidade. Enquanto identidade espacial, Corumbá se expressa como uma cultura material acumulada sobre uma fisiografia peculiar e pré-existente.

O rio Paraguai e a gênese do patrimônio ambiental de Corumbá



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 7 – Vista do rio Paraguai no porto de Corumbá.

A localização geográfica dos lugares quase sempre aceitou como convenção uma referência às suas características físicas predominantes, verdadeiras “marcas” da paisagem local, capazes de imprimir no mapa mental uma imagem peculiar que caracteriza sumariamente sua descrição enquanto unidade espacial. Assim, tem-se a cidade “serrana” de Campos do Jordão, a cidade “litorânea” de Angra dos Reis, a “ilha” de Florianópolis ou o “arquipélago” de Fernando de Noronha. Em outros casos a característica dominante do meio natural converteu-se no próprio

topônimo local como em São José dos “Pinhais”, “Foz” do Iguaçu, “Chapada” dos Guimarães, “Barra” do Garças, “Águas” de Lindóia ou “Praia” Grande.

Não diferente, a simples localização geográfica de Corumbá é reveladora não apenas de sua referência física, mas também de uma primícia do seu patrimônio ambiental e elemento expressivo de sua identidade espacial: *a cidade localiza-se à margem direita do rio Paraguai* (figura 07). A sentença assim colocada, embora seja suficiente para preconceber o rio como elemento físico primordial de sustentação da feição ambiental urbana, reduz a possibilidade de um entendimento quanto à sua cumplicidade no processo de construção da cidade. Neste propósito, a sentença poderia ser reformulada para: *a cidade desenvolveu-se à margem direita do rio Paraguai*. Isto porque a história da cidade, direta ou indiretamente, sempre esteve vinculada a essa drenagem.

O rio na escala regional: a definição da geopolítica e da centralidade de Corumbá

Sob o aspecto da geografia regional o rio Paraguai se apresenta como a principal drenagem do Pantanal mato-grossense. Nasce na Serra dos Parecis, em Mato Grosso, atravessa a planície pantaneira no sentido geral norte-sul, captando a drenagem de toda porção oeste do estado de Mato Grosso do Sul, disposta à face ocidental da Serra de Maracaju. Adentra o território paraguaio cortando suas terras de norte a sul. Ao alcançar o território argentino se encontra com o rio Paraná, passando a formar o rio da Prata. Este rio, por sua vez, atinge o oceano Atlântico através de seu estuário, interposto entre a Argentina e o Uruguai.

A região drenada pelo rio Paraguai e seus afluentes nos dois estados mato-grossenses soma uma extensão de 345.000 km² (SILVA, 2000), sendo conhecida na literatura acadêmica por Bacia do Alto Paraguai – BAP. Essa bacia constitui uma subdivisão da Bacia do Prata e recebe esta denominação por situar-se no alto curso do rio Paraguai.

Dentre os principais tributários do rio Paraguai na BAP destacam-se o Taquari, o Cuiabá, o São Lourenço, o Miranda, o Nabileque, o Abobral, o Negro, o Aquidauana, o Paraguai-Mirim e o Apa. Ademais, à esquerda do seu curso recebe também a drenagem de parte do oriente boliviano onde o rio Pilcomayo se destaca como vertente principal.

As características naturais das vertentes do Alto Paraguai incluem o fato de constituírem rios de planície, caudalosos e de grande volume de água, possibilitando a navegação em quase toda extensão de seus cursos ao longo de quase todo período do ano, inclusive por grandes embarcações, especialmente no caso do rio Paraguai. No passado, esses fatores apresentaram-se como decisivos à ocupação da região, bem como, ao longo do tempo, à configuração de sua geografia política, assim como se apresenta nos dias atuais.

A boa navegabilidade dos rios implicou numa facilidade de penetração dos desbravadores espanhóis e portugueses em busca de ouro no interior de Mato Grosso já no século XVI, os quais passaram a disputar a posse desse território com as diversas nações indígenas que o habitavam.

Ao longo do século XVIII, por essas mesmas vias deu-se o processo de efetivação da ocupação com o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento e defesa, todos localizados no interior da Bacia do Alto Paraguai: Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, atual Cuiabá (1719), Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), Forte Coimbra (1775), Vila Maria, atual Cáceres (1778), Presídio de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, atual Corumbá (1778) e Presídio de Miranda, atual Miranda (1784). Menciona-se ainda que até o final do século XIX, a maioria dos principais núcleos urbanos de Mato Grosso permanecia disposta nessa região de planície ou em suas adjacências: Vila Bela, Cuiabá, Poconé e Cáceres ao norte; Miranda, Nioaque, Aquidauana e Porto Murtinho ao sul; Coxim e Camapuã a leste e Corumbá ao centro.

Ainda no final do século XIX, essa mesma facilidade de acesso implicaria numa vulnerabilidade da fronteira brasileira nessa região, ocasionando uma instabilidade geopolítica que envolveria toda região platina numa disputa territorial, culminando, no caso do Brasil, na invasão de Mato Grosso pelo Paraguai, dando início à Guerra da Tríplice Aliança.

No bojo dessa geografia regional que se referencia no rio Paraguai e seus afluentes, a cidade de Corumbá se constituiu como resultado material de uma constante produção espacial processada ao longo do tempo nessa parte do território nacional, motivada em grande parte pelo interesse geopolítico sobre a extensa área de influência do alto curso do rio Paraguai. Ao mesmo tempo, a localização estratégica da cidade no interior dessa região e no rio Paraguai definiu, durante muito tempo, seu importante papel na organização espacial do Mato Grosso,

seja através da articulação dos fluxos fluviais interurbanos e internacionais, ou ainda na condição de centro econômico estruturador de uma economia regionalmente autônoma, não obstante, diretamente articulada ao mercado platino e europeu.

Enfim, o papel de centralidade econômica desempenhado por Corumbá dentro da região mais dinâmica de Mato Grosso – aquela articulada pela rede de drenagem do Alto Paraguai – face à sua localização estratégica, rendeu-lhe uma produção material que testemunha a correlação cidade-rio, observável também em demais aspectos de sua realidade urbana.

O rio no contexto histórico do desenvolvimento urbano

A fundação de Corumbá, mesmo não tendo ocorrido de forma espontânea, e sim imposição de um decreto presidencial da capitania mato-grossense, motivado por interesse geopolítico do Estado Português, esteve relacionada à necessidade de garantir o rio como fronteira natural da colônia lusitana.

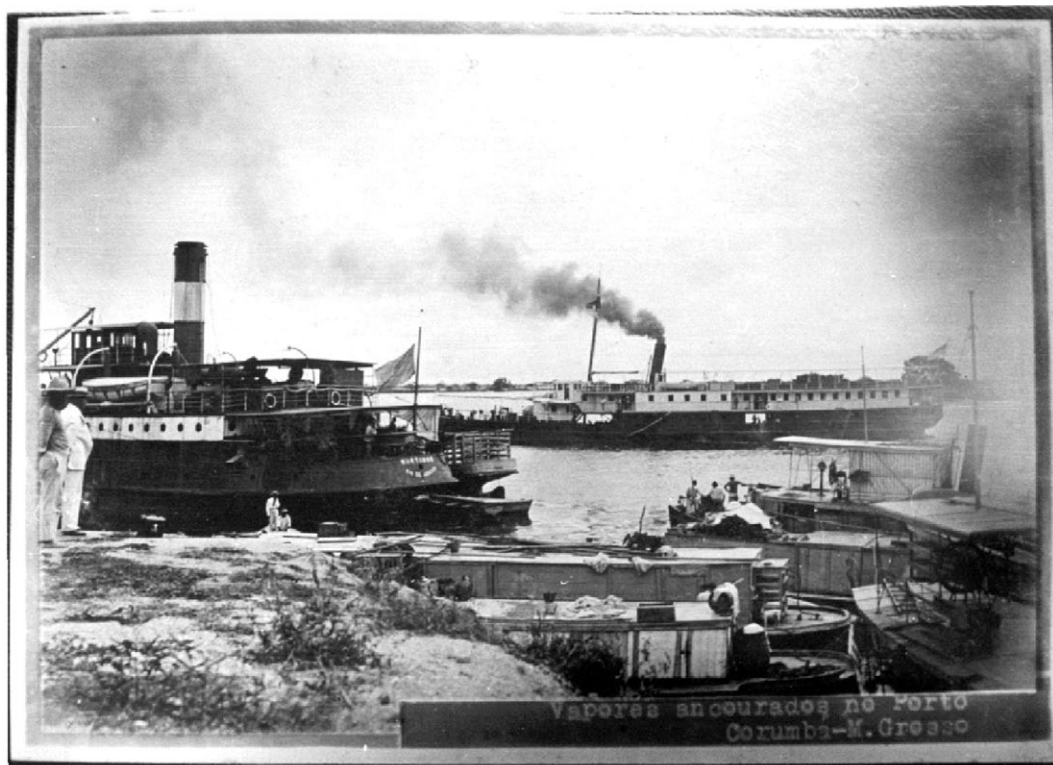
Ainda nos primórdios no século XVIII, sob a forma de uma fortificação militar, a cidade servia como ponto de apoio à garantia da navegabilidade no rio Paraguai – frente à instabilidade na segurança da fronteira e aos constantes ataques dos índios paiaguás que povoavam o Alto Paraguai, hostis à presença dos colonizadores – o que possibilitou a segurança das embarcações que se dirigiam às minas de Cuiabá levando suprimentos e novas levas de aventureiros à procura de ouro, que de lá retornavam trazendo os recursos explorados e remetidos à corte.

Pelo rio a cidade foi invadida e ocupada pelas tropas de Solano Lopes na segunda metade do século XIX, conhecendo a desolação ocasionada pelos efeitos da guerra do Paraguai, testemunhada sobretudo pela destruição de uma incipiente infraestrutura já instalada e edificações, além da quase dizimação do seu contingente populacional, tanto pelas batalhas de invasão e reconquista quanto pela epidemia de varíola que sucedeu o pós-guerra (SOUZA, [1984]).

Através do rio a cidade conheceu particular alento entre o final do século XIX e início do século XX, o que permitiu sua rápida reconstrução. O acordo internacional de livre navegação do rio Paraguai selou o fim das questões territoriais platinas no Alto Paraguai e permitiu a

Corumbá um expressivo desenvolvimento que a transformou no principal centro econômico de Mato Grosso e seu porto no terceiro em volume de mercadorias e capitais do interior da América Latina (CORRÊA, 1981).

Com localização estratégica no rio Paraguai, numa região cuja logística dependia de forma quase exclusiva da extensa rede de drenagem formada por rios navegáveis, Corumbá se tornou o centro articulador de toda uma economia regional, controlando o fluxo de mercadorias e capital em todo território mato-grossense (figura 08).



Fonte: Casa de Cultura Luís de Albuquerque.

Figura 8 – O porto de Corumbá no início do século XX. Através do rio, a cidade articulava uma nascente rede urbana mato-grossense presente especialmente no interior da Bacia do Alto Paraguai.

Pelo rio desembarcaram no porto de Corumbá imigrantes de diversas origens que transformaram o lugar num centro cosmopolita, marcando seu cotidiano decisivamente com seus traços culturais, hábitos, costumes e estilos de vida trazidos de seus locais de origem e assimilados à cultura local. Através do rio e beneficiada pela presença dos estrangeiros, a cidade se mantinha atualizada das tendências culturais europeias e platinas (SOUZA, 2001). Com essas regiões dispunha de um íntimo contato cultural que se fez sentir, entre outros, pelos estilos de construção adotados à época por idealização de construtores, sobretudo italianos, os quais deram forma aos seus primeiros conjuntos de alvenaria e que atualmente integram o acervo reconhecido como patrimônio histórico nacional.

Pouco depois, por esta mesma via, a cidade recebeu a influência *art-decô*, que marcou de forma expressiva sua arquitetura urbana, especialmente entre as décadas de 1920 e 1950 para constituir decisivamente, dada sua permanência, em traço relevante da personalidade de sua cultura material.

Do rio e de seu porto a cidade se desviou economicamente face ao declínio do transporte fluvial, voltando-se em direção à ferrovia e de sua estação ferroviária, inauguradas no final da década de 1940, ao sul da área urbana. O advento da ferrovia impôs uma nova lógica na organização espacial da cidade. Casas de atacado e exportação passaram a se organizar em um novo centro comercial próximo à estação ferroviária. O porto decrepito converteu-se em periferia urbana sendo suas antigas casas comerciais transformadas em moradias coletivas da população pobre (ITO, 2000).

O rio e a ascensão do turismo

Após um período de crise econômica e social que sucedeu a retração do seu parque industrial e a falência do modelo produtivo empregado pela pecuária extensiva no Pantanal, na década de 1970, a cidade retornou sua atenção ao rio. O turismo de pesca (figura 09) passou a despontar como alternativa de alento, tornando-se no início da década de 1990 uma das principais atividades de sustentação da economia local, juntamente com o comércio de exportação e a mineração de ferro e manganês.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2007)

Figura 9 – Embarcação de turismo (pesqueiro) no rio Paraguai. Nos momentos de crise, o rio oferece gratuitamente à cidade novas oportunidades de alento.

Doravante, a cidade se prendeu ao compasso de um fenômeno natural do rio, a piracema. A expressiva capacidade do turismo pesqueiro na mobilização da mão de obra local conferiu a uma parte significativa da economia urbana, dependente dessa atividade, um caráter intermitente, em consonância com a sazonalidade da pesca. No período de defeso, a proibição da pesca paralisa a atividade turística, refletindo em desemprego e retração da economia local, que volta a se revigorar somente após o fim do período proibitivo, com a abertura da nova temporada.

Durante a década de 1990, período áureo da atividade, o turismo respondia pelo movimento de aproximadamente 50 mil turistas anuais no município (PEREIRA, 1999), atraídos pela pesca esportiva praticada num circuito que incluía toda extensão do rio Paraguai, desde a foz do rio São Lourenço a cerca de 250 km a montante de Corumbá até as proximidades do distrito de Porto Esperança, 80 km à juzante da cidade.

Através do turismo de pesca, o rio Paraguai passou a promover, com mais intensidade, uma nova organização espacial urbana necessária à sustentação dessa atividade. Essa (re)organização espacial incluiu dentre os fatores mais significativos a implantação de uma importante infraestrutura turística, verificada no surgimento de inúmeras agências e operadoras de turismo, bem como a ampliação significativa de sua rede hoteleira a partir da construção de novos estabelecimentos e a entrada em operação de novos bacos-hotéis, transformando a cidade na segunda maior infra-estrutura hoteleira do estado, com um total de 4.500 leitos disponíveis. Além disso houve a implantação de uma infraestrutura de apoio tanto no comércio, através do surgimento de lojas de *souvenirs*, estabelecimentos especializados em artigos de pesca e da ampliação da rede gastronômica, quanto no setor da construção naval com o surgimento de estaleiros responsáveis pela construção e reparos das embarcações de turismo.

As empresas do setor, em particular as agências de barcos de turismo, imprimiram uma especialização do solo urbano a partir da concentração de seus escritórios ao longo da rua Manoel Cavassa, no Porto Geral, ocupando os edifícios que formam o conjunto arquitetônico tombado do Casario do Porto. Este processo implicou na remoção das famílias de baixa renda que até então ocupavam essas imóveis para fins habitacionais desde o período em que foram abandonados pelo fechamento das antigas casas comerciais. Desde então, a maioria desses imóveis, que estavam deteriorados, receberam sensíveis melhorias através de reformas e recuperação de fachadas, promovendo uma valorização da área no aspecto do uso do solo. Dessa forma, o porto antes abandonado passou a assumir um novo papel dentro da conjuntura espacial urbana, transformando-se em *locus* da atividade turística da região.

No aspecto da superestrutura, observa-se nesse mesmo período a constituição de instituições importantes ao direcionamento da atividade, tanto no setor empresarial onde se destaca a criação da ACERT – Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo, quanto no setor público municipal, com a criação da SEMATUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. Ademais, houve a criação de uma empresa de economia mista, a

EMCOTUR – Empresa Corumbaense de Turismo, que dispunha de uma participação em 51% de suas ações por parte do município e os 49% restante pertencentes ao empresariado do setor.

Outro marco das transformações urbanas decorrentes do desenvolvimento do turismo pode ser constatado na área da educação superior, com a criação do curso de bacharelado em turismo pelo IESPAN – Instituto de Ensino Superior do Pantanal, no final da década de 1990. A atuação do curso de turismo possibilitou significativa melhoria no aspecto da qualificação profissional, antes restrita aos cursos técnicos ministrados esporadicamente. A partir de então, a cidade passou a dispor de uma contribuição acadêmica que refletiu na disponibilização de um maior número de especialistas atuantes em diversas frentes do mercado de trabalho do setor turístico e no desenvolvimento de pesquisas direcionadas à realidade dessa atividade no município.

No campo das políticas públicas houve, nessa mesma época, a elaboração do Plano Diretor de Turismo que deveria constituir num documento estratégico ao desenvolvimento ordenado da atividade turística no município. No entanto, tal documento não chegou a alcançar a deliberação oficial.

No contraponto de constituir uma atividade vital à economia urbana, sobretudo na mobilização de uma fração importante do mercado de trabalho local e de outros setores da economia, o turismo de pesca, desenvolvido ausente de planejamento, logo se apresentou como contundente aos aspectos sociais e ambientais locais. Foi notório o aumento dos casos de prostituição, incluindo exploração sexual infantil frequentemente acompanhados pela mídia, bem como o desenvolvimento de uma atividade paralela ao turismo de pesca: o turismo sexual.

Na perspectiva ambiental, o desenvolvimento desordenado da atividade associado ao seu caráter mais exploratório do que produtivo, implicou numa sensível redução do estoque pesqueiro do rio Paraguai, atribuindo evidências de autofagia na sustentação do turismo de pesca, o que significou uma retração dessa atividade nos últimos anos que pode ser observada pela gradativa redução no número de turistas que visitam a região atraídos por essa modalidade¹.

1 Conforme relatório do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Pantanal, o número de turistas pescadores que visitaram a região de Corumbá passou de 43 mil em 2000, para 35 mil em 2001.

Apesar da diminuição do seu dinamismo na escala regional, o turismo de pesca ainda permanece como uma das mais importantes atividades de articulação da economia urbana e municipal, respondendo como um dos principais setores na geração de emprego e renda ao mercado de trabalho local. Menciona-se que em 2004, conforme relatório do Governo de Mato Grosso do Sul, Corumbá apresentava o terceiro maior PIB estadual, dentre 78 municípios do estado, destacando-se como pólo de pecuária de cria e recria, indústria mineral e turismo. Atualmente a atividade vem se diversificando, a partir da exploração de novas modalidades como o ecoturismo, o turismo cultural e o turismo de eventos, aproveitando-se de outras potencialidades existentes no município, de modo a distanciar-se da dependência exclusiva do turismo pesqueiro.

Pela perspectiva do turismo observa-se que a correlação cidade-rio se reafirma e se reconstrói ao longo do tempo. Através dessa atividade que, durante anos, se sustentou quase exclusivamente do seu potencial pesqueiro, o rio Paraguai permanece dispondo da capacidade de sustentar a cidade e, ao mesmo tempo, imprimir uma transformação expressiva em sua organização espacial urbana.

O rio como ideal coletivo à formulação da visão de futuro

Apontado como uma das principais virtudes ambientais, o rio também se projeta na agenda de desenvolvimento local. O potencial de sua hidrovia é sempre associado aos grandes projetos da região, especialmente como elemento logístico de integração regional, permitindo maior intercâmbio comercial entre os membros do Mercosul.

Essa ideia se revigora no plano ideológico, uma vez que os discursos desenvolvimentistas oficiais constantemente associados às expressões “o caminho do desenvolvimento”, “a retomada do progresso”, “a redenção econômica” incluem o rio Paraguai, colocando-o num papel de cumplicidade no ideal de desenvolvimento presente na representação retórica local.

Possivelmente, ainda como reflexo de sua participação decisiva à constituição de um período áureo na história da cidade e o que isso representou em termos de progresso material, especialmente na virada do século XIX ao XX, o rio Paraguai permanece presente no

imaginário coletivo como fator potencial de desenvolvimento. Em todas as reuniões, oficinas e plenárias comunitárias recentes em que foram discutidas e traçadas as perspectivas futuras para a cidade, o rio foi apontado como um dos fatores principais na constituição de um cenário futuro em que se projeta o ideal de desenvolvimento econômico sustentável e de justiça social².

Nenhum elemento da realidade local é tão expressivo a ponto de permanecer presente no imaginário urbano em diferentes épocas e acompanhar a constituição da cidade ao longo de sua história. Na memória, o rio está presente, sobretudo, pelo apogeu comercial que representou à cidade. Em tempos recentes foi, com maior relevância, provedor de fôlego – através do turismo de pesca – a uma economia local debilitada desde a década de 1970. Como elemento à formulação do ideal coletivo, o rio antecipa a realidade presente e se apresenta como componente determinante de aspirações futuras, induzindo, de certa forma, a mobilização da cidade nesta direção. Apresenta-se, assim, em toda extensão de sua dimensão temporal: o rio coloca-se como o passado, o presente e o porvir da cidade.

O rio na referência urbanística

Sob o aspecto do urbanismo, o desenho urbano se referencia no rio. Seu traçado, idealizado em 1859, foi nitidamente orientado obedecendo o sentido do leito do rio. Assim, o ângulo divergente que passa a descrever as vias paralelas oeste-leste a partir da rua Albuquerque, no bairro Universitário, não constitui um capricho aleatório, senão um intuito bem acertado, em favor do planejamento urbano, de manter o traçado urbano orientado ao rio, coincidindo com o sentido ligeiramente oriental que o Paraguai passa a descrever a partir da proximidade do Forte Junqueira (figura 10).

2 Ver relatórios de plenárias: Plano de Desenvolvimento Regional – Região do Alto Paraguai (2002), Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá (2003), IIª Conferência das Cidades – Fase Municipal de Corumbá (2005), Plano Diretor Participativo de Corumbá – Leitura Comunitária (2006).

Mesmo a definição do patrimônio tombado que inclui a área ocupada pelo Casario do Porto, a encosta subsequente e parte da Avenida General Rondon parece ter sido orientada pela perspectiva que se tem desse conjunto a partir do rio Paraguai. Explica-se sua classificação pelo IPHAN como se tratando de um patrimônio paisagístico. Tal patrimônio se constitui pela percepção integrada dos elementos que compõem a área representados pela arquitetura, topografia e demais elementos naturais. Nessa estrutura visual, o rio se apresenta como elemento de primeiro plano e de maior estabilidade na identificação da paisagem.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Prefeitura Municipal de Corumbá (1999).

Figura 10 – Mesmo a rigidez de um racionalismo pretencioso encontra seu limite nas curvas incertas da natureza, em uma cidade cujo desenho urbano se referencia no rio Paraguai.

O rio e a dimensão simbólica

Na intimidade de uma dimensão simbólica do cotidiano local, o rio constitui um espaço sagrado de transcendência. Nas águas da Praia Vermelha, ao lado do cruzeiro onde se assina a fundação e posse da cidade para “El Rey de Portugal”, o culto e a devoção religiosa marcam o rio com um significado místico para crenças de diversas correntes. Nele são apresentadas as preces e oferendas para Iemanjá, no mesmo ponto em que acontecem os batismos coletivos de evangélicos e onde se recepciona a procissão fluvial de São Pedro. Em sua margem, a comunidade se reúne em saudação à Virgem do Carmo vinda do Forte Coimbra, e para onde também se dirigem, em consenso, os andores de São João (figuras 11 e 12).



Fonte: Casa de Cultura Luís de Albuquerque/Superintendência de Turismo/Prefeitura Municipal de Corumbá (2006)

Figura 11 – O valor simbólico de um lugar sacralizado pela consciência. Tradicional cerimônia do banho de São João, às margens do rio Paraguai no porto de Corumbá.



Fonte: Casa de Cultura Luís de Albuquerque/Superintendência de Turismo/Prefeitura Municipal de Corumbá (2006)

Figura 12 – Um espaço, vários significados, inúmeras relações: no mesmo ponto do rio Paraguai, adeptos do candomblé e da Umbanda reúnem-se na apresentação de oferendas a Iemanjá.

Designado significativamente pela coletividade, o rio adquire poder transcendente à sua natureza física. Torna-se elemento de plena virtude para expressão devocional. Assim, suas águas, prestimosas para o deleite da fé, levam pela correnteza as preces, submergem o pecado, convertem e renovam a alma. A abstração do rio na consciência coletiva o faz imanente ao grupo social. Nesta dimensão, soma-se à sua condição de elemento natural de importância econômica e biológica sua representação simbólica pela qual se integra à uma vivência cultural intensa da sociedade local.

O rio enquanto “marca” do lugar

Dispondo de uma importância reconhecida coletivamente em diferentes aspectos da vida local, o rio é apropriado como “marca” expressiva do lugar (figura 13), sendo sua representação reproduzida nas simbologias oficiais. O meandramento em forma de “S” que o rio descreve diante do platô calcário em que se assenta a cidade está representado em destaque no brasão e na bandeira municipal. Sua adoção é também comumente observada nos timbres oficiais de diferentes gestões municipais das últimas décadas. Assim, a fisiografia do rio passa a ser oficialmente reconhecida como uma característica sumária da paisagem do lugar e uma expressão vigorosa de sua identidade espacial. É o que Meneses (1981) reconhece como se tratando de uma estandarização do objeto espacial que, face à sua alta imaginabilidade, em certos casos, acaba se convertendo na imagem do próprio lugar.

A marca que o rio imprime à cidade se reproduz na representação literária, revelando a intensidade de como é incorporado no universo da consciência coletiva. Em uma das mais clássicas poesias sobre a cidade, a “Lenda Bororo”, a cumplicidade entre o rio e a cidade é representada através de uma perspectiva mitológica pela qual se deu a fundação de Corumbá, à margem do rio Paraguai, conforme a imaginação do seu autor. A relevância dessa poesia no imaginário urbano importou a construção de um monumento em sua homenagem e ao seu autor, o poeta Pedro de Medeiros, o qual ocupa lugar de destaque na praça da Independência, a principal da cidade.

Enfim, o rio se apresenta como um dos elementos definidores de diferentes aspectos da realidade local. Três desses merecem ser destacados na explicitação de sua íntima relação com a cidade e de sua participação na formulação da personalidade urbana: enquanto recurso de uso pragmático, o rio permeia diversos aspectos das relações locais e dispõe-se como bem onde se vivenciam inúmeras experiências cotidianas. É o local do lazer, do trabalho, da subsistência, das práticas religiosas, da contemplação e fonte única ao abastecimento potável urbano.

Enquanto potencialidade local permanece, assim como no passado, determinante na constituição do processo histórico da cidade. Sua simples designação como atributo potencial aos ideais de desenvolvimento local é suficiente para induzir os agentes e forças urbanas locais a um rearranjo em busca desse objetivo e assim produzir a cidade conforme esse modelo.

Enquanto fisiografia, o rio integra a paisagem local como um dos elementos de maior estabilidade para configuração e preservação da identidade espacial urbana. Esses três fatores se consubstanciam na sua definição enquanto objeto representativo da realidade local e da vivência cotidiana, tanto em sua natureza objetiva física de feição espacial da paisagem quanto pelas diferentes formas às quais se apresenta ao universo da consciência coletiva.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2007)

Figura 13 – A apropriação do rio como marca do lugar revela sua expressividade no imaginário urbano: representação da poesia “Lenda Bororo” no monumento em comemoração ao bicentenário da cidade, no Jardim da Independência.

O domínio das colinas sul



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006)

Figura 14 – Morraria dolomítica e sua floresta decidual submontana na Parte Alta de Corumbá.

A fisiografia da região denominada de Parte Alta, que inclui os bairros da periferia sul da cidade, constitui o domínio dos “icebergs” da formação Bocaina (VALVERDE, 1972), elevações calcárias com altitudes variáveis entre 150 e 350 metros, cujo conjunto é também conhecido como “Morraria de Corumbá” (figura 14).

A distribuição desses morros na área ocorre de duas formas: isolada, dispersos a uma distância relativamente pequena, separada por vales, como é o caso dos morros do Cruzeiro, Bandeira e Pico de Corumbá; e em cadeia, a exemplo dos morros que, dispostos em cordilheira,

circundam a porção sul da cidade, de leste a oeste. Estes, pela forma como estão dispostos, constituem, até os dias atuais, um limite natural da malha urbana, mesmo não coincidindo com os limites legalmente constituídos do perímetro urbano, o qual, com base na lógica da estrutura fundiária, dispôs-se além da cordilheira.

À exceção de alguns morros já alcançados pela expansão urbana desordenada, vindo a ser ocupados em parte para fins habitacionais, a morraria ainda é dominada por uma cobertura vegetal nativa constituída por espécies arbóreas e arbustivas, classificada como Floresta Estacional Decidual Submontana (SILVA, 2000).

As condições naturais, especialmente de solo e clima, bem como outros fatores de geognose moldaram esta fitofisionomia peculiar da morraria de Corumbá, caracterizada pela sua complexidade e variação temporal da paisagem. As condições aparentemente adversas do terreno, composto por calcário quase sempre aflorante e solo, por pouco, inexistente – que se constitui basicamente pelo acúmulo de matéria orgânica decomposta depositada pela própria vegetação – são a base para o desenvolvimento de uma composição vegetal caracterizada pela diversidade de espécies, da qual destacam-se o ipê roxo, o angico e cactáceas (SILVA, 2000).

A distinção entre duas estações bem definidas, inverno seco e verão úmido com temperaturas elevadas e regime de chuvas irregulares condicionam a morraria a modificações no aspecto de sua vegetação ao longo do ano, definindo o predomínio de três momentos distintos quanto à configuração da paisagem. O primeiro momento, de maior duração, corresponde ao período chuvoso, entre os meses de outubro e maio, que define o predomínio de uma vegetação densa e vigorosa disposta de um verde intenso e homogêneo. Tal configuração confere à mata a impressão de um ambiente quase impenetrável. O som variado de pássaros, insetos e pequenos animais rasteiros é da mesma forma intenso, o que evidencia com mais profundidade a biodiversidade presente no seu interior, já verificável pelos próprios atributos da vegetação. A mata torna-se audível, especialmente nas áreas menos habitadas da cidade, livres dos barulhos dos carros e de outras interferências antrópicas desta natureza. Nesses locais, o som exótico emitido desde a vegetação densa é capaz de estimular a curiosidade humana em

penetrar o seu interior, ou, numa situação contrária, induzir a uma insegurança que repele qualquer iniciativa à sua aproximação. Independente da reação, o certo é que o ambiente não se apresentará indiferente à percepção humana.

O segundo momento equivale ao período de alta estiagem, entre os meses de julho e setembro, quando a deficiência de chuva e a perda de umidade do solo pouco profundo, produzem respostas austeras na vegetação, dominada por espécies arbóreas caducifólias. A perda do vigor florestal, evidenciada pela queda das folhas e do fenecimento da maioria das espécies rasteiras e arbustivas menos resistentes ao período seco, dá forma a uma paisagem dominada pelos troncos das árvores desfolhadas e galhos secos que expõe o terreno rochoso e acidentado da morraria.

O terceiro momento marca a transição do período úmido, que define uma vegetação predominantemente verde para o período de estiagem que produz a vegetação seca. A floresta decidual, por um pequeno período, de aproximadamente três a quatro semanas, é caracterizada pela floração dos ipês. A espécie por ser dominante no porte e em número de indivíduos dispõe de uma densidade suficiente para transgredir o verde dominante da vegetação, agora recoberta pela tonalidade lilás de sua floração, produzindo um efeito estético capaz de potencializar a percepção da morraria dolomítica (figura 15).



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006)

Figura 15 – Aspecto da morraria dolomítica no bairro Nova Corumbá, durante o período da floração dos ipês: a fisiografia da morraria reduz os efeitos da monotonia imposta pela uniformidade dos projetos de habitação popular.

Essa dinâmica na feição florestal, acionada pela força motriz da condição climática, constitui fator importante na definição da personalidade ambiental da parte alta de Corumbá, atuando como uma dimensão temporal capaz de amplificar, qualitativamente, a paisagem da morraria, garantida não somente pelo atributo de topografia, cobertura vegetal e estrutura geológica, mas também pelo seu arranjo espacial.

Sob o aspecto da disposição espacial, as elevações definem a configuração de um relevo denudacional do tipo colinoso, conformando uma topografia acidentada em seu caráter morfológico. Entre a acentuada declividade das encostas dos morros, interpõem-se amplos vales que vertem em declividades suaves até se encontrarem em talvegues rasos, temporariamente alimentados por escoamento superficial proveniente das precipitações.

O recorte imposto à área pela distribuição da morraria permite a identificação de três vales bem definidos e que abarcam amplas extensões de uma topografia de declividade relativamente uniforme. Neste aspecto, os vales apresentam um padrão topográfico de plano inclinado descendente, a partir da base das colinas, em direção às linhas de talvegue. Essa configuração topográfica vem favorecendo, desde a década de 1940, a ocupação de tais áreas pela expansão urbana, dando origem aos bairros altos que atualmente compõem a periferia sul de Corumbá.

O primeiro vale corresponde à área atualmente ocupada pelo bairro Cristo Redentor e pelos conjuntos habitacionais Vitória Régia e Cravo Vermelho I, II e III. Encontra-se circundado pelos morros do Cruzeiro, ao norte, Pico de Corumbá, a oeste, e Bocaina, ao sul e sudeste.

A oeste do primeiro, um segundo vale se desenvolve entre os morros da Caixa d'água e Pico de Corumbá, a leste, as pequenas elevações do Jardim dos Estados, ao sul, o “icelberg” isolado correspondente ao morro da Bandeira, ao norte, e a cordilheira de morros que balizam fisicamente o limite oeste da área urbana. Nesta área, onde ainda se processa uma ocupação iniciada na década de 1960, encontram-se localizados os bairros Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova e Jardim dos Estados.

O terceiro vale localiza-se no extremo sul da cidade, sendo atualmente ocupado pelos bairros Nova Corumbá, Guarani e Guatós. Interpõe-se entre os morros da Bocaina a leste, as pequenas elevações do Jardim dos Estados ao norte, e os morros de cordilheira que circundam a área em sua porção sul e oeste. O vale foi alcançado pela expansão urbana no final da década de 1970, sendo sua ocupação induzida, desde então, pela intervenção estatal através da construção de conjuntos habitacionais e da implantação de loteamentos populares.

Antes de serem ocupados pela expansão urbana, esses vales eram também cobertos por uma vegetação densa que constituía uma extensão – variante em termos de algumas espécies – da floresta estacional decidual que compõe a morraria.

Essa mata decidual, outrora presente nos vales da parte alta, era depositária de fartos recursos naturais como caça, frutos silvestres, plantas medicinais e madeira comumente empregada para lenha, postes para cerca e construção de casas. A abundância desses recursos estimulava a organização de frequentes expedições de finais de semana realizadas por famílias

inteiras, sobretudo as mais pobres, que adentravam a mata dos vales em exploração a tudo o que pudesse ser útil à subsistência.

A floresta estacional decidual remanescente nos morros faz com que estes constituam testemunhas do vigor florestal outrora dominante em toda parte alta de Corumbá, o qual se traduzia em uma riqueza ecossistêmica que, sob o aspecto econômico, implicava em uma diversidade de recursos naturais disponíveis à população de baixa renda, sobretudo nos vales atualmente preenchidos pela malha urbana.

Mesmo estando restrita à morraria, a floresta decidual dispõe de densidade e extensão suficientes para assegurar sua função de importante condicionante ambiental. Neste aspecto, é reconhecido o papel desempenhado pela cobertura vegetal arbórea como fator atenuante de temperatura e de elevação da umidade.

Seguindo ainda pela perspectiva dos efeitos ambientais decorrentes, tem-se que os fatores de altitude e disposição espacial das colinas fazem com que estas constituam corredores e barreiras capazes de conferir à topografia um papel decisivo no controle de intensidade, direção, predominância e deslocamento dos ventos e massas de ar atuantes nos vales da parte alta.

Ao participar na definição dos fatores climáticos locais, a morraria garante um microclima diferenciado para estes vales, tributando fatores capazes de minimizar sensivelmente os efeitos das altas temperaturas incidentes na região, geralmente superiores a 35° C (SILVA, 2000). Tal situação se constitui como condicionante na definição de uma sensação térmica mais amena e, sutilmente, menos hostil ao conforto humano predominante na parte alta de Corumbá, em comparação à condição observada na parte baixa, ausente dos efeitos da morraria e de sua floresta decidual e, ao mesmo tempo, comprometida pela grande densidade de áreas construídas e de vias pavimentadas.

Por sua existência física e por constituir um dado espacial objetivo, as colinas calcárias do sul de Corumbá imprimem sua relevância no caráter abstrato de uma dimensão psicoambiental. Para a população estabelecida nos vales da parte alta, em uma área distante da influência da brisa ribeirinha e regida por temperaturas predominantemente elevadas, cabe à morraria – pela simples visão que se tem de sua floresta a partir da janela, do batente da porta, do quintal ou ainda do cotidiano das calçadas – a possibilidade de desempenhar um papel poderoso: induzir à sensação de conforto ambiental.

O espaço público enquanto patrimônio



Fonte: PEREIRA, J. (2006)

Representação do outono europeu no Jardim da Independência, centro antigo de Corumbá. Uma das quatro esculturas encomendadas pela intendência municipal, no início do século XX, à galeria de Orazio Andreoni em Pisa, Itália.

O centro de Corumbá

A realização de uma leitura sociológica do patrimônio remete à consideração sobre a estrutura funcional da cidade incidente na organização dos espaços urbanos, na regulação dos movimentos intraurbanos e na relação estabelecida com a materialidade constituída no processo histórico. Quanto a isso, cabe considerar que a cidade permanece fiel a uma organização tradicional de centralidade que tem no seu núcleo inicial de formação urbana – área que concentra a maior parcela do conjunto arquitetônico representativo do seu patrimônio ambiental urbano – o papel proeminente de articulação de fluxos intraurbanos, também extensível à escala regional, considerando sua atração, no campo econômico e social, às localidades menores situadas no seu entorno.

Apesar da disposição simétrico-cartesiana de sua estrutura viária, a qual sugere uma articulação em redes, ou ainda o processo de periferização induzido por iniciativa estatal, implicando na constituição de novos setores populacionais localizados em áreas cada vez mais distantes, a cidade permanece consistente à manutenção de uma polarização comandada pela área central de ocupação mais antiga. A função do centro antigo, assim colocada, corresponde a um papel de regulação da dinâmica urbana, em face da coexistência de duas centralidades principais: uma centralidade econômica, uma vez que nele estão concentradas as duas atividades mais importantes na sustentação da economia local: o comércio e o setor de serviços; e uma centralidade institucional, por reunir não apenas a maior parte dos usos do solo dessa categoria, mas também equipamentos públicos essenciais, além de áreas de lazer e espaços públicos de convivência. A este respeito, vale ressaltar que as principais praças da cidade, onde são realizados a maioria dos seus eventos públicos, estão localizadas nesta região.

O conjunto de cinco praças aí existentes possui a característica comum de constituírem áreas verdes, guardando entre elas uma certa equidistância. Dessas praças, uma se localiza na parte baixa, interposta entre a margem direita do rio Paraguai e o casario do porto. As outras quatro encontram-se na região central propriamente dita. São elas: a praça Generoso Ponce, da Independência, da República e Uruguai.

A praça Generoso Ponce se insere no polígono de tombamento. Localizada entre a Avenida General Rondon e a encosta ribeirinha, constitui um ponto de grande imaginabilidade, de onde se descortina uma vista panorâmica do casario do porto logo abaixo, do rio Paraguai e da Planície Pantaneira.

A praça Uruguai, localizada em frente à antiga cadeia pública (atual Casa do Artesão), foi ao longo do tempo suprimida em vista da constante construção de prédios públicos, e hoje representa apenas $\frac{1}{4}$ do seu espaço original. No local, coexiste uma multiplicidade de usos, proporcionada pela existência de uma escola pública de grande porte, um terminal de ônibus coletivo, um centro integrado de saúde (antigo mercado municipal) e um estacionamento. Essas modificações ocasionaram o seu quase total estrangulamento, pouco lembrando o espaço público que foi no passado.

As praças Independência e da República são as mais centrais e além de possuírem uma grande importância ambiental e paisagística constituem monumentos histórico-culturais. A primeira por ter sido um dos palcos de batalha da Guerra do Paraguai, em 1867; e a segunda, pelos seus monumentos e materiais construtivos, geralmente de procedência europeia, resultado da influência dos imigrantes daquele continente na cidade durante a passagem dos séculos XIX ao XX.

Esses locais, em especial as praças Jardim da Independência e Generoso Ponce, permanecem como favoráveis à prática da socialização urbana e que, em parte, respondem para a definição do papel de centralidade desempenhado pelo centro antigo de Corumbá.

Ademais, embora possa observar, ainda que modestamente, a formação de algumas áreas de concentração comercial compostas especialmente por pequenos estabelecimentos varejistas de bairro, sobretudo nos setores mais populosos e periféricos, é no centro antigo onde permanecem concentrados os grandes mercados, o comércio especializado, os serviços essenciais como os correios, lotéricas, o setor bancário, os restaurantes, hotéis, escritórios, agência de viagens, clínicas particulares, prédios e equipamentos públicos. Ao centro antigo dirigem-se todas as linhas do transporte coletivo, mesmo que o plano viário associado a um princípio de eficiência e economia desse serviço público sugira sua articulação em rede. Nele estão localizados todos os

pontos de táxi. Por conseguinte, ao centro aflui a maior parte dos investimentos privados, área predileta do interesse do capital produtivo e à qual se devotam as maiores parcelas dos recursos públicos, especialmente aqueles direcionados à “manutenção” urbana, como serviços de iluminação, limpeza pública, conservação de praças e segurança – demandas necessárias à garantia da imagem de um zelo pela cidade.

A tabela 01 apresenta a relação dos principais investimentos públicos realizados na cidade nos últimos três anos. Nela pode ser constatada a preferência do centro antigo à aplicação de recursos estatais visando, em especial, à execução de obras de melhoramento urbanístico e de uso cultural.

Se, por um lado, a concentração funcional reforça e perpetua a centralidade local e regional exercida pelo centro antigo de Corumbá, atraindo investimentos público e privado à manutenção do *status* de área de excelência do território urbano, por outro reforça a condição de periferia dos bairros populares, deficientes dos mesmos benefícios, o que proporciona um cotidiano excludente vivenciado pelos seus moradores, apesar de, etimologicamente, a própria concepção de centro já embutir a ideia de periferia.

Os espaços da convivência - espaços públicos centrais e a centralidade do acontecer urbano

O papel desempenhado pelo centro na estruturação da funcionalidade urbana encontra consonância em sua predileção por parte dos investimentos públicos e privados, bem como na atenção dispensada pela gestão municipal quando comparada com as outras partes da cidade. A cooperação desses fatores constitui uma determinante na condição do centro enquanto área de atração de fluxos intra-urbanos. Levando-se em consideração tais premissas, não seria arriscada uma afirmação que dispõe de legitimidade em uma análise dos acontecimentos sociais: a cidade é vivenciada no seu centro antigo.

Tabela 1 – Principais investimentos públicos realizados na cidade de Corumbá entre os anos de 2004 e 2006³

Obras	Categoria	Fase	Origem dos recursos, execução	Localização
Pavimentação da rua Gonçalves Dias	infraestrutural	concluída	Governo Federal e Prefeitura Municipal	Aeroporto
Construção de conjunto habitacional popular	infraestrutural	concluída	Governo do Estado	Aeroporto
Recuperação do pátio do Aeroporto Internacional de Corumbá	infraestrutural	em andamento	Governo Federal	Aeroporto
Ampliação do pronto socorro municipal	infraestrutural	concluída	Governo do Estado e Prefeitura Municipal	Centro
Reforma da estação ferroviária de Corumbá	infraestrutural	em andamento	Prefeitura Municipal	Centro
Reurbanização da praça Generoso Ponce	urbanística	concluída	Governo Federal (Programa Monumenta) e Prefeitura Municipal	Centro antigo
Revitalização da praça do Porto Geral	urbanística	concluída	Governo Federal (Programa Monumenta), Governo do Estado e Prefeitura Municipal	Centro antigo
Restauração da escadaria José Bonifácio	urbanística	concluída	Governo Federal (Programa Monumenta) e Prefeitura Municipal	Centro antigo
Construção do centro de convenções de Corumbá	infraestrutural	concluída	Governo Federal e Prefeitura Municipal	Centro antigo
Construção da praça do Pescador	urbanística	em andamento	Prefeitura Municipal	Centro Antigo
Construção do Museu do Homem Pantaneiro	cultural	em andamento	Governo Federal (Programa Monumenta)	Centro Antigo

³ Fonte: Coordenadoria Municipal de Planejamento Urbano e Paisagismo – Prefeitura de Corumbá (2006).

Obras	Categoria	Fase	Origem dos recursos, execução	Localização
Restauração do prédio da antiga alfândega de Corumbá	cultural	em andamento	Governo Federal	Centro Antigo
Construção de escola municipal modelo	infraestrutural	em andamento	Prefeitura Municipal	Cravo Vermelho III
Construção da galeria pluvial tronco do Cristo Redentor	infraestrutural	em andamento	Governo Federal e Prefeitura Municipal	Cristo Redentor
Implantação de corredor asfáltico – rua Marechal Deodoro	infraestrutural	concluída	Governo Federal e Prefeitura Municipal	N. Sra. De Fátima Popular Nova, Jardim dos Estados, Guarani, Nova Corumbá
Construção da galeria pluvial tronco do Nossa Senhora de Fátima	infraestrutural	em andamento	Governo Federal e Prefeitura Municipal	Nossa Senhora de Fátima
Construção do centro popular de esporte e cultura	infraestrutural	concluída	Governo do Estado e Prefeitura Municipal	Popular Velha
Urbanização do acesso ao monumento Cristo Rei do Pantanal	urbanística	concluída	Prefeitura Municipal	Popular Velha

O calendário de eventos da cidade indica o centro como lócus das principais festividades e acontecimentos sociais, o que atribui a este local uma terceira centralidade na organização funcional urbana, relacionada à realização dos eventos públicos. A totalidade dos eventos fixos anuais consagra os espaços públicos do centro antigo como locais para sua realização (tabela 2). A tipologia desses eventos inclui festividades religiosas, feiras beneficentes, promoções públicas, exposições, apresentações culturais e comemorações cívicas. O caráter desses eventos pode ser definido pela identificação das instituições promotoras, o que indica uma participação coletiva na definição de um “uso cultural” dos espaços públicos centrais, envolvendo segmentos

representativos da cidade: organizações militares, instituições religiosas, entidades beneficentes, além do próprio poder público.

A adjetivação desses eventos como “públicos” não se vincula ao aspecto de gratuidade e livre acesso à participação popular, mas ao fato de sua realização ocorrer em locais públicos. Esta constatação adquire importância fecunda nos dias atuais, em que os ideais de coletividade vêm sendo suplantados pela ascensão de uma cultura pós-moderna de caráter individualista e privativa, resistente aos princípios de interação coletiva. A realização das festividades e eventos em espaços públicos marca esses locais como importantes espaços de convivência, ainda preservados em Corumbá. A apropriação coletiva da praça, da rua e demais áreas públicas em prol de um uso cultural reforça a condição desses espaços como locais de interação, e os eventos e festejos como momentos em que todas as distinções sociais relacionadas à classe, credo e ideologia são, por um instante, dissolvidas. O local e o acontecimento transformam todos seus participantes em comuns.

Uma das mais antigas e tradicionais manifestações culturais de Corumbá pode ser tomada como emblemática dessa relação da sociedade com o seu patrimônio. A festa em louvor a São João Batista, conhecida regionalmente como Banho de São João, ocorre oficialmente na noite do dia 23 para 24 de junho, mas se estende por até cinco dias. Esta é a maior festa religiosa da região, que tem como ponto alto da comemoração o banho da imagem do santo, carregado em andor, nas águas do rio Paraguai, capaz de atrair todos os anos um público expressivo que inclui devotos, moradores e turistas ao porto de Corumbá. Mesmo tendo origem e tradição católicas, a festa é marcada pelo sincretismo religioso, uma vez que muitas das procissões são organizadas por adeptos do candomblé e da umbanda para os quais João Batista é reverenciado como o orixá Xangô. Sua realização mobiliza uma parcela considerável da comunidade local: devotos católicos e adeptos de religiões afro-brasileiras, artesãos, pescadores, alunos e professores de escolas públicas e particulares, além do próprio poder público, responsável pela sua organização.

Tabela 2 – Principais festividades e eventos públicos realizados na cidade de Corumbá⁴

Evento	categoria	Capacidade de atração de público	Data	Local	Setor urbano
Festa de Nossa Senhora da Candelária (Padroeira)	religioso	médio porte	02/02	Praça da República	Centro
Carnaval	evento	evento de massa	não fixa	Rua Frei Mariano, Av. General Rondon, Praça Generoso Ponce	Centro
Banho de São João	religioso	evento de massa	24/06	Circuito: Ladeira Cunha e Cruz, rua Manoel Cavassa, Praia vermelha, rio Paraguai	Porto
Festa de São Pedro	religioso	médio porte	29/06	Rio Paraguai, Av. Brândão Júnior	Porto, Bairro da Cervejaria
Festival da América do Sul	evento	evento de massa	não fixa	Praça Generoso Ponce, Cais do Porto	Centro e Porto
Noite da Seresta	apresentação	pequeno porte	não fixa	Praça da Independência	Centro
Feira do Amor	beneficente	pequeno porte	não fixa	Praça da Independência	Centro
Independência do Brasil	cívico	médio porte	07/09	Praça da Independência, rua Frei Mariano, Av. General Rondon	Centro
Festa da Virgem Urkupiña	religioso	pequeno porte	não fixa		Centro
Aniversário da cidade	cívico	evento de massa	21/09	Rua Frei Mariano, Av. General Rondon, praça Generoso Ponce	Centro

⁴ Fonte: Fundação de Cultura do Pantanal de Corumbá (2006).

Evento	categoria	Capacidade de atração de público	Data	Local	Setor urbano
Caminhada por amor a Corumbá	cívico	médio porte	não fixa	Rua Frei Mariano, Delamare, praça da Independência	Centro
Semana do Exército	exposição	pequeno porte	não fixa	Praça da Independência	Centro
Festa de Nossa Senhora Auxiliadora	religioso	médio porte	não fixa	Rua Dom Aquino	Centro
Festa de São Cristóvão	religioso	médio porte		Rua Colombo	Centro
Corrida da Infancia	esportivo	pequeno porte	não fixa		Centro
Festival Pantanal das Águas	evento	evento de massa	não fixa	Praça Generoso Ponce, Cais do Porto, Praça do Porto, rio Paraguai	Centro e Porto
Passeio ciclistico de N. Sra. Aparecida	religioso	pequeno porte	12/10		Centro
Festa de Iemanjá	religioso	pequeno porte	31/12	Praia Vermelha, rio Paraguai	Porto

Embora a festa tenha um caráter devocional-sagrado, ela também incorpora rituais profanos. As bandas musicais que acompanham as procissões, ao executarem o hino do santo, alternam ritmos sacros e carnavalesco ditado aos participantes.

A relação da festa com o patrimônio é íntima e deve ser entendida pela sua representação espacial. A dimensão simbólica do seu caráter devocional envolve uma dimensão espacial construída pela festa ao longo do tempo. Este rito espacial tem início nos locais de concentração dos festeiros que geralmente são casa de devotos, terreiros, igrejas e escolas, distribuídos em diversos pontos da periferia, área central e comunidades ribeirinhas. Nestes locais de concentração são realizadas as cerimônias iniciais que incluem a reza, a refeição com comidas e bebidas típicas da culinária regional e dos festejos juninos, além do baile. Ao se aproximar a meia-noite do dia 23, os devotos, carregando lanternas coloridas, deixam os locais de concentração levando o andor do santo em procissão pelas principais ruas de seus respectivos bairros,

em direção ao centro antigo. Mesmo que as opções de acesso ao porto sejam diversas, entre ladeiras, ruas e escadarias, na altura da praça da República as procissões passam a descrever um trajeto comum, ao descerem a ladeira Cunha e Cruz. Entre as cerca de 40 procissões provenientes dos diversos pontos da cidade, nenhum outro acesso ao porto é tomado, senão a referida ladeira. O percurso por este trajeto torna-se intrínseco à própria procissão, de modo que um rito simbólico se configura em um rito espacial. Na ladeira acontece o encontro entre as procissões que descem ao rio e as que sobem retornando do porto. Neste encontro ocorre o cumprimento dos andores, outro momento singular da festa.

Os cortejos chegam ao porto recepcionados pela multidão de moradores e turistas, que aguardam a aproximação das procissões, esperando que, ao passarem por baixo dos andores possam alcançar, no ano seguinte, a graça do casamento, conforme argumenta a crença popular.

O ponto alto do ritual é alcançado com a chegada dos andores à margem do rio Paraguai, na Praia Vermelha, onde é realizado o banho do santo. As imagens são aspergidas com a água do rio pelos fiéis numa mistura de devoção e divertimento, ao rememorarem a passagem bíblica em que de Jesus Cristo é batizado por João Batista. Ao término da cerimônia, as procissões deixam o rio e, subindo a ladeira, refazem o percurso, retornando aos locais de origem.

A cidade dispõe de aproximadamente sete quilômetros de orla fluvial, e os acessos disponíveis ao rio são inúmeros em diferentes bairros. Logo, seria lógico se as diversas comunidades de devotos tomassem diferentes rumos em direção à margem, valendo-se dos critérios de proximidade com a orla e de acessibilidade, em alguns casos mais favoráveis, em termos de declividade, comparado com a acentuada inclinação da ladeira Cunha e Cruz. Neste princípio, o “banho” do santo se estenderia por toda extensão da margem urbana do rio, do bairro Generoso ao Universitário.

No entanto, o que impera é uma designação coletiva do acontecimento que, ao longo do tempo, sacramentou um ambiente como atributo indissociável da devoção espiritual. Conforme explicita Rosendahl (2001): “a vida religiosa exige um lugar sagrado”, para tanto, não importa quais sejam suas características quanto à qualidade ambiental, salubridade e acessibilidade. Assim, mesmo um deserto, com suas condições adversas e hostis à permanência

humana será sempre um “bom” lugar para vivência e expressão da fé àqueles que lhe atribuem um sentido sagrado. Tal princípio desvela o fato das procissões se dirigirem, em consenso, a um único local, o Porto Geral, para alcançarem um único ponto da orla, a praia Vermelha, utilizando um único acesso, a Ladeira Cunha e Cruz. Um rito espacial realizado até mesmo por comunidades ribeirinhas, não obstante terem o rio em sua proximidade, sobem com o andar ao centro antigo para alcançarem sua margem na Praia Vermelha, descendo pela ladeira Cunha e Cruz.

Martelli (1995) lança luz à concepção de que o sagrado se encontra no centro de um sistema de práticas, atuando assim como regulador do agir social do grupo e como integrador da sociedade. Entrementes, por mais que a cerimônia do banho do santo, enquanto ritual sagrado seja o centro de todo o sistema de representação corporificado na festa, os motivos pelos quais a multidão esteja reunida num mesmo local são vários, não possuindo correlação exclusiva com seu caráter religioso. Uns estão como turistas visitantes, outros como moradores. Dentre estes, muitos estão como ambulantes no intuito de adquirir alguma renda com a venda de seus produtos. Outros simplesmente como observadores dos rituais. Alguns na condição de pregadores e obreiros evangélicos, divulgando panfletos com convite expreso de conversão. Outros ainda como foliões, empolgados pelo ritmo carnavalesco que adquire o hino executado pelas bandas que acompanham as procissões. Por fim, há aqueles que se encontram na condição de devotos, motivados exclusivamente pelo aspecto religioso da festa. Mesmo no sentido estritamente religioso, o consenso não se verifica. Por mais que o hino entoado pelas procissões seja o mesmo, seu significado, assim como o próprio santo representado na imagem, adquire um sentido diferente para católicos e para os adeptos das religiões afro-brasileiras.

A compreensão da eleição desse ambiente como palco de uma representação devocional capaz de integrar a diversidade social, não poderá proceder de outro modo senão por sua dimensão simbólica. O significado comum desse ambiente como sagrado dispõe de um poder de costurar, mesmo que em um lapso temporal a antítese que separa a fé católica das religiões afro-brasileiras, só aproximadas pelo sincretismo.

O espaço do conviver, etimologicamente “viver junto”, permanece como característica marcante do patrimônio ambiental urbano de Corumbá enquanto espaço público.

O espaço público das calçadas

O que diferencia o acontecimento do cotidiano é o seu caráter de singularidade. O acontecimento é o momento excepcional do acontecer singular, impondo-se como um marco simbólico na escala temporal mediante um reconhecimento coletivo. Assume importância particular na vida civil, na qual aparece relacionado à comemoração dos fatos memoráveis da nação e os feitos heroicos dos seus líderes. No campo religioso, é constituído a partir da sacralização do tempo pelo qual se organiza o calendário litúrgico que rememora aos crentes os principais momentos da vida religiosa. Dispondo de um significado coletivo e marcado por seu caráter solene, o acontecimento constitui a monumentalização do tempo, o que lhe atribui a função social do co-memorar – reavivar na memória coletiva os fatos importantes do passado. Neste sentido, tende a atuar como poderoso fator garantidor de identidade, pertencimento e coesão social do grupo. Daí seu caráter eventual. A materialização do acontecimento adquire um caráter solene na representação espacial, capaz de transmitir no espaço um significado imanente à própria comemoração, tal qual se verifica no rito espacial do banho de São João.

O cotidiano, por seu turno, corresponde à reprodução da jornada banal, o tempo comum inexpressivo de carga simbólica, porém não menos importante em sua função de mobilizador da convivência social.

Só o acontecimento elege locais para sua realização, privilegiando áreas do urbano que com o tempo podem adquirir um significado que os fazem indissociáveis da própria manifestação. O cotidiano, ao contrário, dispensa ao espaço banal a rotina da convivência de pares. É neste sentido que em Corumbá a calçada se apresenta ainda como um local privilegiado das relações comuns.

A experiência diária do convívio na calçada potencializa a relação do espaço público. Ao transpor o mero aspecto funcional de área comum da mobilidade e acessibilidade urbanas, a calçada permanece dispondo de um papel relevante ao favorecer a convivência cotidiana. Especialmente nos setores periféricos, deficientes de praças e demais espaços públicos destinados à recreação, ao lazer e ao encontro, cabe à simplicidade da calçada a função de servir como espaço comum do bairro, da rua e da vizinhança, impondo-se como local favorável à socialização.

Acautelando-se da sedução por uma visão puramente determinista, faz-se necessário considerar que a vivência num ambiente marcado por altas temperaturas já constitui, naturalmente, um convite à reunião familiar na calçada, aproveitando seu arejamento noturno. Esta situação dispõe de maior expressão ao se considerar a situação de uma periferia urbana erguida quase que totalmente em sistema de autoconstrução, dando origem a moradias rudimentares – tanto pelo emprego de materiais como pelas soluções técnicas adotadas – não condizentes a proporcionar um conforto ambiental adequado a seus moradores. Desta forma, o convívio na calçada impõe-se como condicionante de uma necessidade orgânica, dado o calor quase sempre excessivo no interior das casas.

Assim, a reunião familiar extra-muros ou entre vizinhos e conhecidos, bem como a roda de amigos nas calçadas dos bares e similares, impuseram-se como rotina a um cotidiano sobretudo noturno. É nesse aspecto que a calçada apresenta como uma de suas principais virtudes a condição de espaço destinado ao lazer e à prática da convivência, favorável a uma relação de proximidade interpessoal e de coesão social, não abrandada até mesmo diante da ascensão das opções de lazer individual que induzem a um confinamento familiar nas residências, ou ainda por apresentar uma realidade intrínseca à sua condição de área de fronteira, reconhecidamente conflituosa em termos de segurança pública, o que poderia intimidar a permanência prolongada fora de casa, especialmente à noite.

Da mesma forma, as mesas expostas na calçada dos restaurantes, pizzarias e sorveterias do centro ou na calçada dos bares e dos quiosques de lanche da periferia, constituem convite irrecusável a seus frequentadores. Por mais que no campo formal tal prática equivalha a uma transgressão às normas de posturas, ela dispõe de legitimidade e coerência em sua origem enquanto prática social que incorporou a calçada como área de lazer noturna apta ao encontro de amigos e ao contato entre moradores e turistas. Diante de tal condição dispõe, sensatamente, da tolerância do poder público local, uma vez também que, à noite, o movimento menor de pedestres nos passeios não implica um conflito de seu uso, parcialmente impedidos por mesas, cadeiras e pessoas. A calçada, ao ser assumida como espaço de lazer, impõe ânimo à vida noturna urbana, sobretudo nos finais de semana.

O patrimônio paisagístico



Fonte: PEREIRA, J. G. (2007).

Paisagem do Pantanal e rio Paraguai, desde a praça Generoso Ponce: a topografia acidentada beneficia a cidade com a contemplação de um aprazível que se estende para além do urbano.

O perfil acidentado da configuração topográfica do sítio urbano de Corumbá, sobretudo no sentido norte-sul que se estende do leito do rio Paraguai às colinas calcárias dos bairros periféricos da parte alta, ressalta a paisagem como atributo patrimonial expressivo do seu ambiente urbano. Essa irregularidade topográfica⁵ implica uma variável vertical que é capaz de multiplicar a perspectiva da paisagem a partir da cidade além de ampliar seu horizonte visual, alcançando extensas áreas da Planície Pantaneira e das cidades circunvizinhas.

Através da paisagem o urbano se expande, adquire uma dimensão superior ao sítio ocupado fisicamente pela cidade, suplantando o perímetro que legalmente a delimita. Logo, inclui toda dimensão visual circundante tomada a partir dela. Incorpora extensas áreas rurais localizadas à frente do seu porto, constituídas pela planície alagada recortada pelas curvas do rio, cuja visão pode ser facilmente alcançada de qualquer ponto da encosta ribeirinha. Ao sul, desde a parte alta das vertentes do bairro Nova Corumbá, a paisagem alcança o contraforte ocidental da morraria do Rabicho, município de Ladário, cuja tonalidade tornada azul pela interferência atmosférica, denuncia a grande distância desse ponto de observação. Do mesmo local se observa a morraria que compõe o Maciço do Urucum, também visível a partir dos bairros Nossa Senhora de Fátima e Guatós. Da mesma forma, constituem-se elementos patrimoniais urbanos a paisagem da cidade de *Puerto Quijarro* debruçada sobre o platô que declina para o canal do Tamengo e de sua morraria adjacente, assim como o próprio pôr do sol sobre a lagoa de Cáceres, todos em território boliviano! Somente estas premissas já seriam suficientes para comprovar a necessidade de um planejamento regional, possibilitando uma gestão territorial integrada e solidária entre as quatro cidades da fronteira.

A partir do mirante do Cristo Rei do Pantanal, localizado no cume do morro do Cruzeiro, vislumbra-se a plenitude de uma paisagem regional cuja visualidade se estende por vários quilômetros para além da cidade, em todas as direções.

5 notabiliza-se por uma amplitude altimétrica considerável, de aproximadamente 300 metros, localizada em uma distância de 6 km entre a planície de inundação do rio Paraguai, no bairro Beira-Rio e o cume do morro da Bocaina, no bairro Guatós (Cf. MONTEIRO, 1997).

Sua localização estratégica no centro do território urbano permite que se tenha uma perspectiva visual da cidade em diversos ângulos, sempre conjugada aos atributos naturais que potencializam a percepção de sua paisagem. Mesmo para o sul, na direção dos bairros populares que se espalham sobre os vales da parte alta, em uma expansão urbana incontida, a paisagem é dominada pelo conjunto de colinas calcárias recobertas pela densa floresta decidual submontana quase sempre verde que os recorta, tendo à distância o conjunto dos grandes morros que compõem o maciço ferro-manganeífero do Urucum. qualifica a visualização de uma periferia constituída por uma urbanização precária e que dispõe de um padrão residencial insuficiente a uma qualidade ambiental satisfatória.

Nas encostas dos bairros ribeirinhos a visão de uma paisagem dominada pelos atributos do meio natural – colinas, rio, planície, alagados, pôr do sol, etc.– constitui raro elemento de uma realidade urbana que se apresenta em sua quase totalidade incoerente, sobre o aspecto de qualidade ambiental, com o cenário que se descortina frente a comunidades pobres, desprovidas de condições urbanísticas e habitacionais minimamente favoráveis.

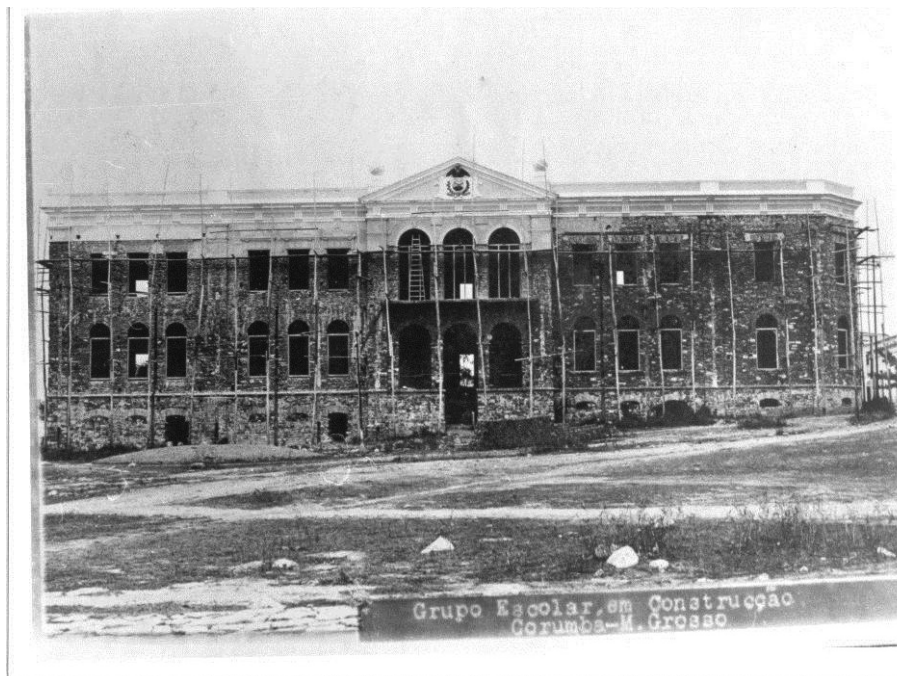
O patrimônio arquitetônico



Fonte: PEREIRA, J. (2006)

Frontão da sede da Sociedade Beneficência Portuguesa de Corumbá tendo, ao fundo, a torre da Catedral Nossa Senhora da Candelária.

Contextualização histórica e o surgimento dos imóveis



Fonte: Casa de Cultura Luís de Albuquerque

Figura 16 – Grupo escolar Luís de Albuquerque (atual Casa de Cultura) em fase de construção no início do século XX.

O legado do comércio portuário

Os imóveis remanescentes que hoje compõem o patrimônio ambiental urbano de Corumbá começaram a ser construídos no período pós-guerra do Paraguai, década de 1870 até 1920 – a exemplo da Casa de Cultura Luís de Albuquerque (figura 16) –, período que constituiu o auge da navegação do rio Paraguai. Essa situação colocou a cidade na condição de maior centro articulador da economia regional do antigo Mato Grosso (CORRÊA, 1981).

Antes disso, porém, a Corumbá que se constituiu a partir de sua fundação, no final do século XVIII, era formada por casebres de palha que se aglomeravam em torno do presídio, única construção de alvenaria até então. Ali se reuniam uns poucos indígenas pacificados, alguns escravos e militares insatisfeitos, juntamente com suas famílias, para muitos dos quais a permanência no lugar, determinada por ordens superiores, constituía uma condição de elevado sacrifício face a severidade das condições naturais hostis, como o calor e os mosquitos, pelo perigo constante representado por ataques indígenas, além das subvenções insuficientes enviadas de Cuiabá para a manutenção do presídio (Ibid.).

As condições hostis do ambiente, as privações assistenciais do governo central da província e a penúria generalizada da população condicionavam uma estrutura de relações indócil tanto no que se refere ao universo das relações sociais, notada especialmente na instabilidade representada pelas frequentes desobediências dentro da hierarquia militar, severamente repreendidas com castigos físicos pelos superiores, quanto (e principalmente) na relação da população com o próprio lugar que, face a tais situações, constituía um depositário de desprezo e desesperanças (Ibid.). Diante desse contexto não seria distante a possibilidade de se creditar a seus primeiros habitantes a origem de um novo verbete, adequado e coerente com a condição de vida ingrata oferecida pelo seu cotidiano – “(c)orumbá”: terra desprezada, distante, esquecida – e que, amiúde, tornar-se-ia a própria denominação do lugar difundida em todas as direções, sobretudo na capital Cuiabá. No entanto, face ao carecimento de um significado mais nobre, e diante do constrangimento decorrente de sua aceitação, a “verdadeira” origem da denominação de Corumbá continua em suspenso, sendo motivo de uma eterna e inútil especulação. O certo é que esta primeira Corumbá, rústica e sofrível, existiu durante quase um século até ser praticamente destruída pela invasão e ocupação paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança.

Após a guerra e sua consequente retomada ao Brasil, em 1867, sucederam anos de reconstrução. Fato importante para essa condição foi o decreto instituído pelo Governo Imperial Brasileiro, o qual habilitou Corumbá a funcionar como porto franco para importação de mercadorias de todas as origens por um período de dois anos (CORRÊA, 1979), como forma de reanimar o povoado destruído recentemente pela guerra. Os incentivos fiscais

do Governo e a transferência de grande parte das organizações militares – até então sediadas em Cuiabá – para a cidade foram decisivos para seu rápido desenvolvimento e recuperação pós-guerra.

A cidade passou a movimentar uma grande quantidade de mercadorias e capitais e a receber um expressivo aporte de investimentos privados, atraídos pelos benefícios fiscais e pela segurança garantida pelo aparato militar. Estes fatores acabaram por atrair um crescente contingente populacional das mais diversas nacionalidades, sobretudo europeus (portugueses, espanhóis e italianos), árabes (sírios e libaneses), platinos (paraguaios e argentinos) e bolivianos, os quais conferiam ao lugar características cosmopolitas, com um cotidiano marcadamente influenciado pelos imigrantes, que nesse período (final do século XIX) somavam na cidade quase a mesma população de brasileiros (CORRÊA, 1981).

Todos esses fatores proporcionaram condições para o surgimento de uma nova cidade, construída com elevado primor, proporcionado pelo capital acumulado com o efervescente movimento comercial desenvolvido em seu porto, durante o final do século XIX e início do século XX.

O vertiginoso crescimento verificado no período pós-guerra do Paraguai suscitou a elevação do lugarejo portuário à categoria de cidade, em 1878 (SEMATUR, 2001), o que fez destacar ainda mais sua importância, seja no campo econômico, social, político e governamental com a implantação de instituições estatais como Intendência, Câmara Municipal e Circunscrição Militar.

O progressivo desenvolvimento do movimento portuário nesse período fortaleceu suas funções de empório comercial e centro polarizador do Mato Grosso, ensejando, como consequência, o engendramento de uma estrutura urbana até então incomum no interior do Brasil.

Nesta conjuntura foram construídos os primeiros exemplares de imóveis em alvenaria que hoje constituem forte expressão da cultura material da cidade, integrando-o ao seu patrimônio ambiental urbano. Esses prédios, primeiramente edificadas no porto – ruas do Comercio (atual Manoel Cavassa) e Domingos Sahib, Beco da Candelária, Travessa Mercúrio e Ladeiras José Bonifácio e Cunha e Cruz – ao longo do rio Paraguai, em função

da atividade portuária, e depois estendidos para cima da encosta ribeirinha, foram construídos para abrigar as grandes casas especializadas no comércio atacadista de importação e exportação, a exemplo da Casa Wanderley, Baís & Cia., Casa Vasquez & Filhos, Manoel Cavassa & Cia., entre outras, bem como empresas de navegação, hotéis, restaurantes, armazéns, instituições públicas como a Mesa de Rendas Estadual, Alfândega, Intendência Municipal e quartéis militares (ITO, 2000).

Esta Corumbá, construída basicamente pelo comércio portuário, formada por casas e edifícios de alvenaria, cujos materiais eram, em parte, extraídos da própria região, exceto os de acabamento importados da Europa, atingiu a segunda década do século XX dotada de serviços de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, telefone, arborização, praças urbanizadas, além de vias e passeios pavimentados. Mesmo que algumas dessas benfeitorias fossem deficientes, a exemplo do abastecimento de água, eram suficientes para conferir à cidade um nível de civilidade ao mesmo tempo raro e surpreendente especialmente aos olhos dos viajantes, considerando estar em um Mato Grosso em estado quase primitivo e aquém aos padrões de progresso da época. Uma dessas impressões pode ser verificada no relato Jacomo Vicenzi em viagem pelo Mato Grosso, em 1918:

As saudades do Rio, e mesmo a necessidade que sentia de um demorado repouso, não me desviaram do plano traçado de passar alguns dias n'essa cidade. Depois de quasi dois mezes e meio, passados no centro do estado, sem estradas, sem calçamento e sem iluminação, parece-me agora que estou passeando n'uma das mais bellas metropoles do mundo. Corumbá progride a olhos vistos. N'ella constroem-se continuamente casas e palacetes: as ruas são largas e bem calçadas e há passeios ladrilhados que podem rivalizar com os melhores do Rio.

Em compensação tem uma companhia telephonica, é profusamente iluminada a luz electrica, e não lhe falta água encanada.

Em face à considerável população estrangeira e pelo fato de ser o centro de uma economia regional diretamente voltada ao mercado internacional (principalmente à Europa e aos países da bacia do Prata), muitos dos prédios deste período foram erguidos em função da

instalação de instituições consulares e de representações de bancos internacionais, a exemplo do City Bank, com forte influência de estilo arquitetônico e técnica de construção marcadamente de influência europeia.

Quanto a essa característica arquitetônica, Zanoni apud Ministério da Cultura (2002) relata que:

A linguagem arquitetônica da cidade é o resultado da influência estrangeira, européia entre outras, imigrantes que se estabeleceram na cidade e trabalharam como comerciantes. Conforme artigo publicado em 16 de dezembro de 1951 em O Jornal, Generoso Ponce Filho relata que as construções das residências e dos armazéns da cidade eram muito parecidas com as edificações de Nápoles, nas cercanias do Vesúvio. Isso pode ser explicado porque um dos construtores da cidade, José Fragelli, que chegou a Corumbá em 1873, era de Nápoles. De acordo com Ponce Filho, as construções da cidade não apresentavam o estilo português, com telhados coloniais, mas sim, sotéias planas. Outro italiano, residente em Corumbá a partir de 1880, Martino Santa Lucci, vindo do porto de Rosário na Argentina, também construiu diversas edificações (p. 06).

Conforme esta mesma autora, apesar da diversidade de estilos e da mistura de tendências presentes nas construções, são facilmente observáveis características comuns em suas fachadas frontais, capazes de conferir unidade ao conjunto, como o alinhamento das mesmas ocupando toda a frente do lote, a presença de coroamentos adornados por platibandas, cimalha e, em certos casos, balaústres que contornam as coberturas, além de portas e janelas estreitas e altas, combinando com os pés-direitos elevados. A combinação desses detalhes presentes nas fachadas faz da arquitetura um dos principais traços da identidade urbana local.

A constituição desse conjunto urbanístico proporcionado pela arquitetura era em parte resultado de um forte controle estatal que ditava uma rigorosa subordinação do interesse privado ao público. O exercício dessa autoridade pública foi capaz de garantir, apesar do cosmopolitismo reinante, uma unidade urbanística identificada na arquitetura influenciada por construtores italianos, na disposição dos imóveis nos lotes, nos materiais empregados nas construções, nos dimensionamentos dos edifícios e na obrigatoriedade da conservação da

fachada que garantiam um padrão estético e atendiam aos cuidados de salubridade e insolação necessários à prevenção de epidemias.

Mas este mesmo padrão era sem efeito a uma outra cidade que se desenvolvia na periferia, representada pelas baixadas do Sarobá e Peixerada em sua extremidade leste (atuais bairros Borrowisk e Beira-Rio) e da encosta do Acampamento de Cima (atual bairro da Cervejaria), áreas que, devido às condições topográficas, constituíam terras sem valor de mercado e acabavam sendo alvos de ocupação ilegal por parte de famílias pobres, composta por pescadores, ex-escravos e paraguaios (na maioria mulheres sobreviventes da guerra).

Os níveis de pobreza da população estabelecida nestas áreas e a inaplicabilidade das normas urbanísticas válidas para a cidade de urbanização mais nobre tornavam-se visíveis pelas soluções técnicas rudimentares empregadas nas construções, pelo saneamento inexistente, pelos acessos sinuosos improvisados e mau conservados e pelas condições de risco iminente especialmente dos barracos edificadas nas encostas ribeirinhas.

Em menos de cinco décadas, Corumbá adquiriu a forma de uma estrutura urbana de considerável visibilidade e fortemente delineada em seu dinamismo econômico, progresso material, em sua civilidade e inclusive na natureza excludente da divisão social do espaço urbano.

Ainda quanto às edificações urbanas, outra importante contribuição foi prestada pela engenharia militar. O iminente perigo de novas invasões por tropas inimigas levou o Governo Imperial a estabelecer na cidade uma infraestrutura de defesa no intuito de resguardar o local de ataques contingenciais, o que se traduziu na construção, em 1871, de um conjunto de fortificações e quartéis militares, num total de cinco estabelecimentos, erigidos ao longo da encosta ribeirinha (SOUZA, [1984]). Destes restaram como remanescente apenas o Forte Junqueira, localizado nas dependências do quartel do 17º Batalhão de Fronteira e o Forte Conde D'Eu, atualmente em ruína, no centro da cidade.

Ao longo de seu processo de desenvolvimento, a cidade se expandiu em direção sul, vencendo a barranca ribeirinha, e passou a ocupar a região acima da encosta (atual Avenida General Rondon, rua Delamare e subsequentes), onde foram erguidos os armazéns de comércio varejista e as residências da elite da época, com a proeminência dos edifícios comerciais e

institucionais, dentre os quais destacam-se o Hotel Galileu, na Av. General Rondon; o Hotel Royal (atual Secretaria Municipal de Assistência Social), a agência telegráfica (atual escritório da CODESP) e a Sociedade da Beneficência Portuguesa, todos na rua 13 de Junho; a Casa Marinho, na rua Delamare; o grupo Escolar Luís de Albuquerque, a Igreja Matriz e a *Società Italiana* (atual delegacia da Polícia Federal), na Praça da República; o Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora (atual Centro de Ensino Imaculada Conceição), na rua Frei Mariano; a Cadeia Pública (atual casa do Artesão) e a Primeira Igreja Batista de Corumbá, ambas na rua Dom Aquino Corrêa; o Hospital de Caridade da Sociedade da Beneficência Corumbaense, na rua Quinze de Novembro; entre outras, pertencendo ao conjunto dos grandes edifícios, erigidos em uma Corumbá pretérita, e que subsistiram ao tempo, constituindo ainda hoje elementos seculares que integram a paisagem do centro antigo da cidade.

A construção desses edifícios residenciais, comerciais e institucionais, no período de 1870 a 1920, financiados pelo movimento portuário, testemunharam o processo de consolidação de um núcleo urbano, e deram início concomitantemente a uma organização espacial da cidade mediante a especialização do seu espaço. Quanto a isso, reporta-se ao exposto por Ito (2000):

O final do século XIX e o início do XX foram marcados, em Corumbá, pela expansão da casa comercial, cuja vinculação com a navegação da Bacia do Prata provocou uma especialização do espaço urbano. No porto, localizavam-se as firmas de importações e/ou exportações, as empresas de navegação e ainda as empresas representantes de bancos estrangeiros [...] A parte baixa da cidade, ou seja, o porto constituía uma área especializada no comércio atacadista. Recebia mercadorias procedentes de Porto Esperança e de portos da Europa e das cidades do Rio da Prata. E, posteriormente distribuía para todo o norte do Estado, inclusive para a capital, Cuiabá.

O comércio varejista estabeleceu-se na parte alta, sobretudo na rua Delamare, com lojas de tecidos, confecções, enxovais, calçados, papelarias, livrarias, relojoarias, além de alguns serviços como representação comercial e alfaiatarias. Aí estavam as residências da elite da cidade, que fugia dos inconvenientes da proximidade do porto, como, por exemplo, o barulho e os insetos (p. 74).

O Início do século XX foi marcado pela implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a qual desencadeou importantes transformações na organização espacial da porção meridional do estado de Mato Grosso, produzindo reflexos austeros à cidade de Corumbá, que a partir daí passou perder sua hegemonia como centro abastecedor do estado, passando a partilhar com Campo Grande essa condição (CORRÊA, 1979).

A chegada da ferrovia em Campo Grande e Porto Esperança em 1915 suplantou a preponderância do transporte fluvial via rio Paraguai através de Corumbá. Essa nova situação da logística regional traduziu-se na redução do fluxo do transporte fluvial, o que, juntamente com os eventos externos como a Primeira Guerra Mundial que acontecia na Europa nesse mesmo período, arrefeceu o movimento portuário da cidade, ocasionando um sutil abrandamento de seu dinamismo urbano nas décadas posteriores.

Apesar do revés ocasionado pela ferrovia, o transporte fluvial não se extinguiu por completo, uma vez que dele ainda dependia todo o norte do estado, haja vista que essa região, sobretudo a capital Cuiabá, nesse período não possuía rodovias de integração ao centro sul do país. Nessa perspectiva, Corumbá ainda permanecia como elo principal de ligação entre o norte e o sul de Mato Grosso. Isso rendeu uma notável expressão no cenário regional e permitiu a continuação, embora um pouco aquém daquela constatada na virada dos séculos XIX e XX, da expansão de sua estruturação urbana, expressa nas novas construções surgidas nas décadas de 1930 a 1950. Esses imóveis, a maioria casas residenciais de estilo *art déco*, impulsionaram a expansão da cidade em direção ao Oeste, Sul e a Leste, fazendo com que a mancha urbana já nesta época alcançasse os limites das atuais ruas Cabral e Albuquerque, respectivamente (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971). Em vista disso, ainda hoje é possível verificar importantes exemplares da arquitetura *art déco* presentes em áreas afastadas do perímetro de proteção do IPHAN, como ocorre nos bairros Arthur Marinho, Dom Bosco, Generoso e Universitário.

Até mesmo em edificações mais recentes, localizadas nos bairros da periferia pode-se observar ainda a persistência de traços da arquitetura *art déco* presentes em suas fachadas, demonstrando uma adaptação desse estilo às construções contemporâneas e sua influência no comportamento coletivo, embora utilização dessa tendência estilística em outros lugares já tivesse esgotado desde a década de 1950.

Decorridas décadas após o término do ciclo áureo do comércio que a construiu, parte significativa da Corumbá portuária persiste até os dias atuais, seja na eloquência da arquitetura do casario do porto e do centro antigo, seja na sinuosidade dos acessos outrora improvisados, convertidos em escadarias e ladeiras, juntamente com os bangalôs que ainda hoje compõem o cenário dos bairros ribeirinhos da Cervejaria, Beira-Rio e Borrowisk. Estes elementos, cristalizações de um momento central do processo histórico da cidade e atualmente reconhecidos como bens culturais, são grandes responsáveis pela feição mais característica daquilo que se entende como patrimônio ambiental urbano de Corumbá.

O legado arquitetônico da pecuária

O declínio da navegação do rio Paraguai delineou, a partir da década de 1920, uma nova organização espacial estabelecida pelo comércio, associado a uma nova atividade em ascensão, a pecuária.

Importa salientar que a atividade pecuária ascende como principal força econômica do Pantanal a partir da década de 1920, beneficiada, dentre outros fatores, pelas condições naturais da região. A abundância de terras, associada à grande disponibilidade de pastagem natural, renovável a cada ciclo de cheia, além da necessidade de emprego de uma mão de obra campeira minimamente qualificada que demanda baixo investimento salarial, constituem fatores que caracterizam a pecuária pantaneira como atividade de alta rentabilidade, face aos baixos investimentos necessários, e da possibilidade de retorno satisfatório de capital, tornando-se atrativa para novos investimentos, especialmente por parte dos comerciantes locais.

Com o declínio da navegação fluvial no rio Paraguai, e o conseqüente arrefecimento da atividade comercial no porto de Corumbá, que teve como marco a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil a Campo Grande no início do século XX, parte dos grandes comerciantes corumbaenses migraram seu capital acumulado no comércio portuário para essa atividade, passando a adquirir terras na planície onde dedicaram-se à atividade criatória. Estes fatores auxiliaram na compreensão da rápida expansão da pecuária no âmbito regional para se tornar, na década de 1960 e início da década de 1970 numa das mais expressivas atividades econômicas

do município de Corumbá. Sumariamente verifica-se, nesse contexto, a transferência de parte significativa do capital “urbano” para a zona rural, numa operação que ocorreu sem deixar de produzir um conjunto de implicações que refletiram de forma decisiva no aspecto da produção material da cidade.

Primeiramente, considera-se que a transferência do capital comercial para a pecuária em cooperação com o declínio do comércio portuário de Corumbá suprimiu a possibilidade do financiamento a uma dinâmica urbana mais vigorosa. Sob o aspecto do mercado imobiliário, tal fato resultou na redução da pressão sobre uma renovação urbana que pudesse ser financiada pela especulação imobiliária, assegurando, por conseguinte, a permanência de conjuntos inteiros edificados mediante o desenvolvimento do comércio fluvial do período anterior.

Por outra parte, as condições naturais da região e de sua localização geográfica – distante dos principais mercados consumidores – definiram o papel ocupado pela pecuária pantaneira dentro do modelo de divisão espacial do trabalho de uma economia nacionalmente articulada. Assim, a atividade da região especializada restringiu-se à operação de cria e recria para posterior envio das reses às praças de engorda, abate e beneficiamento localizadas em outras regiões do país. Sua realização ocorrendo num sistema de criação extensiva, com o aproveitamento do pasto natural da planície, dispensa o emprego de suplementos e tecnologia em grande escala. Esses dois fatores conjugados são limitantes à criação de um circuito produtivo engendrado pela bovinocultura pantaneira que pudesse beneficiar a cidade. A pecuária, embora constituísse uma atividade promissora na escala regional, dispunha de uma baixa capacidade de articulação com as atividades urbanas, latentemente com o comércio e a indústria, consideradas centrais na mobilização dos demais setores produtivos. Assim, o vigor da pecuária praticada na planície pantaneira não dispôs de um equivalente em termos de dinamismo urbano em Corumbá.

Um terceiro ponto merece ser colocado em relevo quanto à influência da pecuária na construção da cidade. A renda obtida pela atividade, altamente concentrada e em posse de um número restrito de famílias que tradicionalmente se dedicavam à sua produção era, em grande parte, canalizada para investimentos e consumos extrarregionais, notadamente no mercado imobiliário das capitais mato-grossenses Cuiabá e Campo Grande, bem como nos grandes centros como São Paulo e, sobretudo, Rio de Janeiro. A não reversão da renda obtida pela

pecuária pantaneira em capital produtivo aplicável à economia local constitui outro aspecto para o entendimento da pouca expressividade dessa atividade no financiamento de um desenvolvimento urbano mais intenso. Por outro lado, apesar da alta lucratividade proporcionada pela atividade, o não reinvestimento de parte da renda em melhorias tecnológicas de produção tornou a pecuária pantaneira atrasada e pouco competitiva quando comparada com outras áreas de criação bovina do país (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1970), o que contribuiu, no aspecto econômico, para a retração da atividade entre as décadas de 1970 e 1980.

Mas antes disso a pecuária já havia transformado o Pantanal em uma das mais importantes áreas de bovinocultura do país e o município de Corumbá respondia por dispor do maior rebanho bovino nacional, alcançando 2,5 milhões de cabeças de gado em 1970.

Se, apesar de sua expressividade, a pecuária não dispôs de condições ao estabelecimento de um circuito produtivo local, dadas as suas características essenciais (atividade restrita a cria e recria e modelo de criação extensiva com aproveitamento de recurso natural), ela foi suficiente para imprimir uma personalidade no contexto urbano e regional que a caracterizou enquanto período particular do desenvolvimento urbano. Quanto a isso, vale salientar que, no aspecto tributário, essa atividade juntamente com o comércio e a indústria, foi durante décadas a principal fonte de arrecadação municipal, em uma fase promissora quanto à disponibilidade de recursos próprios da municipalidade para investimentos em melhoramentos urbanísticos.

Como resultado, este período se traduziu em um momento particular da cidade em termos de investimento em obras de infraestrutura e urbanização como pavimentação viária, na implantação de rede de drenagem, saneamento e urbanização de praças centrais. Nesse mesmo período também se verifica a construção de grandes obras de infraestrutura e equipamentos comunitários como o antigo mercado municipal, o aeroporto internacional, o estádio de futebol, a nova estação ferroviária, além de dois estabelecimentos de ensino de grande porte, o colégio Júlia Gonçalves Passarinho e o Ginásio Maria Leite (atual Escola Estadual Dr. João Leite de Barros), este último, projetado pelo arquiteto Oscar Niemayer.

No campo social encontra-se outra notável herança da pecuária enquanto período particular do processo histórico de Corumbá, implicando inclusive numa produção material que, não obstante seu caráter elitista, testemunhou no cenário urbano a fase vivenciada por esta

atividade na produção socioespacial da cidade. Pelas mesmas razões supramencionadas, a atividade se caracterizou também pela alta concentração de renda nas mãos da classe pecuarista, constituída por tradicionais famílias proprietárias de terras na planície. Tal condição proporcionou a constituição de uma oligarquia ligada à bovinocultura bastante influente no cotidiano urbano, a ponto de rivalizar e, em alguns momentos, suplantando a classe dos comerciantes e industriais, também importantes no contexto da estrutura social urbana. Sustentada pelo seu poder econômico, a influência dessa classe pode ser avaliada pela sua representatividade na política local e regional. Ressalta-se que no período em questão, até o início da década de 1990 muitos prefeitos que se revezaram na administração municipal eram vinculados à classe dos pecuaristas. Transcendendo a escala local, sua influência alcançou projeção na política estadual e nacional, em que foi representada por importantes lideranças como os ex-deputados Gabriel Vandoni de Barros e João Leite de Barros, o ex-senador Paulino Lopes da Costa e os ex-governadores José Fragelli e Cássio Leite de Barros.

No aspecto da produção material, por mais que a soma da renda obtida pela pecuária pantaneira fosse em grande medida direcionada a investimentos extrarregionais, não deixou de influenciar a constituição de um acervo arquitetônico representativo desse período em Corumbá. A necessidade de dispor de uma residência na cidade implicou aos pecuaristas a construção de imóveis cujo padrão refletia o vigor econômico proporcionado a essa classe pela bovinocultura.

Variando quanto ao partido arquitetônico, os palacetes da pecuária ostentavam o poder econômico de suas famílias. Numa linguagem semiológica, isto pode ser traduzido como uma ideologia do poder, na qual a necessidade de dispor desse poder com expressão visível, estandarizada, implica sua materialização em edificações de um padrão eloquente e suntuoso. Concomitantemente, exprime a necessidade de cada família comunicar seu pertencimento ao grupo (classe), utilizando-se da arquitetura enquanto código visual de construção e legitimação de identidade. Conforme argumenta Claval (2001):

A comunicação, então, está no centro da construção do eu e do outro e da emergência de identidades individuais e coletivas. Para serem aceitos por seus parceiros, os indivíduos devem se conformar aos mesmos códigos de comunicação, adotar as mesmas atitudes, respeitar as mesmas normas e aceitar os mesmos valores (p. 75).

Desde o surgimento dos primeiros imóveis, na década de 1930, as residências da elite pecuária (figura 17) representaram uma forma revolucionária na concepção de imóveis em uma cidade até então dominada por construções em estilo eclético e art-decô, marcantes pela sua estrutura composta por pé direito elevado, pela justaposição dos edifícios e pela ausência de recuo frontal em relação ao passeio. Em uma contratendência, os palacetes da pecuária, geralmente edificadas em dois pavimentos, foram caracterizados pela disposição de recuos frontal e lateral em relação aos limites do lote, pelo predomínio do telhado aparente e pela utilização de revestimentos externos não convencionais à época, seja pelo tipo do material empregado, ou pela textura de um acabamento em alto-relevo. O emprego de varandas e de sacadas nas janelas dispostas para a rua também constituem características comuns à maioria desses imóveis. Não menos frequente, a presença de garagem ostentava o poder econômico dessas famílias numa época em que a posse de automóveis era restrita às classes de poder de consumo mais elevado.

A característica predominante desses imóveis é, no entanto, observada no tratamento paisagístico dado ao seu entorno, o que os aproxima enquanto linguagem arquitetônica e os designa como pertencentes a um mesmo grupo de edificações. O recuo frontal é sempre ocupado por um jardim bem cuidado, composto por espécies de plantas ornamentais, palmeiras e árvores frutíferas distribuídos sobre um gramado quase sempre verde. Em alguns casos, o uso de pérgulas, chafarizes e fontes decorativas complementam o ornamento do jardim, criando uma microambiência pretensiosamente qualificada que denuncia o nível de sofisticação e status do seu proprietário.

O predomínio da mureta e do gradil na composição da testada do lote permite uma integração visual do imóvel com a rua – outrora mais arborizada – permitindo, por um lado, uma visão completa da microambiência do jardim aos passantes e, por outro, possibilitando uma articulação desse ambiente privado com o passeio público. Assim, os palacetes da pecuária conferem, por sua linguagem estilística, a disponibilidade por uma interação público-privada presente na duplicidade de objetivo cumprido por sua concepção estética: prestígio e bem-estar ao seu morador e deslumbramento para a cidade.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 17 – Residência típica de família pecuarista de Corumbá, construída na primeira metade do século XX.

A fase de desvalorização e substituição do antigo

A década de 1950 inaugurou um novo período de transformações na cidade, motivado mais uma vez por fatores internos e externos, os quais impuseram à urbe uma nova reorganização de seu espaço e uma redefinição do seu papel enquanto centro articulador na economia regional, impondo também reflexos à sua estruturação urbana.

A construção da rodovia ligando Campo Grande a Cuiabá naquela década liberou o norte do estado da dependência do transporte fluvial do rio Paraguai, o que determinou uma diminuição gradativa no movimento de mercadorias e passageiros no porto de Corumbá, ficando o transporte fluvial reduzido ao inexpressivo movimento de pequenas embarcações que se destinavam ao abastecimento das fazendas do Pantanal e ao transporte de gado (CORRÊA, 1979).

O declínio da navegação fluvial coincidiu com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na cidade, no final da década de 1940 (AZEVEDO, 1959). Essa situação ocasionou o deslocamento do centro dinâmico da cidade para sua porção sul, onde se instalou a estação ferroviária. Nesta perspectiva, a cidade, de costas para o rio, voltou-se para o sul, passando a viver em função da ferrovia (ITO, 2000). Ocasinou também o abandono do porto e o transformou em uma região decadente, onde os antigos prédios (agora abandonados pelos seus proprietários) em que funcionavam importantes casas comerciais foram sendo transformados em habitações coletivas, as quais passaram a ser ocupadas por populações de baixa renda, geralmente compostas por famílias desalojadas pelas cheias do Pantanal (CORRÊA, 1979). Estas se refugiavam na cidade, onde passavam a ocupar esses imóveis abandonados, a exemplo do antigo prédio da alfândega onde várias famílias vivem sob precárias condições sanitárias.

No campo internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial marcou também o início de reconstrução da Europa semidestruída por este embate. Na ocasião, muitas das grandes cidades europeias a exemplo de Londres passaram por um processo de reforma urbana que incluía a reestruturação do seu sistema viário através da construção de grandes avenidas e a substituição dos edifícios avariados pelo conflito por novas construções funcionais e ausentes de detalhes artísticos nas fachadas. É o início do período pós-moderno que, dentre outras características, destaca-se por uma forte negação ao passado e que passou a influenciar fortemente vários campos da vida humana no período pós-guerra, sobretudo a arquitetura (MENEGOTTO, 1997).

A reestruturação urbana de cunho pós-modernista ocorrida na Europa do pós-guerra com o ideário de substituir o “velho” pelo “novo” influenciou internacionalmente e foi assimilada por projetistas e especialistas em urbanismo de vários países, inclusive do Brasil. Passou a

ser empregada como convenção internacional no modo de se construir e de se pensar o urbano (MENEGOTTO, 1997), independente das características culturais, históricas, ambientais, econômicas e sociais pertinentes a cada país, tornando-se um importante contribuinte à padronização dos lugares.

No Brasil, o movimento pós-moderno encontrou um campo favorável na política desenvolvimentista verificada a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek, com seu Plano de Metas na década de 1950 e seguida pelos seus sucessores, sobretudo os governos militares.

Neste sentido, as décadas subsequentes (1960 e 1970) foram marcadas pelas aspirações da construção de um país grande, industrializado e moderno, as quais foram concretizadas através da execução dos grandes projetos nacionais e na expansão do parque industrial brasileiro em que constitui marco a indústria automobilística.

Mergulhado na atmosfera pós-moderna, passou-se a verificar no país sentimento coletivo de negação ao antigo, ao passado e à memória, observado sobretudo nas sucessivas demolições de prédios antigos em quase todas as cidades, reduzindo a memória nacional a alguns poucos edifícios ainda hoje remanescentes. Surgiram no lugar prédios novos, de caráter funcional, os quais, pelo uso dos mesmos padrões construtivos e emprego dos mesmos materiais, conferiram às diferentes cidades paisagens similares (LEMOS, 1981).

Em Corumbá essa situação também se reproduziu, não obstante em uma situação pouco mais branda do que aquelas constatadas em outros centros, possibilitando, de fato, a conservação de um relativo número de edifícios antigos, os quais lhe conferem a menção de berço cultural de Mato Grosso do Sul. Mas as investidas do ideal modernista na cidade foram suficientes para impor significativos revezes à sua cultura material urbana.

À exceção do porto que se tornou uma região decrépita, sem qualquer importância ao circuito produtivo da cidade desde 1950, a reorganização urbana motivada pelas aspirações coletivas do “Brasil moderno” custaram, especialmente na década de 1970, a demolição de edifícios com grande expressão cultural, nos quais encerravam boa parte de sua cultura material, a exemplo do antigo prédio do Colégio Salesiano de Santa Tereza (figuras 18 e 19), na rua Dom Aquino Corrêa; da agência dos Correios e do Cine-Teatro Santa Cruz, ambos na

rua Delamare; da Intendência Municipal, na rua Antonio Maria Coelho; dos fortes Limoeiro, Duque de Caxias e Major Gama, na encosta ribeirinha; além de inúmeros outros imóveis residenciais e comerciais.



Fonte: Casa de Cultura Luís de Albuquerque.

Figura 18 – Antigo edifício do Colégio Salesiano de Santa Teresa (primeiro plano), demolido entre as décadas de 1960 - 1970.

Além disso, os demais imóveis que permaneceram, em sua maioria sofreram, com maior ou menor significância, algum tipo de avaria, seja pela situação de abandono a que foram relegados seja pela descaracterização da fachada, corrompendo não somente a autenticidade de objetos construídos em outros tempos, mas também os significados histórico, cultural e de identidade coletiva neles intrínsecos.

Nessa perspectiva, avalia-se que as ações que vitimaram o patrimônio construído, não somente de Corumbá, mas das cidades brasileiras de forma geral, só podem ser entendidas por uma ótica mais abrangente em que seja levado em consideração o pensamento predominante de um período caracterizado pelos ideais de desenvolvimento e modernidade e, ao mesmo tempo, ausente de uma consciência de preservação, a qual só iria surgir de forma relativamente discreta a partir das duas últimas décadas do século XX.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2003).

Figura 19 – Colégio Salesiano de Santa Teresa, edifício atual.

Novas perspectivas

O final da década de 1970 inaugurou o início das discussões quanto à preservação do “patrimônio histórico de Corumbá”, principalmente colocando a sua utilização na promoção da atividade turística da cidade (GUIZZO, 1979). Neste sentido, o patrimônio histórico passou a fazer parte, ainda que de forma modesta, da agenda de discussões do local, apresentado como uma oportunidade de renda para uma cidade que, nesse período, encontrava-se em franco retrocesso econômico, consequência do colapso desde o final da década de 1960, de suas duas principais atividades econômicas: a pecuária e a indústria (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1971).

Assim, sob o ponto de vista local, pode-se considerar que esse repentino despertar de um interesse preservacionista moveu-se muito menos pela preocupação em preservar a memória coletiva e a identidade urbana local e muito mais pela possibilidade de ganho, com o turismo, para uma cidade que apresentava um baixo dinamismo econômico e uma necessidade de renda.

Sob a ótica regional, porém, observa-se que o início desse intuito pela preservação (final da década de 1970) coincidiu com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. Isto presume o interesse por parte das autoridades estaduais, pelo patrimônio histórico corumbaense, em função da necessidade em se garantir ao recém criado estado um referencial cultural e histórico capaz de lhe conferir uma identidade.

É nesta contingência que os imóveis até então considerados velhos e sem valor passaram a ser vistos como “prédios de inegável valor histórico e arquitetônico, sendo por este motivo sua preservação uma necessidade urgente” (GUIZZO, 1979). Esta preocupação se ampliou a ponto de se questionar o posicionamento do IPHAN em não efetuar o tombamento do conjunto histórico da cidade em vista da “falta de idade” dos imóveis (GUIZZO, 1979).

Esta nova concepção sobre os antigos imóveis da cidade não resultou de imediato em ações efetivas em vista à sua preservação, uma vez que as primeiras medidas para isso só seriam tomadas na década de 1980, especificamente em 1985 com a instituição do Decreto

Municipal nº 129/85 que estabeleceu o tombamento pelo município da área mais antiga do centro da cidade, incluindo também a região do porto.

Na década seguinte, em 1992, essa mesma região foi tombada e integrada ao Patrimônio Cultural Brasileiro (SEMATUR, 2001) sendo registrada em 1993 no Livro de Belas-artes, no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Nacional (IPHAN, 2003) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o qual reconheceu após duas décadas a importância do valor histórico e cultural presente nos antigos imóveis, estabelecendo um perímetro de tombamento e respectiva área de entorno que juntas se estendem da margem direita do rio Paraguai até a rua Cuiabá, e da Ladeira Dona Emília à rua Firmo de Matos.

A lei de tombamento não evitou, porém, que esses imóveis continuassem a passar por um processo de degradação motivado pela situação de abandono, descaracterização e demolição de alguns exemplares do conjunto secular. Esta situação suscita atualmente a busca, por parte do poder público, de implementação de projetos que visam à revitalização desses imóveis através de obras de restauração, proporcionando, a partir daí, condições para que estes, depois de recuperados, ganhem uma nova utilidade capaz de proporcionar sua efetiva preservação. Quanto a isso, destacam-se as ações do Programa Monumenta, pelas quais a cidade está sendo contemplada através de obras de restauração de alguns imóveis e urbanização de espaços públicos localizados dentro dos limites do perímetro de tombamento.

Essa intervenção, de iniciativa pública, pode ser o início de uma ação preservacionista mais perspicaz, não obstante se reconheça na relação estabelecida entre a sociedade e o lugar (com seu conteúdo material) um fator preponderante à preservação da identidade urbana e da memória coletiva intrínsecas nestes imóveis.

Capítulo 6

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE CORUMBÁ

A realização deste inventário incidiu sobre as edificações portadoras de estilos arquitetônicos que predominaram na cidade de Corumbá até a década de 1950, período em que se encerrou a primeira fase de constituição do seu patrimônio ambiental urbano representado em uma arquitetura, notadamente de linguagem eclética e *art-deco*.

O inventário resultou na estruturação de um banco de dados digital (figura 20) contendo informações de um conjunto composto por 719 imóveis que integram o patrimônio ambiental urbano de Corumbá, o qual permitiu a realização de uma leitura confiável sobre a situação atual do patrimônio arquitetônico de Corumbá, conforme se expõe a seguir.

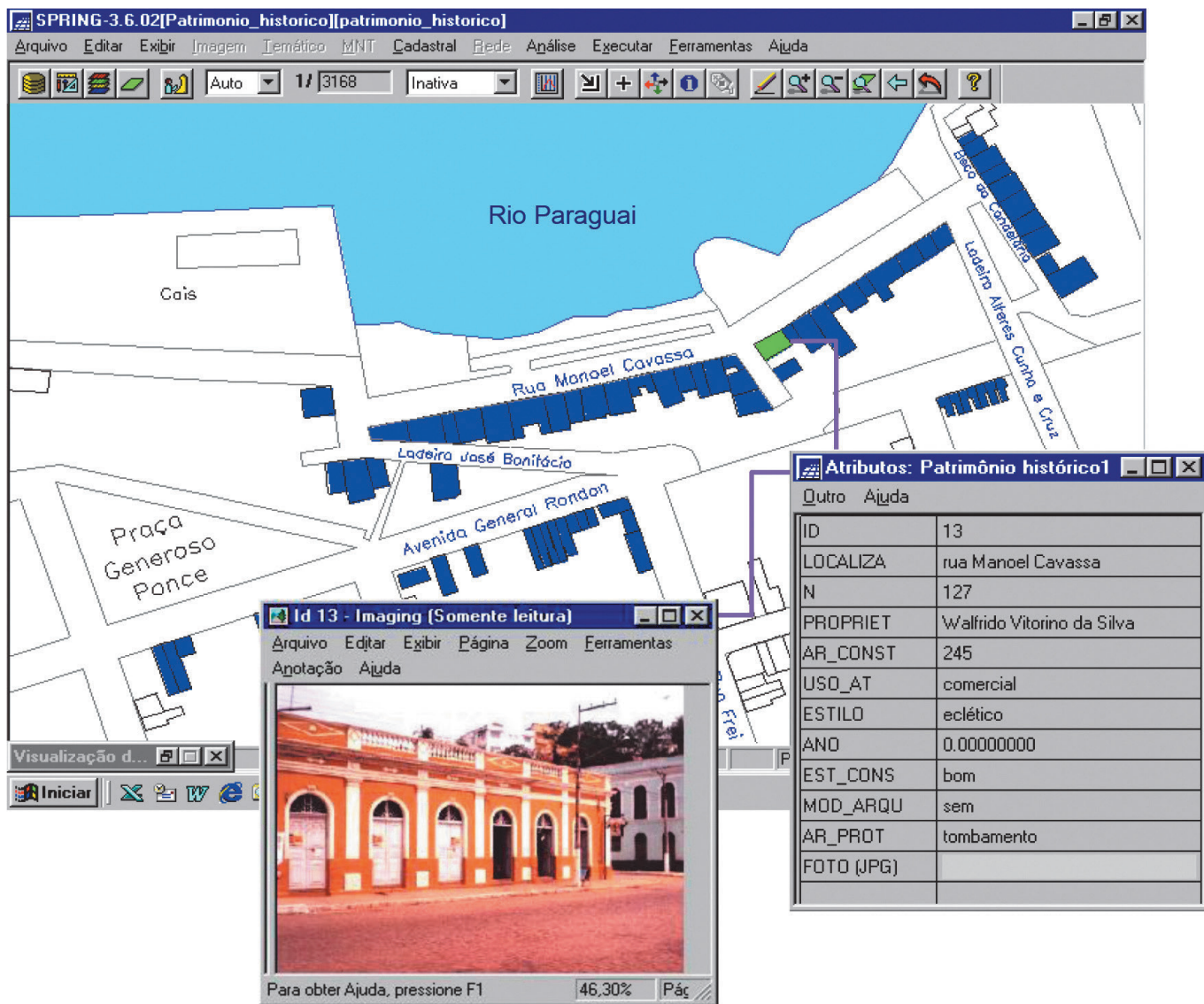
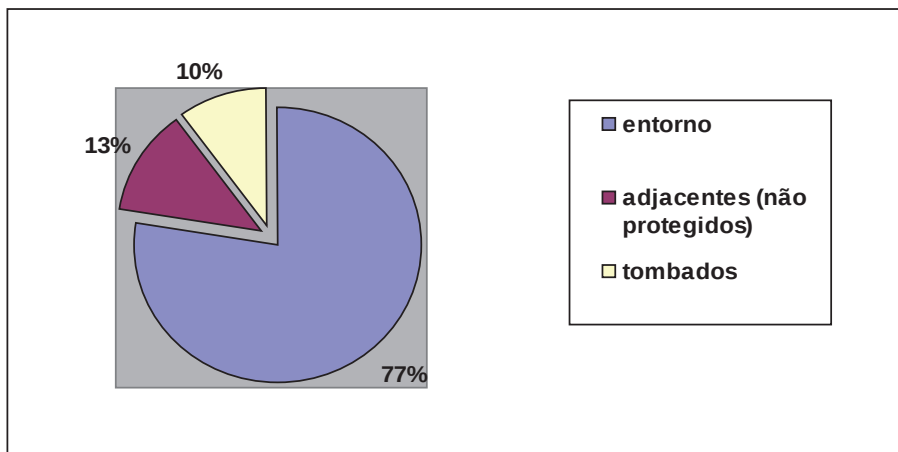


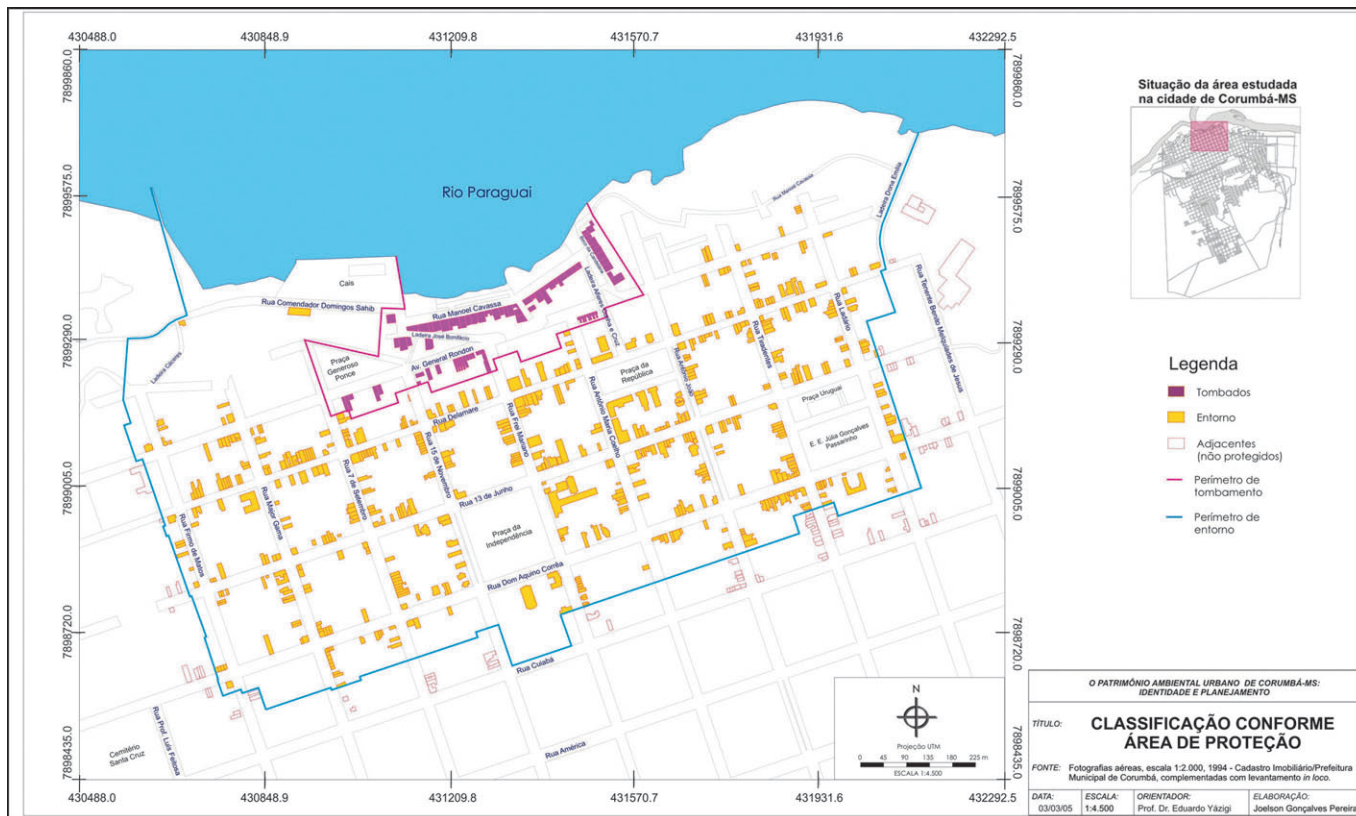
Figura 20 – *Layout* do banco de dados digital sobre o patrimônio ambiental urbano de Corumbá, implementado em sistema de informações geográficas.

Classificação dos imóveis conforme área de proteção

Dos 719 imóveis identificados, apenas 71 são envolvidos pela área de tombamento, classificados, portanto, como imóveis tombados. Destes, a maioria encontra-se concentrada no conjunto do casario do porto, enquanto uma pequena parte aparece localizada ao longo da avenida General Rondon, entre a Ladeira Cunha e Cruz e rua 15 de novembro. É, entretanto, no perímetro de entorno que se insere maioria absoluta dos imóveis históricos. Neste local são quantificados 552 edifícios, denominados imóveis de entorno, os quais se encontram espacializados de maneira relativamente uniforme dentro desta área. Destaca-se também a considerável quantidade de imóveis localizados na adjacência a essa área (imóveis adjacentes), os quais, por estarem além dos polígonos que delimitam as áreas de tombamento e entorno, não dispõem de qualquer instrumento que garanta, ao menos formalmente, sua proteção. Apenas na adjacência próxima ao perímetro de entorno são identificados 90 imóveis, um número superior àquele apresentado pela área de tombamento (gráfico 01 e figura 21).

Gráfico 1 – Classificação dos imóveis quanto à área de proteção que integram.





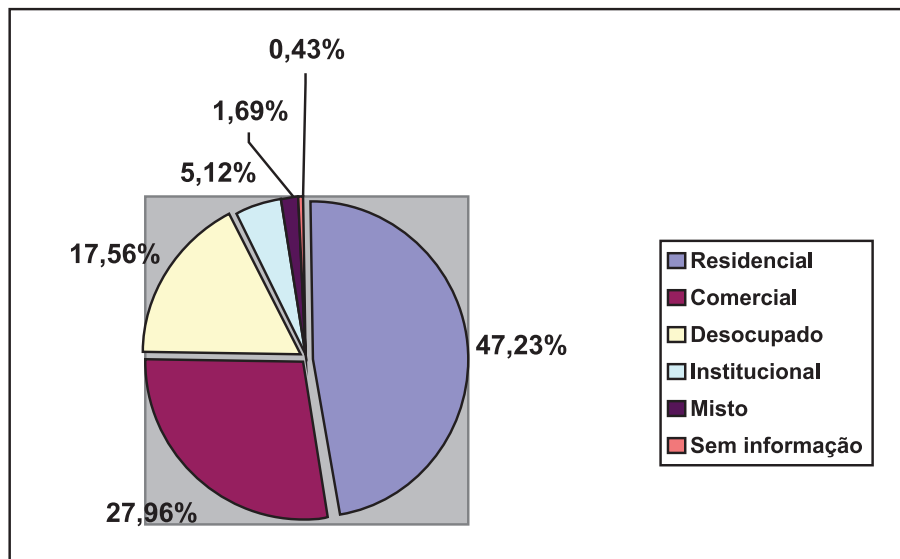
Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 21 – Espacialização e classificação dos imóveis conforme a área de proteção.

Uso atual dos imóveis

Pela categoria uso atual, os imóveis foram classificados de acordo com a utilização funcional pertinente a cada exemplar. Conforme esta classificação, observou-se uma predominância do uso residencial, o qual soma quase a metade dos imóveis com 47,19%, seguido pelo uso comercial ou serviços que representam 27,94% do acervo. Os imóveis desocupados quantificam 17,56% do conjunto. Por outra parte, apresentando índices menos significativos aparecem os imóveis classificados como de uso institucional com 5,2%, de uso misto – ou seja, aqueles que possuem mais de uma função (geralmente a conjugação de uso comercial e residencial) com 1,69% - e os sem informação que correspondem a 0,43% dos imóveis (gráfico 02).

Gráfico 2 – Uso atual dos imóveis da área de estudo.

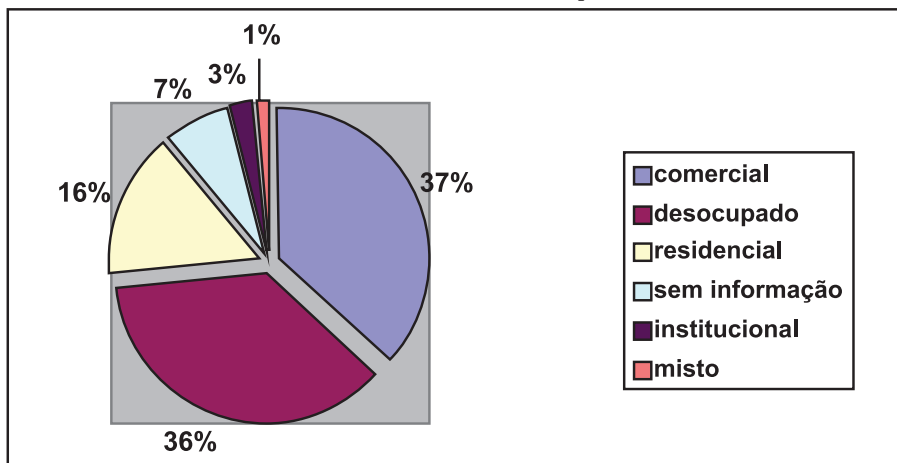


Todas as classes dessa categoria encontram-se, de uma forma geral, arranjadas de maneira relativamente uniforme na área. Não obstante observa-se em certas áreas o predomínio de

imóveis pertencentes a classes específicas, a exemplo do uso comercial em que se verifica uma concentração nos trechos da rua Frei Mariano Delamare e 13 de Junho localizados entre as praças da República, Independência e Generoso Ponce. Da mesma forma, o uso institucional apresenta certas concentrações nos entornos das praças da República e Independência (Figura 22).

Ao se restringir à análise do uso do solo apenas aos imóveis localizados no perímetro de tombamento, verifica-se que os mesmos ocupam áreas distintas no que se refere ao uso. Nesse sentido, os imóveis que apresentam uso comercial predominam na região do porto, ao longo da rua Manoel Cavassa e Beco da Candelária, sendo ocupados, sobretudo, por empresas ligadas ao setor turístico, enquanto que o uso residencial predomina, principalmente, ao longo da Avenida General Rondon. Fato que desperta maior atenção, porém, é a quantidade de imóveis ociosos, os quais não apresentam nenhum uso específico, seja comercial, residencial ou institucional. Neste caso, constatou-se que 36%, o equivalente a pouco mais de 1/3 desses imóveis, encontram-se desocupados nesta área de tombamento (gráfico 03).

Gráfico 3 – Uso atual dos imóveis localizados no perímetro de tombamento.





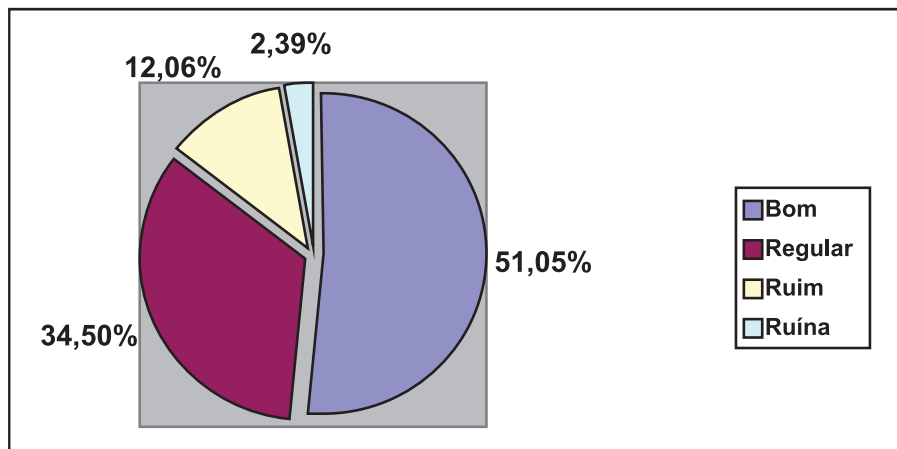
Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 22 – Espacialização e uso atual dos imóveis.

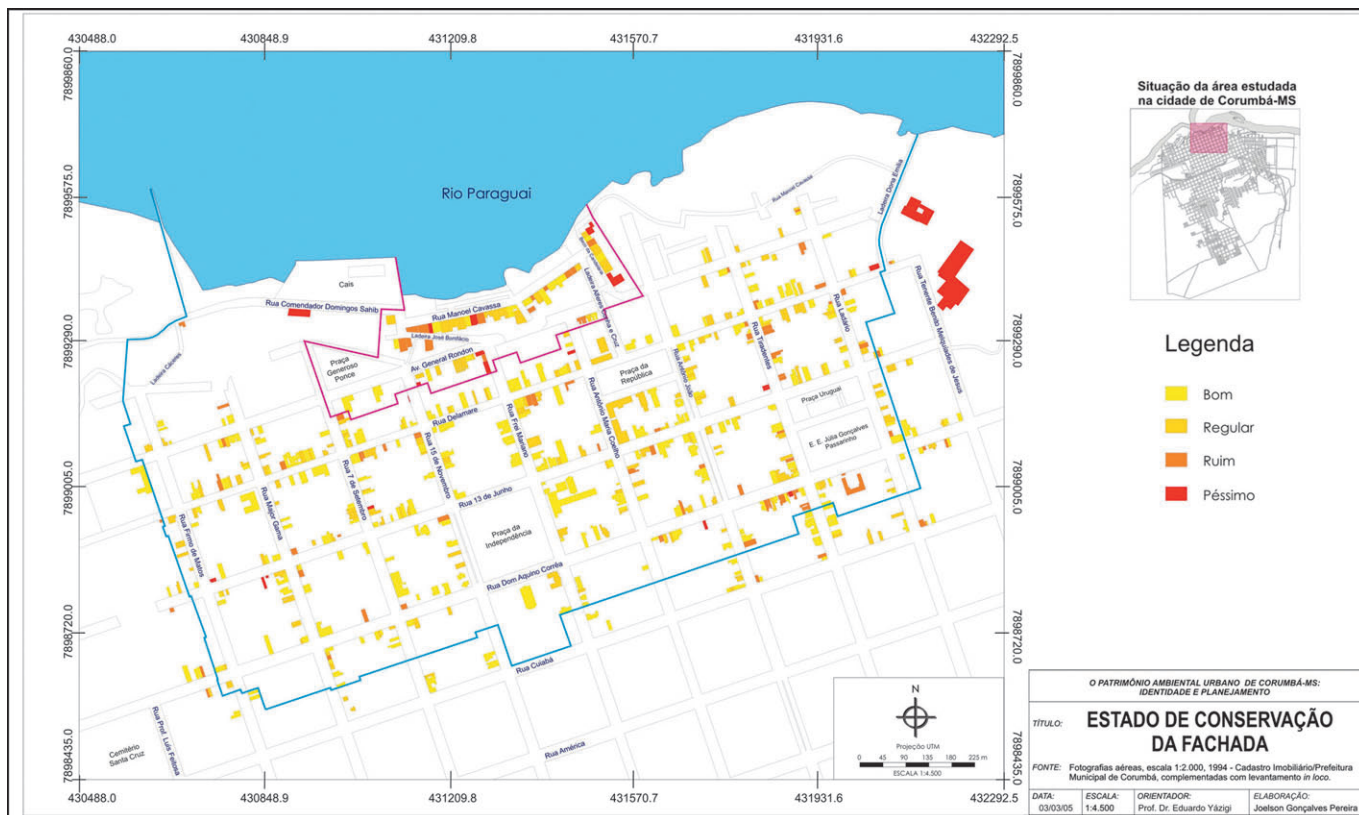
Estado de conservação

Na categoria temática estado de conservação, buscou-se avaliar a situação da fachada dos imóveis, no que se refere à manutenção de suas características estéticas. Para tanto, o conjunto dos imóveis foi classificado em uma escala de valores em que foram consideradas as variáveis bom, regular, ruim, e ruína. Conforme esta classificação, verificou-se que 51,05% dos imóveis apresentavam bom estado de conservação de suas fachadas, ao passo que 34,5% possuíam estado regular, 12,06% ruim e 2,39% constituíam-se em ruínas (gráfico 04).

Gráfico 4 – Estado de conservação da fachada dos imóveis da área de estudo



Quanto à espacialização destes imóveis na região de estudo, verifica-se uma distribuição homogênea das diversas classes, não indicando áreas importantes em que predominam certas concentrações de imóveis com um estado de conservação específico, com exceção dos imóveis em estado de ruína em que a metade apresenta-se localizada no perímetro de tombamento, especificamente na região do casario do porto, que, contraditoriamente, constitui o mais significativo conjunto histórico da cidade (figura 23).

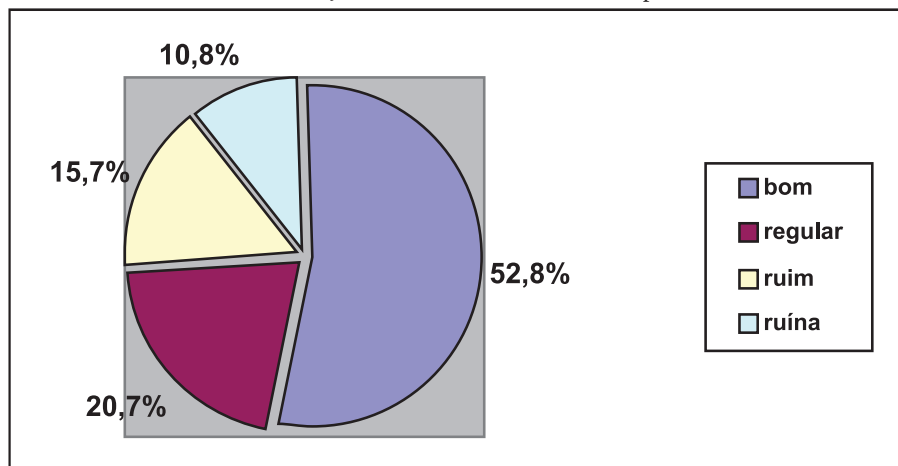


Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 23 – Espacialização dos imóveis e estado de conservação da fachada.

De forma geral, o conjunto dos imóveis localizados dentro do perímetro de tombamento apresenta uma situação mais preocupante em termos de conservação (gráfico 05) quando comparado à totalidade da área em estudo. Possivelmente esta situação esteja relacionada à considerável concentração imobiliária aí existente, em que se verifica que 21,87% dos proprietários possuem mais de um imóvel, de forma que juntos detenham 41,46% dos edifícios tombados sob suas propriedades. Em alguns casos, observa-se que membros de uma mesma família possuem a propriedade de até seis imóveis. Geralmente tais imóveis encontram-se desocupados, à espera de locação ou mesmo abandonados por seus proprietários, contribuindo para a sua má conservação.

Gráfico 5 – Estado de conservação da fachada dos imóveis do perímetro de tombamento.



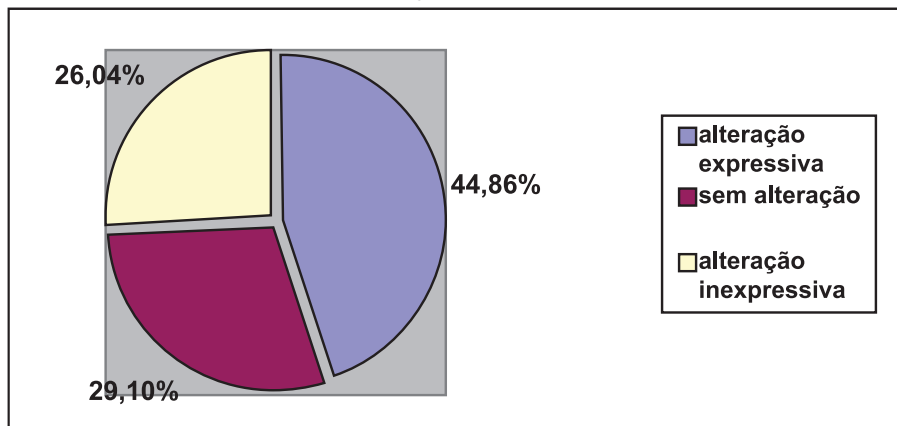
Alteração do desenho original da fachada

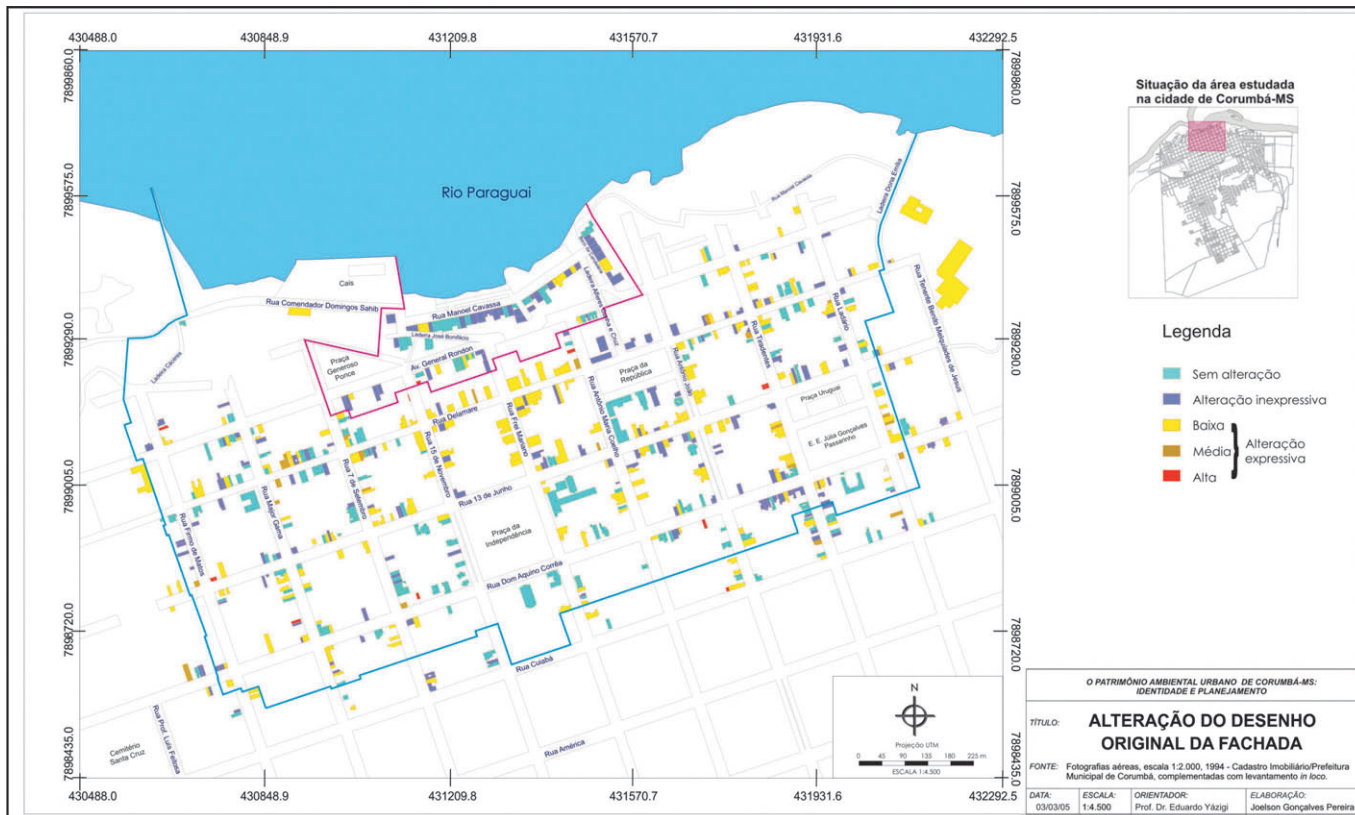
Nesta temática de análise, os imóveis foram avaliados quanto às alterações verificadas nas características originais de suas fachadas, proporcionadas por intervenções diversas nas mesmas, seja pela retirada de ornamentos decorativos, seja pela substituição de elementos como portas

e janelas, ou ainda pela inserção de novos componentes contemporâneos como revestimentos cerâmicos, marquises, toldos publicitários, etc.

Por esta avaliação, constata-se que apenas 29,10% (figura 24) dos imóveis que compõem o conjunto considerado ainda apresentam a estrutura original da fachada sem alterações. Os imóveis que apresentam alterações não significativas, ou seja, modificações isoladas na estrutura que não chegam a interferir no conjunto de toda a fachada somam 26,04%. Por outro lado, o universo dos imóveis em que se observam intervenções significativas em suas fachadas apresenta um expressivo índice de 44,86%, distribuído entre os de baixa significação, com 27,30% e os de média e alta significação, que quantificam respectivamente 16,02% e 1,54% dos imóveis. Este último é composto por prédios que apresentam modificações quase que completas em suas fachadas, restando poucos indícios de seu desenho original.

Gráfico 6 – Alteração do desenho original da fachada dos imóveis da área de estudo





Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

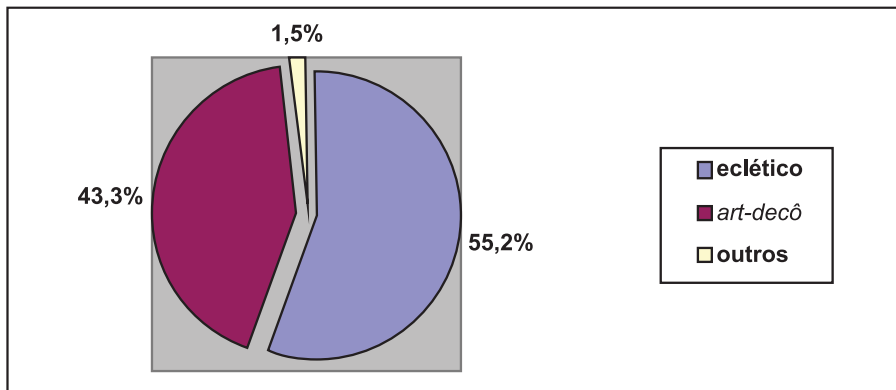
Figura 24 – Classificação dos imóveis conforme a alteração do desenho original da fachada.

As alterações mais significativas são apresentadas pelos imóveis de uso residencial e comercial. Entre os primeiros a alteração está relacionada principalmente com a substituição de portas e janelas originais, geralmente confeccionadas em madeira e de altura proporcional ao pé direito, por elementos constituídos de materiais metálicos, em que se verifica uma desproporção, em altura, com relação à fachada como um todo. Com relação aos segundos, nos quais os efeitos da alteração do desenho original da fachada são ainda mais significativos, observa-se, além das modificações comuns aos imóveis de uso residencial (substituição e alargamento das portas), a introdução de novos elementos como marquises, toldos e letreiros publicitários, os quais, cobrindo toda a parte superior dos imóveis, agem como uma forma de mascarar os traços do desenho original, presentes no coroamento primitivo – este constitui a única porção das fachadas em que se conservam suas formas originais.

Estilo de construção

Quanto ao estilo de construção representado pelas fachadas, observou-se o predomínio dos imóveis de estilo eclético, presente em mais da metade do conjunto, apresentando um índice de 55,2% e *art déco*, representado em 43,3 % dos edifícios. Raros exemplares isolados de outros estilos, sobretudo *art nouveau* e neo-clássico completam este universo, representando apenas 1,5% dos imóveis (gráfico 07).

Gráfico 7 – Estilos de construção dos imóveis



Conjuntos remanescentes

A análise espacial dos conjuntos remanescentes mostra que estes se encontram distribuídos por toda a área estudada. Não obstante, apresentam uma maior concentração na região leste, que se estende da rua Frei Mariano à rua Tenente Melquíades de Jesus (figura 25).

Observa-se também nessa região a existência de conjuntos tão importantes, em termos de quantidade de exemplares que os constituem e de conservação da estrutura original de suas fachadas, quanto ao já consagrado conjunto histórico do casario do porto, a exemplo dos que ocorrem na região da praça da República; na rua 13 de Junho, entre as ruas Antônio Maria Coelho e Antônio João; e na interceptação das ruas Tiradentes e Dom Aquino Corrêa.

Trata-se de grandes conjuntos cujos exemplares dispõem-se de forma justapostas, com raras interrupções por unidades mais modernas, os quais necessitariam, assim como os demais conjuntos menores, de um controle ainda maior quanto a cuidados que conduzam à garantia de uma conservação mais efetiva.



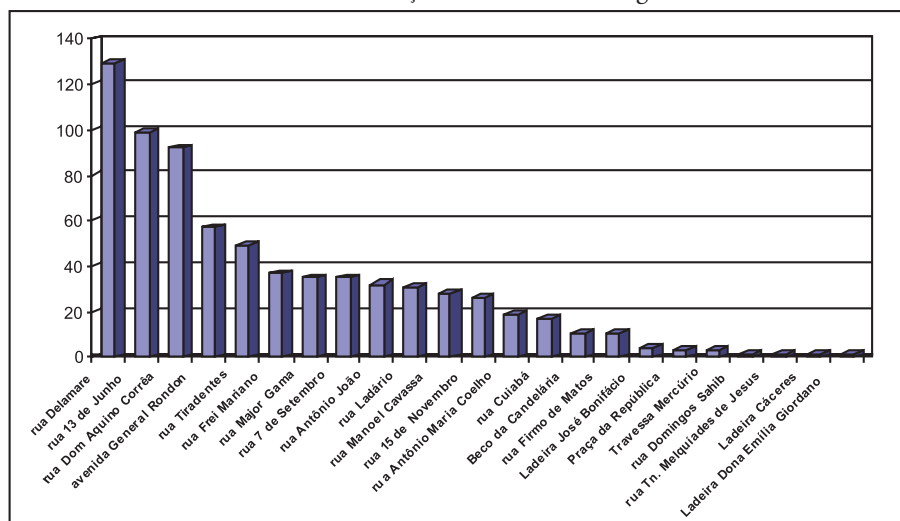
Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 25 – Localização de conjuntos remanescentes.

Distribuição dos imóveis nos logradouros

Se de forma geral os imóveis, à primeira vista, apresentam uma distribuição relativamente uniforme pela área de estudo, quando estes são classificados quanto à sua localização por logradouros revelam uma grande concentração ao longo de alguns eixos viários. Verifica-se por esta análise que somente quatro vias – ruas Delamare, 13 de Junho, Dom Aquino Corrêa e Avenida General Rondon – concentram 52,4 % dos imóveis levantados (gráfico 08). Essa situação é explicada por dois motivos principais. Primeiro porque são vias que apresentam as maiores extensões dentro da área de estudo, uma vez que se encontram dispostas no sentido leste-oeste, o qual possui a maior dimensão do perímetro estudado. Segundo, por estarem localizadas na área mais antiga e de maior proximidade e influência do porto, sítio inicial pelo qual se processou a expansão urbana, sobretudo entre os anos de 1870 e 1920.

Gráfico 8 – Distribuição dos imóveis nos logradouros

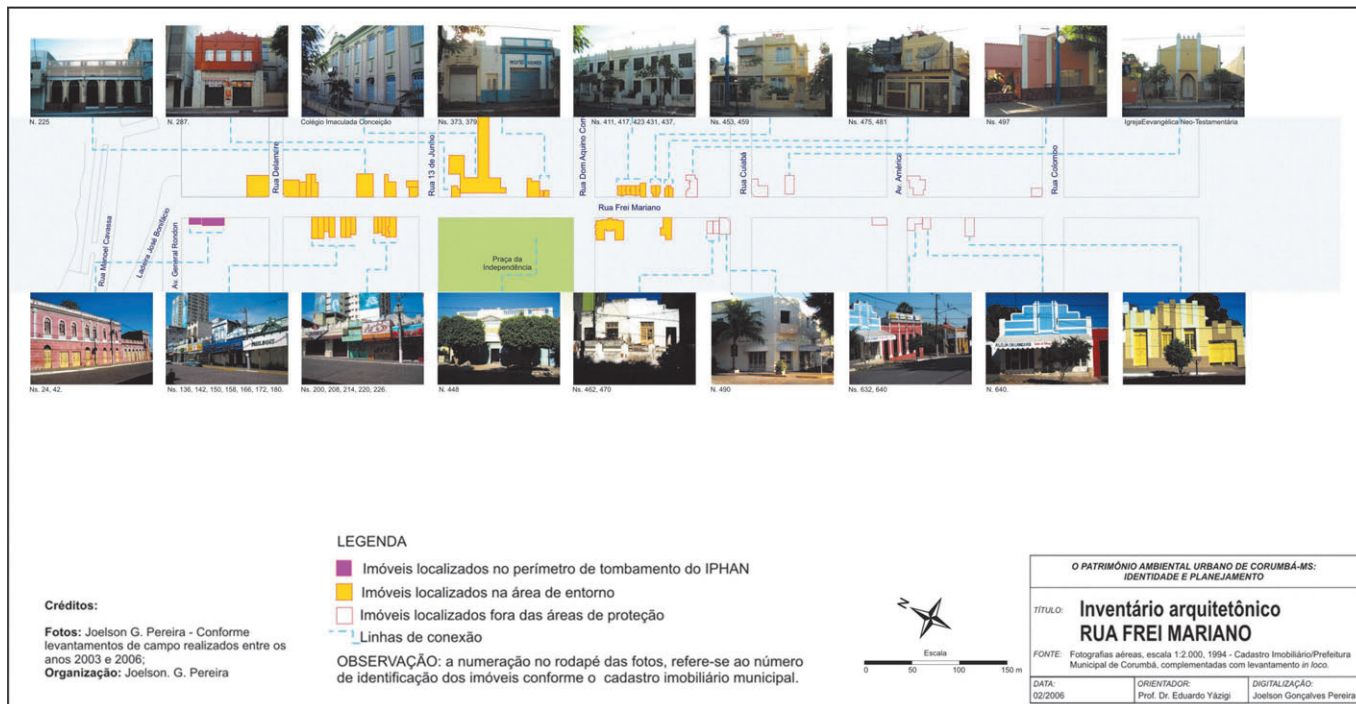


Quantidades significativas desses imóveis também são observadas nas ruas Tiradentes, Major Gama, Frei Mariano, 7 de Setembro, Antônio João, Ladário, Manoel Cavassa e 15 de Novembro em seus trechos delimitados pela área de estudo (figuras 26, 27 e 28).



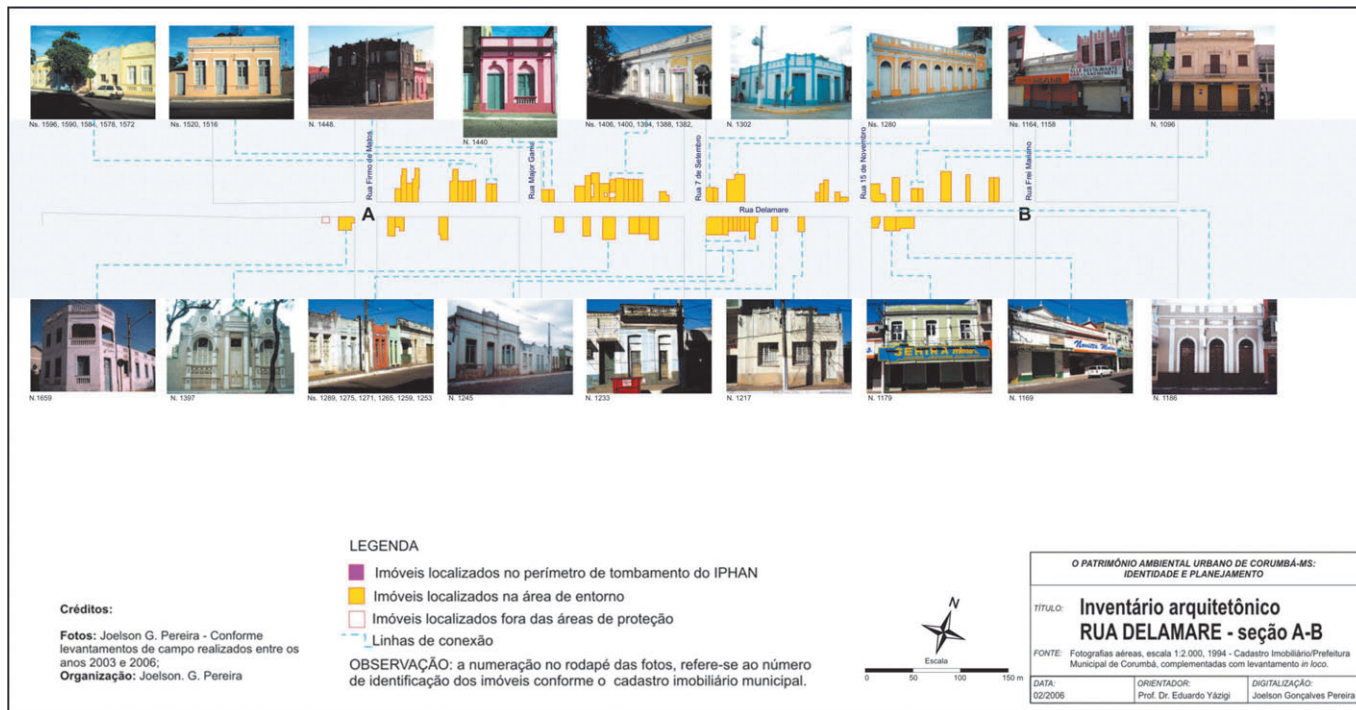
Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 26 – Conjunto arquitetônico tombado na rua Manoel Cavassa (Casario do Porto).



Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 27 – Conjunto arquitetônico na rua Frei Mariano.



Edição e organização: PEREIRA, J.G. (2007)

Figura 28 – Conjunto arquitetônico na rua Delamare.

Capítulo 7

A PRODUÇÃO DA CIDADE E OS DESAFIOS À PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

O período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial foi marcado por importantes transformações no contexto urbano brasileiro, mediante a execução do modelo de desenvolvimento operado pelo Estado Nacional baseado no tripé modernização econômica, industrialização e urbanização. A correlação desses fatores tornou-se decisiva à constituição de um novo período à produção socioespacial do país que se materializou, dentre suas formas mais explícitas, numa reconfiguração das paisagens urbanas que passaram a testemunhar concretamente o vigor de um processo de modernização que se vinculou a uma progressiva perda de qualidade ambiental das cidades.

Esse processo de modernização da economia nacional, cuja origem remonta ao início da industrialização do país, na década de 1930, sendo intensificada no período pós-Segunda Guerra Mundial (década de 1950), foi financiado principalmente pela entrada maciça do capital produtivo estrangeiro, que teve como marco a implantação das indústrias automobilística e de transformação. Associada a esse fator, a entrada do capital produtivo no campo, nesse mesmo período, possibilitou a constituição de grandes propriedades rurais especializadas no ramo da agroexportação, e na oferta de matérias-primas à indústria nascente.

A articulação desses dois fatores – modernização do campo e a industrialização concentrada nas cidades – induziu a migração de um grande contingente populacional da zona rural para as áreas urbanas num fenômeno que ficou conhecido como êxodo rural, o qual transformou o Brasil, em curto período de tempo, na condição de país rural e agrário para urbano e industrial. Tal transformação ficou evidenciada pelos levantamentos censitários do IBGE, que

registraram um sucessivo e rápido aumento da população urbana em detrimento da redução da população rural.

Neste contexto se faz importante ressaltar que, intrínseco a esse fenômeno de urbanização, o processo de desterritorialização – resultante do êxodo campo-cidade tanto quanto da mobilidade populacional inter-regional – promoveu alterações profundas no campo social. Conduziu uma parcela expressiva da sociedade a perdas de referenciais importantes para sua segurança emocional e de identidade encontradas nas relações afetivas sociais, presentes nos laços familiares e círculos de amizade, bem como ambientais, associadas ao sentimento de pertencimento ao lugar de origem. Reporta-se que essas relações emocionais encontram-se no bojo de uma construção cultural que une o indivíduo ao lugar e onde sua consciência sobre o cosmo é constituída. A esse respeito Santos (1996) enfatiza que:

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido a partir do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agredem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é freqüentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização (p. 61).

É neste sentido que a desterritorialização significa sempre uma perda a quem a vivencia. Uma perda relacionada ao distanciamento que leva à desconstrução dos referenciais simbólicos com o lugar de origem, entendido por Santos como se tratando de uma “alienação”, “estranhamento” e “desculturização”. Num país de dimensões territoriais como o Brasil, cuja unidade enquanto nação se constitui de uma diversidade cultural marcante em suas regiões, o progresso das migrações internas nas últimas décadas e seus resultados inerentes às relações simbólicas não devem ser desconsiderados do contexto de uma recente produção ambiental urbana carente de traços de civilidade.

A explicitação desse contexto de transformações do urbano no Brasil se faz favorável à compreensão do surgimento dos problemas socioambientais verificados atualmente nas cidades

brasileiras. A rapidez com que se processou a urbanização do país tornou-se inversamente proporcional à capacidade do Estado em responder de forma diligente à grande demanda populacional proveniente do meio rural, agravada pela alta taxa de natalidade da população constatada até a década de 1980. O resultado foi o colapso e a precariedade das condições de vida nas áreas urbanas, tanto nas grandes cidades como nos centros menores, representada pela formação de periferias urbanas cada vez mais distantes e marginalizadas, aumento da violência, deficiência de infraestruturas, sobrecarga nos equipamentos comunitários, precariedade nos sistemas de transporte coletivo, degradação ambiental – seja pela ocupação de áreas impróprias para moradias e de grande valor ecológico, como mangues, margem de rios, encostas de morros e fundos de vale, ou pela poluição do ar e da água pelo lixo e efluentes de origem doméstica e industrial em vista da grande deficiência das condições sanitárias.

Foi nesse contexto que o espaço urbano se reproduziu no Brasil nas últimas cinco décadas, dando forma às atuais paisagens urbanas que, no caso particular da qualidade ambiental, se confundem ao próprio antagonismo do projeto nacional desenvolvimentista.

Superestimado no seu aspecto econômico, o plano desenvolvimentista prosperou, alcançando resultados satisfatórios reconhecidos pela modernização da economia, ampliação do parque industrial e no registro de altas taxas de crescimento que colocaram o país entre as dez maiores economias do mundo. Resultado equivalente não se observou no campo social e ambiental, onde o projeto revelou sua natureza antagônica dada a ausência de políticas minimamente favoráveis à melhoria das condições sociais e que permitissem à população partilhar o bônus do crescimento econômico, o que possibilitaria uma melhoria equivalente nos fatores de qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Importa à leitura desse modelo caracterizá-lo pela perspectiva das transformações socioespaciais impostas ao ambiente urbano, de modo a enfatizar seus desdobramentos para produção das paisagens das cidades brasileiras, tal qual se observa em dias atuais, evidenciando o significado desse processo quanto ao comprometimento dos atributos patrimoniais urbanos e de sua preservação enquanto fatores de civilização e identidade espacial.

Neste sentido, torna-se conveniente sua apropriação em uma escala local, tendo como campo de análise a própria área de estudo, a cidade de Corumbá, que, constituindo uma fração

territorial, retrata em sua organização espacial a essência de um modelo designado e incorporado em todo território nacional.

No caso de Corumbá, guardadas suas características socioeconômica e histórica, que resultaram num processo específico de transformações no seu arranjo espacial, as matrizes modernizantes do projeto nacional se ajustam perfeitamente em termos de resultados impressos à configuração de sua paisagem urbana, tornando-a semelhante, enquanto produto de um modelo nacional, à maioria dos centros urbanos do país. Assim, a cidade se inseriu na mesma lógica de organização que caracterizou a urbanização brasileira nos últimos cinquenta anos.

Um caminho importante no entendimento das transformações que se processaram no arranjo espacial local incidente sobre a construção de uma nova paisagem urbana pode ser tomado a partir da análise de um período marcado por importantes mudanças no aspecto econômico e social do município, derivadas das transformações engendradas em sua zona rural, motivado, especialmente, pela crise da pecuária e pelas questões ambientais relacionadas à inundação da planície pantaneira, na década de 1970.

O declínio da atividade pecuária como importante setor produtivo da economia municipal, particularmente na ocupação da mão de obra, associado ao início de um ciclo anual de cheias mais intensas na planície pantaneira, desencadearam um intenso processo de mobilização populacional campo-cidade que revelou sua austeridade através do agravamento de um quadro socioambiental conflitante na área urbana.

As transformações na relação com o urbano e suas implicações ao patrimônio ambiental

A atual configuração ambiental da cidade de Corumbá resulta, de certa forma, de um recuo do arbítrio estatal no gerenciamento das práticas sociais e, conseqüentemente, na produção do espaço urbano. Cabe considerar que o caráter do ambiente urbano conforma-se por uma prática coletiva que se efetiva no espaço. Não obstante, conceitua-se que esta produção seja delineada por uma ordem institucional responsável por operacionalizar um mecanismo de controle sob essas práticas sociais, através de sua submissão a um quadrante institucional regulamentador de conduta.

No passado, esta ordem institucional era mais presente no cotidiano urbano a ponto de determinar uma certa cumplicidade entre o interesse público e privado na construção e organização da cidade na tentativa de se criar uma imagem urbana que representasse os ideais de progresso e de civilização de seus habitantes. Foi assim que Corumbá conseguiu se formar e se conservar, durante muitos anos, sob uma rigorosa unidade urbanística, regida por uma atuação estatal que se fazia mais presente à determinação de uma gestão ambiental.

Através do estabelecimento de normas mínimas de regulamentação da postura e de critérios básicos para a construção e conservação dos edifícios, a exemplo da Resolução Municipal nº 13 de 04 de dezembro de 1906, o poder público municipal imputava rigor no controle da qualidade urbanística da cidade formal. O padrão construtivo exigido nas edificações envolvia os cuidados com a ventilação e ensolação adequadas à garantia da salubridade, higiene e controle de epidemias (CORRÊA, 1985). Em paralelo, este mesmo rigor exigido à concepção arquitetônica da fachada e de sua conservação definia uma preocupação com a qualidade estética, com a ordem e a proporção das formas, bem como o cuidado em se manter a unidade do conjunto urbano.

A obediência privada no cumprimento de tais normativas consignava o fortalecimento da autoridade pública na gestão do ambiente urbano e no controle da prática social. Assim, uma eficiência institucional podia ser exercitada muito mais pela firmeza do poder público no zelo ao cumprimento coletivo de uma norma regulamentar mínima do que pelo predomínio de uma normatização densa e minuciosa que limitasse um efetivo controle estatal.

Foi assim que a cidade conseguiu conservar, sobretudo até as primeiras décadas do século XX, uma forma urbana caracterizada pela unidade arquitetônica, apesar de sua diversidade social. Nestas condições, sua realidade cosmopolita e seu cotidiano marcadamente influenciado por estrangeiros não pode dispor de um equivalente em sua expressão formal, de modo a prevalecer uma unidade arquitetônica que lhe conferiu uma noção de conjunto.

Não obstante, a eficiência no exercício de um controle urbanístico por parte da autoridade pública sustentava-se, em parte, pelo eco que dispunha na própria sociedade local, que se alimentava do desejo da construção de uma imagem urbana que representasse seus ideais de progresso, de civilização e sobretudo de superação técnica dentro do contexto regional de um Mato Grosso longínquo e em estado quase selvagem.

O mesmo rigor disciplinar, sendo extensível à produção e uso do espaço público, garantia a constituição de um ambiente ausente de conflitos de maiores proporções que pudessem ser ocasionados pela superposição do interesse particular ao público. A marcante presença estatal nestes espaços na sua produção, manutenção ou regulamentação, constituía fator decisivo para garantia de sua apropriação enquanto bem de usufruto coletivo. A tutela do poder público fazia prevalecer um princípio de racionalidade, organização e coerência entre os vários elementos constituintes do espaço público.

Assim, uma arborização mais frequente, especialmente nas ruas centrais, realizada com o emprego de uma única espécie – predominantemente o *flamboyant* e, no caso particular da Avenida General Rondon, a palmeira imperial – articulava-se com passeios construídos sob um mesmo gabarito, praticamente ausentes de declives e obstáculos, o que permitia uma acessibilidade eficiente e segura aos pedestres. Concomitantemente, o emprego usual de balaustradas na construção das muretas de proteção ao longo da parte superior das encostas próximas ao porto geral definia um certo padrão na execução dessa infraestrutura, o que permitia o resguardo de sua coerência estilística com a arquitetura eclética predominante dos edifícios da cidade.

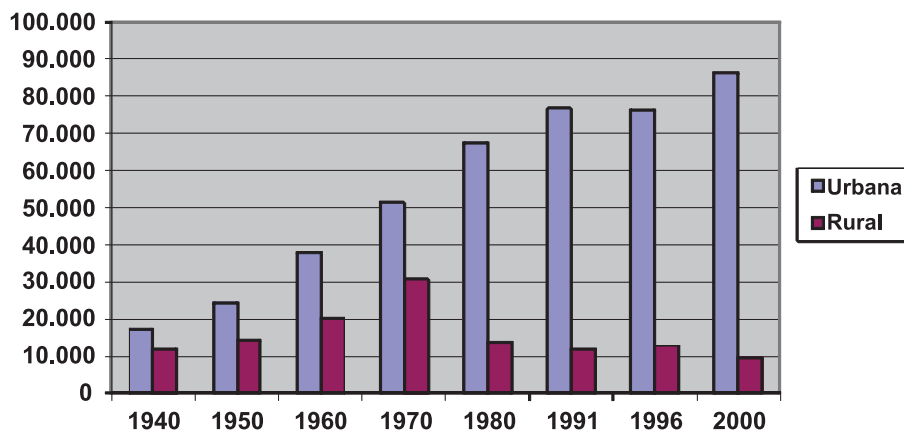
Item influente à personificação do espaço público, a publicidade comercial conservava-se ainda sob um padrão sutil, distante de sua capacidade deformante da arquitetura predial. Por fim, o empenho do poder público municipal na definição de uma qualidade ambiental urbana verificava-se pelo esmero e requinte aplicados na construção de alguns espaços públicos centrais como a praça da Independência, a praça da República, a escadaria José Bonifácio e a Avenida General Rondon.

O que se observa nas décadas posteriores é uma redução da eficiência do poder institucional na responsabilidade sob uma gestão normativa da cidade, bem como o recuo da sua presença no gerenciamento e zelo pelo espaço público. Esse enfraquecimento estatal no arbítrio da prática social e da produção do espaço urbano resulta na ascensão de uma nova forma de relação e apropriação da cidade por seus habitantes, o que implica reflexos austeros em uma nova configuração de sua paisagem. É nesta perspectiva que a unidade urbana característica da cidade formal, reveladora de um senso de coletividade, pertencimento, coesão social e

cumplicidade entre as esferas pública e privada, passa a ser desgastada pelo prevaecimento do interesse individual cuja permissividade se sustenta no recuo da capacidade estatal no controle sobre a produção do espaço urbano.

Por outra parte, o expressivo crescimento populacional urbano entre as décadas de 1950 e 1970 proporcionado, sobretudo, pelo êxodo rural, induziu a cidade à um novo ritmo em sua expansão física, dando início a um rápido processo de periferização urbana a partir do surgimento de novos loteamentos populares que passaram a promover a ocupação dos vales da parte alta, recortados pela morraria calcária. Nesse período, a população da cidade triplicou, passando de 24.336 habitantes em 1950 para 67.561 habitantes em 1980 (gráfico 09), com uma taxa anual de crescimento populacional de 2,8%. Esse crescimento exponencial da população, imprimiu resultados significativos sob o aspecto da produção do espaço urbano e da capacidade do poder público em garantir um controle eficiente sob a prática social.

Gráfico 9 - Evolução da população do município de Corumbá por situação



Fonte: IBGE, 2005.

Na verdade, esse incremento populacional urbano significou, conforme já exposto, a transferência para a cidade de uma população expropriada da zona rural e de um cotidiano campeiro que definia seu estilo de vida. A absorção desse novo contingente populacional

numeroso significou, por conseguinte, o estabelecimento de uma nova relação na produção do espaço urbano. Uma relação marcada pela necessidade, sobretudo de moradia, por parte de uma população que chegou à cidade ausente de qualquer recurso que pudesse ser útil à provisão de uma condição mais satisfatória ao seu estabelecimento nesse novo ambiente.

Paralelamente, esse novo contexto social implicou no progressivo comprometimento da capacidade do poder público em responder, de forma diligente, às necessidades de uma demanda social cada vez mais crescente. Tal situação investiu na ampliação da complexidade do quadro socioespacial da cidade que, por sua vez, passou a refletir no comprometimento das condições ideais à sua qualidade ambiental, na medida em que as normas mínimas de regulamentação, pelas quais o poder público mantinha um velado controle sobre as práticas sociais e sobre um princípio de ordem na configuração da paisagem urbana, tornaram-se sem efeito diante do comprometimento da habilidade estatal no gerenciamento de uma realidade social mais complexa.

É nesta perspectiva que se verifica a configuração de uma nova realidade ambiental urbana, em que são abolidos os esforços coletivos pela construção de uma cidade ideal erguida sobre um princípio de organização e esmero através do qual se expressava uma imagem de progresso e civilização urbana. Doravante, a reduzida eficácia na implementação de uma normativa disciplinar sobre a conduta social e sobre a sua relação com o espaço urbano passou a estabelecer um critério de livre arbítrio do interesse individual, o qual efetivou a constituição de um cenário urbano conflituoso e aparentemente desprovido de uma pretensão estética, sobretudo nos bairros periféricos.

Esta nova situação adquiriu expressão emblemática na natureza da apropriação do espaço público, que também revelou a emergência dessa nova concepção no relacionamento da estrutura social com a cidade, refletida no caráter conflituoso que passou a dispor sua configuração ambiental. Antes considerado bem de uso comum, o que definia uma relação de corresponsabilidade coletiva em sua produção e apropriação, o espaço público se converteu em arena de uma autonomia privada que definiu a construção de um ambiente marcado pelo conflito (figura 29).



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 29 – O livre arbítrio privado no uso do “espaço público” revelado no ultraje individual a um “patrimônio de todos”.

Na perspectiva do patrimônio ambiental urbano, a ascensão dessa nova forma de relação implicou num progressivo comprometimento dos elementos representativos da identidade espacial, processado por meio de uma dialética de construção e desconstrução movida por uma conjectura em que se somaram a ascensão de uma crise social motivada pela mobilidade populacional campo-cidade, a perda de uma eficácia institucional na regulação normativa sobre o espaço urbano, bem como na abertura da sociedade local à influência dos ideais modernizantes do estado nacional. Estes se efetivaram numa renovação urbana orientada por uma negação do antigo, da arquitetura vernacular e de conjuntos urbanos consolidados como característicos do lugar.

Contextualizadas pela perspectiva da produção do espaço urbano, essas duas frentes distintas de construção e desconstrução, aparentemente antagônicas, consubstanciaram-se à produção de um resultado comum, qual seja, a redução dos valores potencializadores de uma

qualidade ambiental e dos atributos expressivos à definição da personalidade do lugar encontrados na fisiografia do sítio urbano, na organização do espaço público e na forte expressão do conjunto arquitetônico.

A construção de uma nova urbanização

O aspecto da construção, enquanto fator infringente a uma qualidade urbanística e ambiental apresenta seus efeitos, particularmente, sob a forma desordenada de uma urbanização mais recente. A espontaneidade da expansão física da cidade, sobretudo em direção aos vales da parte alta vem sustentando, ao longo das últimas décadas, a construção de uma periferia deficiente de um rigor em sua disciplina urbanística, que se efetiva na histórica ausência de uma política de planejamento urbano.

As consequências dessa situação são amplas, sendo manifestas especialmente na deficiência de infraestrutura e equipamentos urbanos, na não observância de critérios técnicos e estéticos de construção de moradias, na ausência de estudos técnicos aprofundados para implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais que se efetiva na natureza problemática do uso e ocupação do solo.

Estas situações que convergem na atualidade para a produção e agravamento de um quadro ambiental que se contrapõe ao ideal da cidade enquanto ambiente favorável a uma qualidade de vida satisfatória e de estímulo a um prazer sensorial em seus habitantes. Ao contrário, o agravamento dos problemas ambientais derivados de uma expansão urbana mal sucedida resulta na necessidade da concentração de esforços públicos – sobretudo pelo emprego de um orçamento estatal substancial e muitas vezes não disponível – para redução de seus efeitos, principalmente nos casos em que oferecem situações de risco à população.

A questão social e a descaracterização da fisiografia dos morros e encostas

O empobrecimento da população nas últimas décadas se reflete na elevada condição de miserabilidade presente no círculo periférico da cidade. Em 2002 um relatório do Programa

Habitar Brasil-BID indicou a presença de 12 (doze) áreas de assentamentos subnormais existentes em Corumbá, das quais nove estavam localizadas na periferia e destas, oito situadas sobre áreas de morraria ou próximas às suas encostas.

O ritmo de uma expansão urbana descontrolada que se processa sobre a morraria da parte alta de Corumbá reflete a problemática da situação habitacional vivenciada pelo município, principalmente nas últimas três décadas. A transferência de um importante contingente populacional da planície pantaneira para a cidade durante a década de 1970, associada ao predomínio de uma política habitacional ineficiente neste mesmo período, coincide com a intensificação da ocupação de sua zona ribeirinha, particularmente da baixada do bairro Beira-Rio, das encostas e fundos de vale do bairro da Cervejaria e dos edifícios abandonados do Porto Geral. Esse mesmo contexto explica o início do processo de expansão urbana sobre a morraria, iniciada pela ocupação do morro do Cruzeiro, também na década de 1970.

O fato de que grande parte do contingente migratório proveniente da zona rural fosse constituída de mão de obra não especializada para as atividades essencialmente urbanas como o comércio, o serviço e a indústria, impossibilitou a total absorção dessa força de trabalho nesses setores produtivos. Concomitantemente, a crise experimentada pelo comércio e a indústria neste mesmo período implicou numa retração do mercado de trabalho local⁶, constituindo um novo fator que, somado à questão da baixa qualificação profissional da população proveniente do campo, contribuiu para elevar o desemprego e a condição de renda na cidade a um patamar que resultasse no empobrecimento de uma significativa parcela de sua população.

Foi nesse contexto socioeconômico que se originou uma progressão dos problemas ambientais da cidade, na medida em que uma população sem renda e desassistida de uma política habitacional eficiente passou a ocupar as áreas excluídas do circuito especulativo do mercado imobiliário, como as encostas ribeirinhas, os fundos de vale, as planícies de inundação do rio Paraguai e Canal do Tamengo e os morros próximos ao centro da cidade. Levantamento realizado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Corumbá no ano 2002 apontou

⁶ Durante a década de 1970, verifica-se uma redução expressiva da atividade industrial em Corumbá com o fechamento da grande parte de suas maiores unidades produtivas como a Fiação Matogrossense S.A., a Siderúrgica SOBRAMIL e o Moinho Matogrossense S.A, além de outras unidades menores.

a existência de uma população de 8.662 pessoas estabelecidas em situações de risco iminente nas áreas de encosta ribeirinha e de morraria da cidade (tabela 03).

Tabela 3 – Dados de população das encostas ribeirinha e de morraria em Corumbá

BAIRRO	Número de residências	Número de moradores
Aeroporto	41	119
Arthur Marinho	192	711
Beira-Rio	116	412
Centro	375	1.092
Centro América	262	1.096
Cervejaria	482	1.598
Cristo Redentor	299	1.018
Dom Bosco	67	171
Generoso	197	599
Popular Nova	103	342
Popular Velha	294	768
Universitário	290	736
TOTAL	2.714	8.622

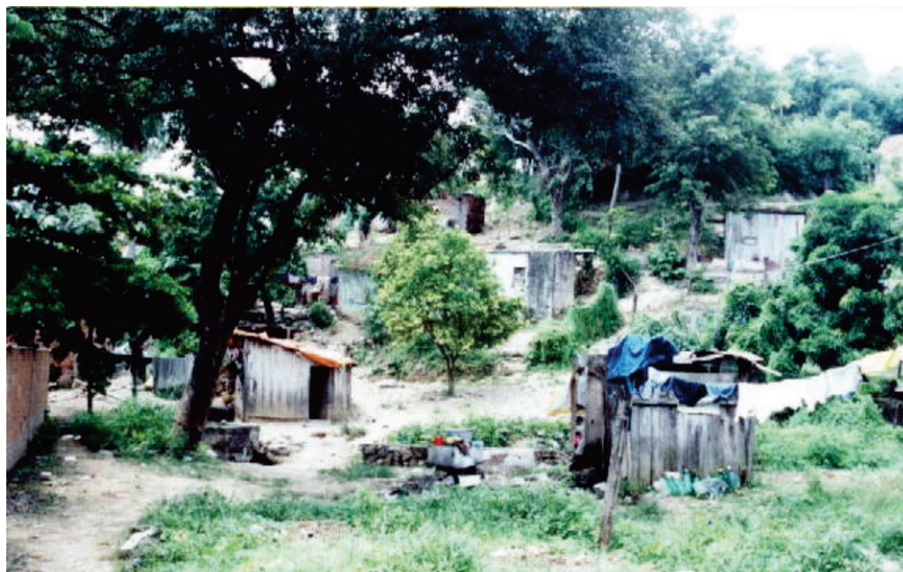
Fonte: Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Corumbá (2002).

A ampliação de uma estrutura urbana sobre essas áreas foi a solução encontrada por essa população na resolução do seu problema de moradia, diante de uma necessidade básica à condição da vida humana. A casa, antes de tudo, surgiu da necessidade biológica de proporcionar ao corpo o abrigo do sol, da chuva e do frio. Na condição de lar, é o refúgio à privacidade individual e do convívio familiar. Essas condicionantes legitimam os esforços pessoais de conquista da moradia que, no caso da população destituída de renda é alcançada pela ocupação de áreas impróprias ao fim habitacional e com o emprego de soluções técnicas rudimentares pelas quais são perdidas as condições ideais de salubridade, conforto, segurança, acessibilidade e qualidade ambiental, critérios que definem um contorno mais amplo ao conceito de moradia.

Atualmente, o processo histórico de ocupação descontrolada expõe a problemática do uso do solo urbano em Corumbá. A subtração da cobertura vegetal, associada ao alto potencial

de erodibilidade do solo e ao elevado gradiente de declividade expõem uma preocupação face à instabilidade dessas áreas, o que vem recentemente mobilizando uma preocupação cada vez mais crescente quanto à exposição dessa população à situação de risco iminente por situações de alagamentos, deslizamentos e desmoronamentos de encostas.

Particularmente em relação à morraria, a incontinência de sua ocupação residencial vem agravando as condições de risco nestas áreas, em especial nos morros do Cruzeiro, da Bandeira e no Pico de Corumbá (figura 30). A indefinição de uma proposta de ação para o controle ambiental dessas áreas se revela no antagonismo da posição estatal. A mobilização da estrutura técnica da Defesa Civil municipal no monitoramento populacional e de instabilidade desses locais ocorre em paralelo à indução e consolidação de sua ocupação pela implantação de infraestrutura básica fornecida pelas concessionárias, ou pela abertura de arruamento e regularização fundiária proporcionada pela Prefeitura.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Prefeitura Municipal de Corumbá (2005).

Figura 30 – Aspecto da ocupação residencial da face norte do morro da Bandeira por famílias carentes.

No aspecto da preservação ambiental, a condição social presente nessas comunidades revela-se contundente na medida em que intensifica a pressão sobre a exploração dos recursos naturais da morraria, acelerando sua descaracterização dessas zonas de preservação ambiental. A necessidade econômica que emerge de um quadro social crônico no que se refere à renda familiar constrói uma relação ambiental motivada pela subsistência e pela carência de necessidades básicas do cotidiano doméstico. Tais situações sustentam uma prática, cada vez mais intensa, de exploração da morraria, seja pela remoção de matacos calcários comercializáveis – como material para construção civil – ou pela retirada de lenha utilizada como combustível em substituição ao gás de cozinha.

É neste contexto que as ações antropogênicas relacionadas à ocupação e exploração das colinas calcárias do sul de Corumbá definem sua redução enquanto atributo natural de identidade espacial e participam na constituição de uma ambiência conflituosa, regulada por uma relação pautada na necessidade de subsistência por parte de uma população em visível estado de pobreza.

A incoerência do projeto urbano com as características topográficas do sítio de expansão

Por outra parte, cabe destacar que o caráter rudimentar de uma periferia construída pela transgressão a uma qualidade urbanística e ambiental testemunha a omissão estatal na definição de um rigor técnico-normativo nas várias instâncias do processo pelo qual se efetivou a expansão urbana. Assim, a constituição de uma urbanização mal resolvida tem origem já em sua fase de projeto. Quanto a isso, convém destacar que tanto a elaboração como a aprovação dos novos projetos de loteamentos que se multiplicaram especialmente na década de 1970 ocorreram, assim como ainda se verifica em dias atuais, ausentes da definição e exigência de estudos técnicos e ambientais mais precisos. O deferimento do poder público às novas propostas de desmembramento de glebas urbanas condiciona-se basicamente à obrigatoriedade em se manter o desenho urbanístico desses novos loteamentos rigorosamente conforme ao plano cartesiano do arruamento original de 1860.

Acontece que o caráter simplista em que se inscreve o termo de referência técnica para constituição de novos loteamentos, associado à intransigência pela continuidade de um arruamento simétrico, passam a não ser mais condizentes com as especificidades físicas e ambientais do sítio que a expansão urbana passou a percorrer a partir da década de 1970. Reporta-se que essa região de urbanização mais recente, denominada pelo senso comum como “parte alta de Corumbá”, atualmente ocupada pelos bairros populares da periferia sul da cidade, é caracterizada por uma topografia acidentada dominada por morros calcários que recortam amplos vales cujas vertentes direcionam o escoamento superficial, sobretudo de águas pluviais, para linhas de drenagem natural bem definidas que se dirigem ao rio Paraguai. Tais características definem uma complexidade morfológica e uma certa irregularidade no padrão topográfico dessa região, que foi desconsiderada pelo processo de expansão urbana que se efetivou na implantação de loteamentos simétricos, derivados de projetos tecnicamente inconsistentes pela não observância das particularidades físicas do terreno.

As consequências desse empreendimento verificam-se na natureza problemática da ocupação do solo urbano, com a implantação de loteamentos sobre áreas de encostas de morrarias, a exemplo do que ocorre nos morros do Cruzeiro e Pico de Corumbá. Estes locais, não obstante terem sido definidos como zona de proteção especial pela lei que instituiu o zoneamento municipal de 1971, foram desmembrados em lotes regulares, o que induziu sua ocupação residencial por famílias de baixa renda e onde as mesmas, atualmente, são expostas a situação de risco iminente face à instabilidade do terreno, especialmente nos períodos de chuva. Soma-se a isso os casos em que esse processo de ocupação se efetiva pela iniciativa estatal, a partir da implantação de projetos habitacionais no sopé da morraria, a exemplo dos conjuntos populares Jardimzinho, Guanabara, Primavera e Guatós, todos construídos ao longo da década de 1990.

A imposição desse mesmo modelo urbanístico, a partir da implantação de loteamentos sobre fundos de vale, apresenta-se atualmente como problemática, especialmente em relação aos imóveis edificadas sobre antigas linhas de drenagem natural ou em áreas de influência de alagamentos localizadas na rota de escoamentos superficiais. O processo de ocupação dessas áreas resultou, ao longo do tempo, na obstrução das linhas naturais de talvegue pela progressiva deposição de aterro nos fundos de vale como forma de elevar o nível dos terrenos e, assim, garantir a segurança dos imóveis em face de eventuais alagamentos. Entretanto, a incontinência

no processo de impermeabilização do solo urbano pelo aumento de área construída e pela implantação de calçamento e pavimentação viária vem reduzindo a capacidade de infiltração das águas de chuva, de modo que o aumento do volume de escoamento superficial tem ocasionado, nos últimos anos, o ressurgimento de antigas linhas de drenagem natural, multiplicando as áreas de alagamentos em diversos bairros da periferia (figura 31).



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Prefeitura Municipal de Corumbá (2005).

Figura 31 – Os efeitos atuais de um processo de urbanização às avessas: alagamento de imóvel edificado sobre antiga linha de drenagem natural na rua General Osório, bairro Nossa Senhora de Fátima.

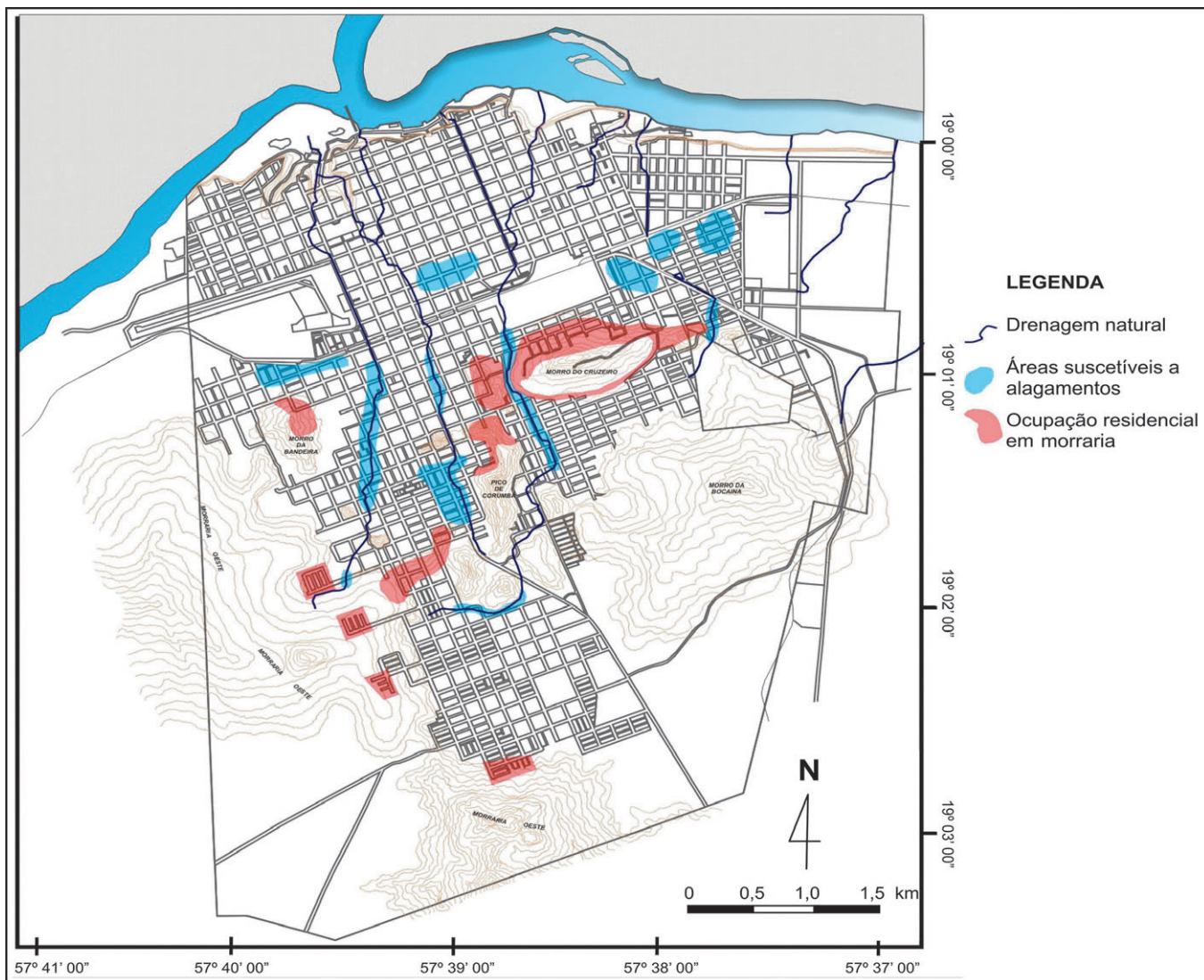
As atuais condições de produção da urbanização na parte alta de Corumbá, assim colocadas, orientam a previsão segura de um cenário futuro desfavorável, no que se refere ao aspecto do conforto ambiental para essa região. Quanto a isso ressalta-se a importância da floresta decidual submontana permanente nos morros à definição de um microclima peculiar presente nessa região, caracterizado principalmente pelo predomínio de uma temperatura sensivelmente

mais amena, em comparação à constatada na parte baixa da cidade, próxima à orla ribeirinha. No entanto, o recuo da cobertura vegetal, face ao processo de exploração e ocupação residencial da morraria, associado ao aumento na densidade de área construída e na ampliação de calçamento e da pavimentação viária, presume um comprometimento das condições atuais de conforto ambiental presentes nessa região. Essa possibilidade já era admitida nos primeiros anos da década de 1970, início do processo de ocupação dos bairros da parte alta de Corumbá, quando o geógrafo Orlando Valverde (1972) expôs que:

O prolongamento da cidade em direção ao sul, aproveitando os terrenos deprimidos, tem vários inconvenientes: irá formar bairros e subúrbios isolados, com difícil acesso ao centro da cidade; dificultará, cada vez mais, a futura instalação de serviços de água e esgoto; por fim (talvez o maior inconveniente), vai submeter seus habitantes a micro-climas especialmente desconfortáveis no verão, e que tenderão a se agravar, na medida em que a vegetação natural for devastada.

Tal situação, ao ser concretizada, poderá indicar a magnitude alcançada por uma expansão urbana sem planejamento no que se refere à capacidade em proporcionar alterações negativas no ambiente. Afinal, as transformações climáticas representam sempre o estágio mais alarmante na escala dos efeitos ambientais provocados pela ação humana.

O desenho urbano inspirado no modelo de plano cartesiano, embora tenha se mostrado coerente e adequado com uma topografia plana e regular presente no sítio de ocupação mais antiga da cidade, tornou-se problemático em sua continuidade enquanto modelo de urbanização e expansão urbana sob a topografia acidentada da “parte alta da cidade”, pela série de inconvenientes, especialmente os relacionados ao uso e ocupação do solo em áreas impróprias como fundos de vale e encostas de morro (figura 32).



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006)

Figura 32 – Planta urbana de Corumbá com a espacialização dos problemas relacionados ao uso e ocupação do solo.

A difusão da autoconstrução e o comprometimento da qualidade técnica e estética das construções da periferia

Um segundo aspecto relacionado à construção de uma urbanização contundente a uma qualidade ambiental se revela no comprometimento da qualidade técnica, estética e de materiais empregados nas construções recentes. Mais uma vez, o recuo do poder fiscalizador estatal define seu papel de licenciador a uma livre iniciativa individual-privada na construção da cidade. A ascensão de uma “vontade própria” baseada na permissividade estatal verifica-se na constituição de uma cidade onde emerge uma arquitetura desarticulada em sua proporção, forma e legibilidade. Nela, cada construção se define por “uma linguagem própria; define-se uma expressão, um gosto ou uma falta de gosto... Quase sempre uma arquitetura insossa, bem compactada” (LE MOS apud YÁZIGI, 2003). Uma situação distante da que se observava no passado em que a fachada, considerada bem de interesse coletivo por influenciar na boa reputação visual do espaço público, era concebida sob um esmero estético rigorosamente policiado pela municipalidade e que acabava por proporcionar a cada unidade habitacional a composição de uma relação estritamente coerente com o conjunto urbano.

O comprometimento da boa forma urbana em uma periferia onde, pela condição social de seus moradores, um sistema de autoconstrução se generaliza como solução econômica possível à construção da moradia, configura-se pela reprodução do improvisado que acompanha tanto a construção como as constantes obras de ampliação dos imóveis. Convém ressaltar que a autoconstrução, enquanto alternativa econômica de construir, responde por um benefício social importante na obtenção da moradia para uma população de baixa renda. O problema reside na forma como geralmente se produz: ausente de conhecimento e orientação técnica que permitam o bom dimensionamento do espaço construído, estrutura e materiais empregados à edificação do imóvel, fatores importantes para garantia das condições ideais de segurança, conforto, salubridade e qualidade formal da construção.

A construção de uma periferia que se desenvolve à revelia da gerência institucional pública verifica-se pelo alto índice de construções realizadas de forma ilegal, ausentes de acompanhamento e permissão oficial da municipalidade. Estima-se que somente na parte alta de Corumbá 80% dos imóveis construídos pela iniciativa particular ocorreram ausentes do trâmite formal que envolve apresentação de projeto, análise, aprovação, inspeção técnica e

obtenção do habite-se junto à prefeitura municipal⁷. Se estas edificações passam despercebidas em sua fase de construção por um processo de fiscalização não satisfatório, tornam-se oficiais pelos levantamentos periódicos de atualização cadastral, setor em que o poder público revela maior habilidade, em face de uma preocupação tributária.

São nestas condições que, ao longo das últimas décadas, vem sendo produzida uma periferia caracterizada por uma arquitetura rudimentar e que soma à composição de uma paisagem urbana fálica em denunciar a falência de um modelo de urbanização pautado sob um princípio de ordem e qualidade ambiental que correspondam aos ideais de produção da cidade enquanto objeto de vislumbamento, satisfação e estímulo emocional.

Os projetos estatais de habitação popular: oportunidade perdida na qualificação ambiental urbana

O ideal de um urbanismo comprometido com a boa forma urbana excetua-se de referência mesmo no caso de uma expansão urbana originada de projetos governamentais. Reporta-se que, nas últimas décadas, o agravamento da questão da moradia e suas consequências sociais motivaram a progressiva intervenção do Estado no campo da produção habitacional, de modo a constituir-lo em um dos principais agentes de indução da expansão urbana. Mesmo que esta atuação tenha se mostrado, ao longo do tempo, insuficiente à resolução do problema social da moradia, foi determinante para configuração de uma nova paisagem na periferia urbana, moldada pela multiplicação dos projetos habitacionais, em paralelo à reprodução da autoconstrução.

No caso de Corumbá, desde a construção dos seus primeiros conjuntos populares, os projetos habitacionais, mais que atender a uma questão social, sempre tiveram o interesse de promover a expansão urbana para o propósito da especulação imobiliária. Para tanto, segue-se uma ordem que se efetivou como prática no processo de produção da cidade sobre uma nova urbanização. Primeiro, a construção do conjunto habitacional numa periferia isolada; depois, a implantação gradativa de infraestrutura ao atendimento da população instalada; na sequência,

⁷ Fonte: Coordenadoria Municipal de Planejamento Urbano e Paisagismo-Secretaria de Infra-Estrutura e Habitação-Prefeitura de Corumbá, 2006.

a atuação da especulação imobiliária define a implantação de novos loteamentos nos arredores do núcleo habitacional implantado. Por fim, a efetivação do processo de consolidação da expansão urbana a partir da ocupação dos loteamentos pela edificação de moradias em sistema de autoconstrução. Foi nessa lógica que se originaram quase todos os bairros que compõem a parte alta de Corumbá, a exemplo do bairro Popular Velha, surgido a partir da implantação do conjunto “Barão de Vila Maria”, na década de 1950, e do bairro Popular Nova, formado após a inauguração do núcleo habitacional “Cidade Branca”, no final da década de 1960.

O aumento da participação estatal no processo de expansão urbana estima-se pela ampliação na quantidade de conjuntos habitacionais e unidades residenciais construídas entre as décadas de 1980 e 1990 (tabela 04) – alguns, inclusive, implantados em zonas de proteção especial de morraria. A contribuição do setor governamental na ampliação da periferia torna-se mais expressiva nas regiões de ocupação mais recente, a exemplo do bairro Nova Corumbá, um dos maiores da cidade, onde os projetos habitacionais de iniciativa estatal respondem por aproximadamente 90% do seu total de moradias existentes⁸.

Os projetos habitacionais têm sempre um mesmo começo, meio e fim na constituição de uma paisagem urbana de periferia. Na sua origem, definem uma mesmice por constituírem, geralmente, réplicas de um mesmo projeto executado em diferentes lugares e que se efetivam na monotonia de uma arquitetura uniforme. Ao longo do tempo, cada unidade dessa produção residencial multisseriada passa a ser deformada por constantes obras de ampliação e reforma, geralmente conduzidas ao gosto do (des)conhecimento técnico de seu proprietário. O resultado quase sempre se converte na redução da qualidade urbanística revelada na falta de clareza quanto às noções de forma, volume e unidade das moradias.

A atuação estatal na construção de uma urbanização recente através da produção habitacional revelou-se pela emergência em solucionar o problema da moradia sob uma perspectiva estritamente social e especulativa, excetuando-se de uma preocupação ambiental. Perseguindo este intuito, contribuiu para a produção de uma periferia ambientalmente pobre em traços civilizadores, a qual se expressa na feiúra de uma urbanização mal resolvida, sem, no entanto, ter logrado êxito na solução da questão social da moradia. Assim, a cidade furtou-se, por meio de

8 Fonte: Plano Diretor Participativo de Corumbá (Leitura Técnica), 2006.

projetos habitacionais, da possibilidade de ter proporcionado um fim mais nobre, em termos de qualidade urbanística, a uma periferia atualmente destituída de atributos mínimos que lhe confirmam uma boa forma urbana.

Tabela 04 – Conjuntos habitacionais construídos em Corumbá até 2006

Projetos habitacionais executados	Unidades	Ano	Bairro
1. Conjunto habitacional Barão de Vila Maria (Popular Velha)	40	Déc. 1950	Popular Velha
2. Vila dos Marítimos	68	1959	Universitário
3. Núcleo habitacional Cidade Branca	176	1968	Popular Nova
4. Vila João de Deus	40	1979	Guarani
5. Loteamento Vila MAPLAN I	56	1970	Universitário
6. Loteamento Vila MAPLAN II	122	1970	Maria Leite
7. Conjunto habitacional Belmiro Maciel de Barros	48	1986	Universitário
8. Conjunto PREVISUL	140	1984	PREVISUL
9. Conjunto Júlio Emílio Ismael “Nova Corumbá”	504	1984	Nova Corumbá
10. Conjunto habitacional Cravo Vermelho I	155	1985	Cristo Redentor
11. Conjunto habitacional Camalotes	84	1989	Centro América
12. Conjunto habitacional Vitória Régia	159	1989	Cristo Redentor
13. Parque Residencial Paiaгуás	72	1988	Universitário
14. Residencial PREVISUL	90	1992	Centro
15. Conjunto habitacional Cravo Vermelho II	60	1992	Cristo Redentor
16. Conjunto Primavera	237	1992	Nova Corumbá
17. Conjunto Guanabara	120	1992	Guarani
18. Conjunto Jardimzinho	40	1992	Jardim dos Estados
19. Conjunto Guanã I	157	1992	Nova Corumbá
20. Conjunto Guanã II	303	1994	Nova Corumbá
21. Conjunto Cadwéus	131	1991	Nova Corumbá
22. Conjunto Che-roga-mi	80	2000	Nova Corumbá
23. Conjunto Pantanal	80	2004	Guatós
24. Conjunto habitacional Jatobá	40	2004	Popular Nova
25. Conjunto habitacional Cravo Vermelho III	82	2004	Cristo Redentor
26. Conjunto Piúva	150	2004	Nova Corumbá
27. Conjunto Aeroporto	120	2006	Aeroporto

Fonte: Plano Diretor Participativo de Corumbá (Leitura Técnica), 2006.

A incontinência do crescimento horizontal e das deficiências urbanas

Por fim, convém considerar a peculiaridade de uma expansão urbana desenvolvida sobre um sítio geologicamente desfavorável à implantação de melhoramentos urbanísticos e sanitários. O substrato geológico composto por calcário dolomítico, aflorante em quase toda extensão da área urbana, constitui um desafio à implantação de infraestruturas subterrâneas, em virtude do elevado custo necessário à execução dos serviços de perfuração e escavação do solo, para o qual ocorre a necessidade da utilização de tecnologias mais avançadas para se proceder o rompimento das rochas (MONTEIRO, 1997).

O resultado é constatado pela deficiência de serviços essenciais mantidos por redes subterrâneas como o abastecimento de água, pela insuficiência de galerias para o escoamento de águas pluviais, bem como pela deficiência de redes coletoras de esgoto domiciliar. Essas carências infraestruturais sustentam um cotidiano de transtornos à população, especialmente àquela estabelecida na periferia da parte alta, além de implicarem em efeitos altamente impactantes à ecologia urbana.

No caso do esgoto, a ausência de rede coletora induz a população a duas formas comumente adotadas à deposição do efluente domiciliar: a ligação clandestina na incipiente rede de galeria pluvial ou nas áreas onde essa infraestrutura é inexistente, a construção de fossas rudimentares individuais. As consequências ambientais de ambas situações são amplas, sendo que no primeiro caso está relacionada à descarga do esgoto sem tratamento no rio Paraguai através dos emissários de águas pluviais, enquanto que no segundo o inconveniente refere-se à facilidade de percolação dos dejetos das fossas através das diáclases do substrato calcário, incorrendo na contaminação do lençol subterrâneo.

A característica geotécnica do sítio urbano, assim colocada, faz com que o crescimento horizontal da cidade se configure como algo acentuadamente caro à gestão urbana. À medida que a cidade amplia desordenadamente seu território em direção ao sul, reduz de forma drástica a capacidade de investimentos públicos, resultando no comprometimento da implantação de melhoramentos urbanísticos que somariam à melhoria qualidade ambiental, sobretudo nos bairros da periferia.

Nas atuais condições em que se constrói por uma nova urbanização, a cidade permanece alijada da capacidade de prosperar na constituição de novos traços civilizatórios que sejam capazes de dignificar sua periferia, saturada de deficiências e improvisos, na mesma proporção que o predomínio de uma histórica relação arbitrada tanto por incoerências e deficiências na gestão urbana quanto pelo agravamento das questões sociais incita a descaracterização daquilo que lhe resta de primor ambiental: o conjunto natural dos morros e florestas.

A desconstrução da antiga urbanização

A expressão que adquire a permanência, no centro antigo de Corumbá, de um conjunto arquitetônico representativo de sua velha urbanização, coloca a cidade no centro de uma discussão acerca de sua preservação patrimonial que culminou na instituição do tombamento municipal em 1985. A realização desse feito verificou-se após três décadas de ter-se iniciado o processo de modernização do país, baseado no modelo desenvolvimentista implantado pelo Estado nacional, cujos reflexos mais imperativos se impuseram justamente sob o caráter da produção de uma nova urbanização pautada num intenso processo de renovação urbana e degradação ambiental. Nesta perspectiva, a cidade de Corumbá, enquanto referencial de preservação de uma cultura material antiga emerge também como testemunho da magnitude que representou, em uma temporalidade relativamente curta, a ação da política modernizante à desconstrução de uma expressão material representativa do processo histórico da urbanização nacional.

Malgrado um precário estado de conservação em que se encontrava a maioria dos imóveis antes do tombamento, a simples permanência do conjunto constituía fato extraordinário “milagrosamente” preservado em Corumbá. Enquanto traço excepcional remanescente de uma produção material urbana que, em algumas décadas pregressas, constituía a expressão do banal de uma urbanização brasileira, parte do centro antigo de Corumbá se tornou reconhecido, por tombamento federal, como patrimônio histórico nacional, a partir de 1992.

Ressalta-se que esse conjunto arquitetônico remanescente em Corumbá não constitui apenas uma herança material representativa de um ciclo de intensa prosperidade econômica, proporcionada pelo dinamismo comercial constatado no início do século XX, mas também representa a manifestação de um ideal de coletividade e cumplicidade público-privado

comprometido com a produção de uma forma urbana constituída sob um princípio de ordem, eloquência e superação técnica que, mesmo restrita ao recorte de uma cidade formal, revelava a construção de uma cidade simbólica do próprio prestígio que dispunha na escala regional.

Nos dias atuais, a permanência dos traços dessa urbanização pretérita impõe ao centro antigo de Corumbá um valor patrimonial representativo da identidade espacial da cidade. Esta condição é colaborada por uma alta imaginabilidade que define uma expressão visual forte pela qual a cidade é reconhecida enquanto lugar. Assim, a imagem emblemática da cidade inclui quase sempre cenas do seu centro antigo representadas nos cartões postais e *folders* de divulgação: o Jardim da Independência e seus monumentos, a Avenida General Rondon ladeada por palmeiras imperiais, a praça da República com a velha Catedral aos fundos ou, mais comumente, a vista panorâmica do núcleo original constituída pelo rio Paraguai, o casario do porto, a encosta ribeirinha com suas ladeiras, a Avenida General Rondon e os edifícios do centro comercial. Mesmo os textos informativos introduzem sempre uma descrição sumária mencionando-a como “cidade histórica localizada à margem do rio Paraguai”. Considerando que toda cidade, mesmo as de existência mais recente, é constituída de um processo histórico, ressalta-se que a adjetivação de “histórica” neste caso particular recai sobretudo no contexto de uma arquitetura antiga que remanesce no seu núcleo central.

A ênfase na permanência do centro antigo como síntese visual da cidade pode indicar que tanto a forma como o lugar estão fortemente sedimentados no imaginário coletivo como elementos de memória que devota à lembrança de um passado de prosperidade e esplendor vivenciado pela cidade. E que, mesmo permanecendo apenas sob a forma de indícios materiais, representa motivo de orgulho para seus habitantes, quanto ao fato de não se ter verificado, desde então, a produção de novas formas qualificadas, que também fossem dignas de notabilidade e que indicassem a continuidade do engendramento de uma civilização urbana.

Este fato impõe como resultado a necessidade de um interesse ainda maior pela preservação do conjunto, valendo-se de sua representatividade enquanto bem patrimonial de sustentação de uma identidade urbana presente tanto na paisagem quanto na memória e imaginário coletivos. Isto faz com que a cidade de Corumbá transcorra como um caso raro de ambiente urbano cuja personalidade espacial ainda é garantida por uma cultura material expressiva e não apenas determinada por elementos fisiográficos que naturalmente caracterizam os lugares, como atualmente sugere a realidade brasileira após ter experimentado os efeitos de uma modernização urbana institucionalizada como uma nítida negação ao passado.

Guardadas as devidas reservas à pretensão de um julgamento estético de sua expressão formal, ou de uma visão romântica que recorre a um sentimento nostálgico do passado, ou ainda de um estereótipo que a prefigura como sinal e até mesmo determinante do atraso, são estes pressupostos, relacionados ao cumprimento de funções práticas de natureza espacial, cognitiva e psicossocial que devem ser colocados como referências a um debate sobre a preservação da cultura material enquanto expressão do patrimônio ambiental urbano de Corumbá. Ademais, são estas mesmas questões que estão em jogo nas diferentes formas de relação que assistem ao processo de desconstrução do conjunto urbano remanescente.

No caso específico da área de preservação do entorno definida pelo IPHAN, as medidas de proteção prescritas não dispõem de condições suficientes à garantia de uma preservação efetiva. Diferentemente da área de tombamento, onde a proteção patrimonial é regulamentada, no entorno a ausência de um critério regulamentar faz com que a preservação e mesmo a permanência dos imóveis dependam muito mais de um bom senso e sensibilidade por parte de seus proprietários do que de uma determinação institucionalizada. Fora dessa situação, o mais comum é que a condição de renda e o interesse especulativo do proprietário sejam a diferença entre a preservação ou não do imóvel. Isso faz com que o conjunto conheça uma nuance no seu estado de conservação cuja qualidade decresce a partir da periferia do entorno de tombamento em direção ao centro da cidade ocupado pelo comércio.

O padrão residencial predominante na periferia do perímetro de entorno e de sua adjacência já constitui um fator positivo de preservação, uma vez que esta forma de uso garante uma estabilidade maior à preservação da estrutura imobiliária quando comparada a outras categorias como o comércio, no qual os imóveis conhecem transformações adaptativas mais frequentes, quando não da necessidade iminente da demolição. Soma-se a isso que a condição de renda dos proprietários dificilmente permite que sejam feitas intervenções mais radicais na estrutura dos imóveis que impliquem em substituições por novas construções. Ademais, o fato de ocuparem áreas em que atualmente se verifica um baixo dinamismo urbano permite que esses imóveis sejam preservados da influência de um circuito especulativo mais expressivo. Tal situação, no entanto, passa a se inverter à medida que os imóveis se aproximam do centro comercial da cidade, área de maior concentração dos fluxos urbanos e onde se verifica um grande dinamismo econômico operado pelas atividades de comércio e serviços.

Constituindo uma fração espacial do centro antigo, o centro comercial corresponde, basicamente, ao perímetro compreendido entre as praças Generoso Ponce, República e Independência (figura 33). Apresenta-se como território representativo do patrimônio ambiental urbano pela conservação de um expressivo conjunto de cultura material composto pela arquitetura remanescente do período eclético e art-decô, conjugado a espaços públicos concebidos de um raro apuro artístico e paisagístico, a exemplo da praça da Independência. Não obstante, este local é também território das grandes corporações, representadas pelas filiais das grandes redes de lojas de departamento e instituições bancárias mas sobretudo de um tradicional comércio varejista de caráter familiar predominantemente empreendido por imigrantes e descendentes árabes de origem palestina, síria e libanesa, bem como por antigas famílias de comerciantes locais.



Fonte: Google Earth, 2007. Organização: PEREIRA, J. G. (2007).

Figura 33 – O centro comercial de Corumbá: perímetro de maior concentração de estabelecimentos comerciais, financeiros e de serviços da cidade, localizado entre as três praças centrais.

A histórica função desempenhada pelo centro comercial na regulação dos fluxos e da economia local que transformou esta região na mais dinâmica, não somente em termos de renovação urbana, mas também na reprodução e concentração de conflitos de ordem urbanística que, ao longo do tempo, progrediram ante os critérios normativos de regulamentação da postura e acuidade com a ambiência dos espaços públicos.

O vigor de uma alienação pela ordem urbanística impõe a este local uma configuração ambiental que se materializa por relações de conflito. Sua função de centro econômico, financeiro e de serviços cuja influência se exerce numa escala local e regional, define uma alta densidade de seu uso cotidiano pela totalidade da população urbana, das cidades vizinhas e das regiões rurais. Dessa situação advém a consequente sobreposição de interesses múltiplos operados pelos diferentes agentes envolvidos no seu uso e na construção de sua configuração ambiental (comerciantes, ambulantes, corporações financeiras, concessionárias, poder público e os usuários do centro). O resultado dessa relação ostenta-se numa paisagem que explicita a negação a um princípio de ordem e que, num sentido contrário, converge para uma situação característica de “estresse ambiental” (YÁZIGI, 2006).

A constituição do centro comercial como território de conflitos se sustenta por meio de diferentes situações verificadas neste local, as quais contribuem para sua deterioração ambiental, bem como à desconstrução de um importante acervo de cultura material urbana representado tanto pelo conjunto arquitetônico remanescente como pelos espaços públicos. Alguns aspectos merecem ser pontuados como emblemáticos dessa relação de conflitos.

Os efeitos da publicidade comercial

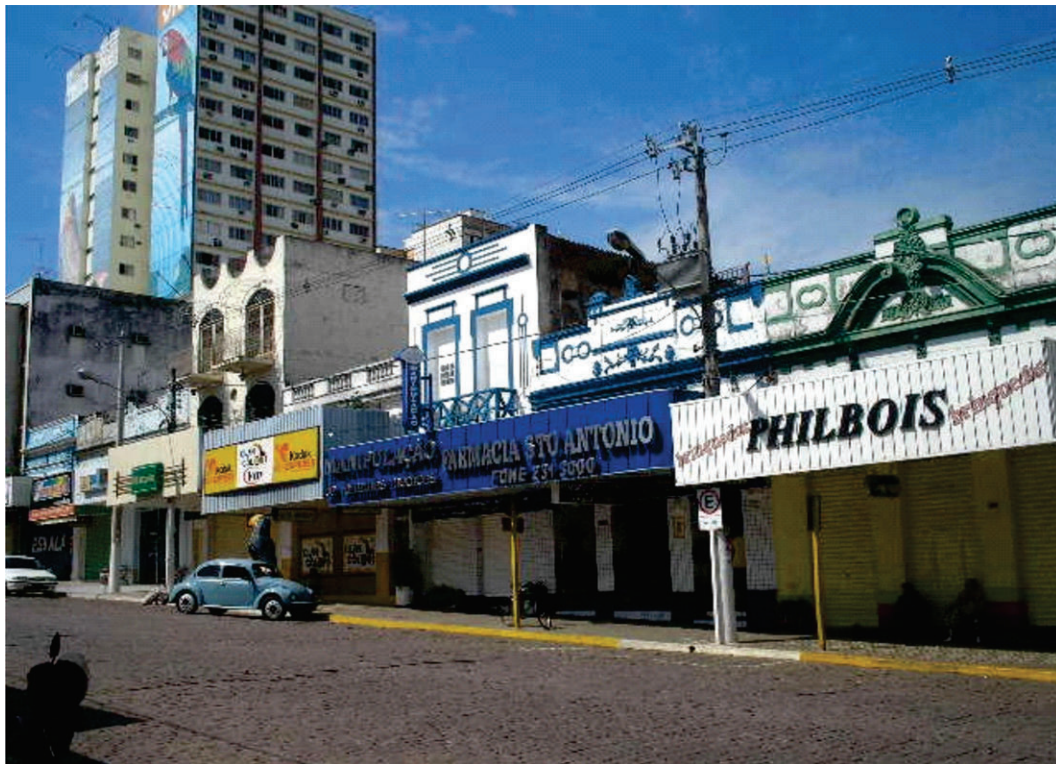
Primeiramente, convém ressaltar os efeitos empreendidos pelo comércio por meio da concorrência exposta na publicidade comercial. A esse respeito, cabe mencionar que o comércio de Corumbá, tal qual se verifica em uma realidade nacional, demonstra, com vigor, a suscetibilidade dessa atividade em contribuir para a degradação do ambiente urbano, sobretudo quando não encontra limites disciplinares firmes no âmbito de uma gestão normativa conduzida pela autoridade pública.

Os regulamentos que regem e disciplinam a publicidade das fachadas dos estabelecimentos comerciais estão instituídos no código de postura municipal e nas normas de proteção do entorno fixadas pelo IPHAN. No entanto, mesmo adequados ao propósito da preservação patrimonial e ambiental, tais regulamentos acabam por dispor de pouca eficiência prática diante de uma incipiente estrutura de gestão da fiscalização, somada ao pouco interesse dos proprietários de imóveis pela conservação da visibilidade de suas fachadas. Neste sentido, o propósito da regulamentação normativa à garantia de uma ordem favorável à qualidade ambiental e à conservação patrimonial permanece restrita apenas a uma boa intenção quanto àquilo que se propõe nesses instrumentos.

Esta situação reduz o potencial disciplinar das normas de regulamentação a um simples registro formal de uma situação ideal. Sem condição para prosperar à sua efetivação, os institutos normativos, uma vez ignorados, deixam o centro comercial à mercê de uma (des)ordem regulada pela lógica do *marketing* e da concorrência de mercado. O resultado dessa situação se expressa nas fachadas dos estabelecimentos comerciais desfiguradas pela publicidade dos toldos.

A profusão de painéis e letreiros de diferentes dimensões, formas e materiais que geralmente ocupam toda frente dos imóveis, expõe uma preocupação pessoal dos proprietários com a marca comercial de seus estabelecimentos, na mesma medida que explicita o constrangimento pelas fachadas – muitas delas conservadas em seus detalhes eclético e art-decô – dissimuladas pelo “vandalismo publicitário”, conforme expressão cunhada por Yázigi (1999) para definir as agressões publicitárias do comércio ao patrimônio ambiental urbano.

Ademais, esse fulgor publicitário reflete o constante desejo pelo novo. A alegoria publicitária instalada na fachada confere ao estabelecimento uma imagem de modernidade e sofisticação, útil enquanto estratégia de *marketing* do empreendimento, mas que em seu conjunto revela-se, sobretudo, pelo impacto visual ocasionado em um ambiente desfigurado pela pirotecnia dos toldos comerciais (figura 34). A preocupação com o novo, refletida de um preconceito ao antigo, concorre para instituição de uma falsa modernidade ou uma autêntica “modernidade de fachada”, tão frágil quanto os materiais empregados em sua composição. Uma representação barata pelo baixo investimento necessário à criação de uma imagem mercadológica de modernidade, porém cara à verdadeira identidade espacial do lugar, esquecida por trás de toldos envelhecidos e mal conservados.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 34 – Rua Frei Mariano, centro comercial de Corumbá: a degradação ambiental imposta pela publicidade comercial compromete a conservação de um conjunto arquitetônico representativo da identidade espacial da cidade.

O espaço público de todos... e de tudo!

O comprometimento ambiental do centro e de seu patrimônio se expressa também pelo uso controverso do espaço público como território livre a todas iniciativas. O desregramento em sua utilização como “espaço de todos e de tudo” banaliza sua apropriação realizada

ao gosto dos seus diferentes usuários, predispondo a uma situação de conflito que neutraliza sua condição essencial de “espaço para todos”, livre ao pleno usufruto coletivo e cotidiano, bem comum por princípio e direito. É utilizável e não apropriável!

Entrementes, a alta densidade na concentração de redes, equipamentos e mobiliários públicos e privados, não obstante suprimir o uso coletivo de um espaço (público), transgride o ideal de uma boa forma urbana pela indisciplina com que vigora. A forma como esses objetos são dispostos no espaço público presume a inobservância de qualquer princípio normativo à sua implantação. O resultado se inscreve no comprometimento da acessibilidade e circulação dos passeios, bem como no impacto visual que transgride a ambiência do centro antigo.

A título de exemplificação, registra-se que por meio de uma visita de campo realizada em março de 2006, quantificou-se somente na esquina das ruas Frei Mariano e Delamare – um dos principais cruzamentos da cidade – a existência de 19 mobiliários urbanos instalados sobre os quatro vértices de passeio público desse cruzamento. Os objetos identificados incluíam placas de sinalização do trânsito, lixeiras, postes de concessionárias de telefonia e energia elétrica, telefones públicos, placas de logradouros, semáforos e, inclusive, uma banca de jornal.

Mesmo que justificados pelas funções práticas que desempenham, esses objetos “esbarram” na incoerência de sua administração no espaço de uso coletivo. Em uma área instituída como perímetro especial de proteção patrimonial, a implantação de qualquer equipamento na via pública mereceria a necessidade de estudos prévios de sua relação com o entorno preservável. Neste sentido, não seria sem propósito o destaque às intervenções de concessionárias de serviços públicos essenciais que, por uma questão de custo, face ao elevado investimento necessário à instalação subterrânea de cabos, sobretudo considerando a realidade geológica de Corumbá, acabam privilegiando a implantação aérea das redes de energia elétrica e telefônica, tão inconveniente à boa reputação visual do patrimônio e à qualidade ambiental do espaço urbano (figura 35).



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 35 – Cruzamento das ruas Frei Mariano e Delamare: a densidade das redes aéreas, dos mobiliários urbanos e dos quiosques comerciais expõe a banalização do espaço público e suprime a visibilidade daquilo que de fato mereceria ser visto.

Ainda em relação a esta temática, merece destaque a indiscriminada implantação de quiosques comerciais no centro antigo, algo questionável sob o aspecto urbanístico, pelo inconveniente da supressão ao uso coletivo do espaço público e sobretudo pela incoerência em sua relação com o entorno. O bônus aos seus proprietários, beneficiados pelo grande fluxo de pedestres nos locais estratégicos onde são instalados implica muitas vezes no comprometimento da circulação urbana, reduzindo os espaços dos estacionamentos públicos e colocando-se como

obstáculos ao trânsito de pedestres. A taxa recolhida ao fisco municipal pelo seu funcionamento constitui um benefício desprezível face à magnitude dos inconvenientes devidos à ordem do espaço público e à deterioração ambiental urbana (figura 36), inclusive com o comprometimento de monumentos e obras de arte.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 36 – Quiosques comerciais, situados na praça da República. O conflito no uso do espaço público é ostentado, sem qualquer constrangimento, no mesmo local onde remanesce um dos mais expressivos conjuntos arquitetônicos da cidade.

A esse respeito, torna-se digno de nota a situação verificada no entorno do monumento (busto) do patriarca da independência do Brasil, José Bonifácio, erguido sob um pináculo, outrora de grande visibilidade, localizado entre a ladeira José Bonifácio e a Avenida General Rondon. No passado, este local era um ponto de referência para contemplação da paisagem pantaneira defronte à cidade – o próprio monumento e sua disposição, com a face voltada para o norte sugerem uma posição de contemplação do belo que se expõe à frente, ao mesmo tempo que indica o local para esta finalidade. A relação entre o monumento, o conjunto urbano do casario e a paisagem natural ao fundo, formada pela sinuosidade do rio sobre o prado alagável da planície, compunha um cenário de grande imaginabilidade capaz de atrair a atenção dos turistas e visitantes – até mesmo por sua proximidade com o antigo Hotel Galileo – como local privilegiado para registros fotográficos da visita à Corumbá ou propriamente como uma recordação da cidade.

O outrora marcado pela sua imaginabilidade, o local se revela atualmente pela deterioração ambiental em que se encontra exposto, como exemplo fiel da problemática que envolve a gestão do espaço público e a preservação da cultura material urbana em Corumbá. A apropriação privada do entorno desse monumento reduziu sua visibilidade, hoje comprometida pela existência de um quiosque comercial e de um espaço utilizado por este estabelecimento como depósito de utensílios diversos empregados em sua atividade. A deterioração exposta no local o afasta definitivamente de sua antiga eloquência ambiental, ao mesmo tempo em que denigre a representatividade do monumento, agora escondido entre mobiliários e entulhos.

Alude-se que, desde a antiguidade, os monumentos surgem da necessidade de perpetuar, mediante um símbolo material – dada a impossibilidade da memória se conservar na consciência – a lembrança coletiva dos feitos memoráveis da nação e de suas personalidades ilustres, algo implícito no próprio sentido etimológico da palavra: “monumento”, do latim *monumentum*, que significa trazer à consciência, rememorar (YÁZIGI, 2003), termo derivativo de “Mnimósis”, na mitologia grega, a deusa da memória. Certamente que este mesmo princípio prevaleceu na implantação do monumento corumbaense ao estadista José Bonifácio, localizado na ladeira que recebe seu nome, embora atualmente se configure em uma expressão da dialética do monumento: um objeto de memória que explicita nada mais que o esquecimento da própria memória urbana, perdida na banalização do espaço público (figura 37).



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 37 – Busto em homenagem a José Bonifácio: a deterioração do entorno reduz a visibilidade do monumento. Que memória poderá advir de um monumento quando ele próprio é prova de um esquecimento?

Vale ressaltar que a implantação desses mobiliários urbanos, assim como qualquer outro equipamento, procede de uma concessão municipal pela prefeitura. Nos últimos anos, a facilidade na obtenção de licenças para instalação e exploração do espaço público por um suposto comércio ambulante, fez multiplicar o número de quiosques em toda cidade. Somente num trecho de aproximadamente 500 metros do setor comercial da rua Frei Mariano, localizado entre a Avenida General Rondon e a rua Dom Aquino Corrêa, foram identificados sete quiosques de

grande porte funcionando como bancas de jornais e revistas, sorveteria, lanchonetes e comércio de água de côco e bebidas.

As implicações à ordem urbanística provocadas pela proliferação desse tipo de mobiliário, sobretudo no centro antigo, induz atualmente a uma postura de intransigência, por parte do setor de planejamento urbano da administração pública municipal, quanto à concessão de licenças à implantação e funcionamento de novos pontos de comércio ambulante. A sutileza desse retorno ao bom senso, porém, não elimina em definitivo o problema representado pelas dezenas de quiosques já implantados e que permanecem como objetos muitas vezes acanhados e desarticulados com seu entorno.

Com relação às praças, verifica-se uma situação não muito distante daquela observada nos demais espaços públicos. As peculiaridades das praças como a da Independência caracterizada, predominantemente, por seus monumento e obras de arte que testemunham a influência dos imigrantes europeus na cidade no tempo em que foi concebida – a exemplo do coreto importado da Alemanha e das esculturas em mármore de carrara adquiridas na Itália (CORREIA, 1979) – têm sua estrutura original comprometida por intervenções públicas mais recentes. As várias reformas que, ao longo do tempo, foram executadas pelo município com vistas à sua “recuperação urbanística”, ocorreram aparentemente ausentes de um conhecimento sobre a história desse lugar. O resultado verifica-se na descaracterização de um paisagismo em estilo romântico em que a praça foi originalmente concebida.

Mesmo nas atuais condições, essa praça ainda conserva muitas de suas características originais, as quais são capazes de demonstrar uma preocupação com o sublime e a eloquência que no passado marcavam a atuação do poder público no tratamento dos espaços de uso comum. No entanto, nos últimos tempos, tanto sua intervenção como a falta de intervenção produzem situações de conflito que comprometem tanto o aspecto de uso quanto de ambiência desses espaços.

A esse respeito, menciona-se como emblemática a situação da praça da República, onde a intervenção do governo municipal na década de 1980 resultou na construção de um terminal de ônibus coletivo no local. Alguns dos principais resultados desse empreendimento foram a supressão do espaço livre da praça, a intensificação do seu processo de deterioração pelo comércio ambulante que passou a se fixar no local, pelo aproveitamento do fluxo de usuários

do terminal e o comprometimento da visibilidade do conjunto arquitetônico existente em seu entorno, constituído pela Catedral, Instituto Luís de Albuquerque, delegacia da Polícia Federal, agência dos Correios, Capitania dos portos, Casa Marinho e Cia e pelos imóveis residenciais e comerciais da rua Antônio João (figuras 38 e 39).

Vale lembrar que a função original de praça sempre foi de constituir um espaço de uso público, amplo e desimpedido, que permitisse maior visibilidade e contemplação de um edifício principal que poderia ser uma igreja, um palácio, uma estação ferroviária ou qualquer outro prédio público, advindo daí sua designação original de “largo”. No entanto, as atuais condições de tratamento dispensado a esses espaços são capazes de colocá-los como símbolo dos conflitos que desconstroem o urbano e seu patrimônio.



Fonte: Acervo Casa de Cultura Luís de Albuquerque, [s.d.].

Figura 38 – A praça desimpedida de outrora, cercada de balaustradas, compunha com os edifícios de entorno um conjunto eloquente e de grande repercussão visual.



Fonte: PEREIRA, J. G. (2006).

Figura 39 – A praça atual com o terminal de ônibus construído pela prefeitura em 1983 tendo ao fundo o antigo conjunto arquitetônico: novas relações e usos revelados na deterioração do espaço público e do patrimônio.

Os efeitos da renovação urbana

No centro comercial, cabe destacar ainda os efeitos e a influência de uma imigração mais recente no processo de descaracterização e intensificação de uma renovação urbana processada sobre uma área de proteção patrimonial, especialmente a partir da década de 1970. Tal situação verificada em Corumbá favorece uma abordagem sobre a questão da desterritorialização enquanto temática pertinente à discussão dos problemas colocados à preservação patrimonial.

Cabe ressaltar que o efeito imediato provocado pela desterritorialização é o rompimento do vínculo do indivíduo com seu lugar de origem. Tal rompimento não implica em um simples distanciamento físico, mas numa ruptura com um sistema estruturado por objetos e relações sociais, juntamente com as representações e valores que os permeiam. É neste sistema – que podemos denominar como a instância do cotidiano – que se formula toda a existência do indivíduo, de modo que, mesmo que as representações sejam por ele reproduzidas em um novo lugar, elas serão parciais, pois estará ausente a estrutura de objetos e relações pela qual essas representações acontecem.

O segundo efeito é representado pela inserção do indivíduo em um novo sistema, ao primeiro momento estranho e com o qual sua estrutura sónica – pela qual mantém uma relação coerente com o mundo exterior – não se articula. O novo sistema constitui uma estrutura formada por novos objetos, novas relações e sobretudo novas representações e valores que lhes são estranhos. Nisto consiste a violência do processo de desterritorialização, no qual a quebra de uma composição coerente e estável entre indivíduo e sistema de relações o expõem a uma realidade alienada e obscura interposta entre a distância objetiva de sua antiga base de relações e a distância subjetiva do novo sistema, com o qual sua relação é, a princípio, incongruente.

Dessa incongruência advém o abalo dos fatores subjetivos de identidade e memória através da necessidade de reorganização sónica imprescindível ao estabelecimento da relação com a nova realidade, conforme explicitado por Santos (1997):

[...] o passado é um outro lugar, ou, ainda melhor, num outro lugar. No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio [...].

Quanto a este preceito, cabe mencionar que, assim como a desterritorialização e o fluxo de imigrantes de diversas origens constituíram fatores decisivos à construção da Corumbá portuária e cosmopolita na virada dos séculos XIX-XX, cuja materialidade remanescente se coloca hoje como elemento representativo de seu patrimônio ambiental urbano, mais recentemente, esses mesmos fatores colaboram para um processo de renovação, verificada a partir da aquisição de antigos imóveis por novos imigrantes que se dedicam sobretudo à atividade comercial.

A ausência de uma fiscalização patrimonial mais eficiente associada à falta de uma orientação aos novos proprietários sobre a representatividade dos imóveis por eles adquiridos resultou na descaracterização, e mesmo na demolição sistemática, entre as décadas de 1970 e 1990, de um conjunto arquitetônico composto por antigos prédios edificadas durante a fase áurea da cidade portuária. Tal processo incorreu na substituição de uma arquitetura de expressão artística, outrora presente nas fachadas dos antigos edifícios situados principalmente nos setores comerciais das ruas 13 de Junho, Delamare, Frei Mariano e Antônio Maria Coelho, por construções mais recentes e de natureza funcional, caracterizadas por uma nova arquitetura moderna e utilitária.

Esta situação expõe que, assim como no passado, o fenômeno da imigração permanece constituindo um fator importante no processo de (re)construção do urbano. No entanto, se outrora tal processo contribuiu para a definição de uma paisagem urbana constituída de um primor artístico capaz de conferir uma certa eloquência à cidade, hoje sua influência revela-se em uma contribuição material marcada pela singeleza arquitetônica que assiste a cidade em uma desventura urbanística onde o belo cede lugar ao inosso.

Capítulo 8

O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA PARA UMA NOVA RELAÇÃO PATRIMONIAL POSSÍVEL

A leitura até aqui apresentada enfatizou o patrimônio ambiental urbano de Corumbá como produto material do processo histórico que engendrou a construção da própria cidade. Assim, considerando que esta construção equivale a uma produção cultural contínua, e considerando a realidade ambientalmente contundente em que se processou a urbanização brasileira nas últimas décadas, tal qual a verificada em Corumbá, os aspectos da materialidade urbana representativos do seu patrimônio ambiental se apresentam como um saldo das formas potencialmente qualificadas que emergem de um processo de construção e desconstrução urbana conduzida ao sabor de uma relação socio-ambiental conflitante pelo disparate entre uma ordem social-privada e uma ordem institucional-pública.

A ênfase nessa sistemática constitui uma vertente salutar a uma abordagem sobre as questões que envolvem o interesse de preservação desse patrimônio, primeiro, como atributo definidor da identidade espacial da cidade e potencializador de sua qualidade ambiental, segundo, como recurso cultural favorável a um desenvolvimento urbano, a partir da ativação de um turismo cultural. Tal preocupação está explícita na formulação das duas hipóteses que constituíram objeto desta abordagem.

No âmbito de uma primeira hipótese, considera-se que a preservação dos valores ambientais e patrimoniais urbanos de Corumbá depende do desenvolvimento de uma consciência coletiva da sociedade local, pela qual estes possam ser reconhecidos como bens preserváveis. Por uma segunda hipótese avalia-se que essa preservação depende de uma ação mais incisiva do poder público no trato de uma gestão patrimonial.

O progresso tanto na construção dos pressupostos teóricos quanto na abordagem prática sustentada pelos objetivos propostos à realização do estudo de caso sistematizado no conteúdo deste trabalho, instruiu ao alcance dos seguintes entendimentos que seguem:

No âmbito das políticas públicas o patrimônio geralmente é designado mais pela institucionalização que dispensa à preservação patrimonial um caráter oficial através de leis e decretos de tombamento e proteção, e menos por um reconhecimento coletivo de sua importância social e ambiental, o que poderia dispor sua preservação como prática cotidiana efetivada na relação socioambiental.

O certo é que a preservação do patrimônio pouca importância tem para quem este não dispõe de qualquer significado especial, mesmo que seu reconhecimento tenha pleno vigor num plano institucional que, em nível de Brasil, apresenta-se deficiente em fazer cumprir os diplomas estabelecidos. Nestas condições é que se verifica uma descaracterização que, amiúde, compromete o conjunto arquitetônico remanescente do centro antigo, mesmo estando localizado em uma área de proteção patrimonial.

Ainda quanto a isso, reporta-se que no centro comercial, ao longo das décadas de 1980 e 1990, um notável conjunto remanescente do início do século XX localizado em especial nas ruas Delamare, 13 de Junho e Frei Mariano foi “posto abaixo” em favor de uma nova arquitetura funcional e pós-moderna, à medida em que os imóveis passaram a ser adquiridos por novos proprietários, dentre os quais, a maioria constituída por imigrantes palestinos recém chegados à cidade.

A ação humana no mundo exterior é movida pela consciência que assiste a construção de um conhecimento favorável à significação dos objetos pelos quais se tornam reconhecidos e valorizados. Salienta-se, porém, que este (re)conhecer implica sempre em um conhecer anterior. Assim, a informação sobre algo, a partir do momento em que é revelada à consciência, constitui um mecanismo cognitivo poderoso que pode induzir a uma mudança no julgamento de valor e, conseqüentemente, de atitude, frente ao objeto dado.

Neste sentido, considera-se que o ideal da preservação patrimonial possa advir de uma medida de médio e longo prazos que consista na construção de uma nova consciência capaz de determinar uma nova relação da sociedade com a cidade e seu patrimônio. No entanto, cabe considerar que no sentido de “construção” encontra-se implícito um princípio de “ação”. Logo, o desenvolvimento de uma consciência de valorização do patrimônio implica necessariamente um conjunto de práticas que só podem ser assumidas no âmbito de uma gestão patrimonial

por parte do poder público, o qual dispõe dos instrumentos de regulamentação, fiscalização e principalmente de educação, necessários a essa finalidade.

A segunda hipótese se destaca como caminho mais favorável à resolução do problema referente à preservação do patrimônio ambiental urbano de Corumbá, uma vez que a primeira hipótese só pode ser validada quando inserida no contexto do desenvolvimento de uma ação pública que implique em um “repensar” da sociedade em sua relação com a cidade e seu patrimônio.

A este propósito, vale destacar as iniciativas da educação patrimonial e ambiental, inseridas no sistema de ensino, enquanto viés à formação de uma consciência de preservação. Iniciativas neste sentido já são assumidas no âmbito de projetos interdisciplinares por algumas escolas públicas.

Torna-se digno de exemplo o projeto “Trilha Ecológica” desenvolvido por professores e alunos da Escola Municipal Cássio Leite de Barros, localizada na periferia da cidade e beneficiada por sua proximidade com morraria oeste do bairro Nova Corumbá. O projeto consiste em uma aula de educação ambiental de caráter interdisciplinar em que os alunos, orientados por professores, adentram a floresta decidual submontana da morraria, percorrendo uma trilha pela qual passam a experienciar um contato íntimo com a mata.

Os recursos investidos para realização do projeto são mínimos, o resultado, no entanto é substancial. À medida em que os alunos passam a conhecer as propriedades ecológicas e ambientais da biodiversidade da mata acabam por reconhecer os benefícios da morraria e de sua preservação no desempenho, dentre outros fatores, de um conforto ambiental aos bairros da parte alta de Corumbá. Neste aspecto, a transformação da consciência que pode conduzir à construção de novas formas de relação com a morraria que conduza ao benefício de sua preservação.

Essas iniciativas, porém, somente são válidas como medidas de longo prazo, face ao tempo necessário à produção de resultados. O certo é que o ritmo em que se processa a degradação do patrimônio ambiental urbano de Corumbá impõe a necessidade de ações mais urgentes por parte do poder público, com vistas ao controle da ação social sobre a cidade, utilizando-se dos meios disponibilizados nos próprios instrumentos normativos já existentes.

Convém reportar que, mesmo que a cidade se constitua uma construção coletiva, ela está – ao menos conceitualmente – sempre presente de um arbítrio estatal que através do seu “poder público”, dispõe da autoridade de gestão e regulamentação do urbano. Cabe ao estado, sobretudo enquanto poder público municipal, o importante papel na formulação e condução de uma iniciativa de planejamento que se efetive como medida à redução dos conflitos urbanos,

inclusive no que importe à preservação dos seus atributos patrimoniais, em conjunto com uma participação popular.

Foi justamente esta a proposta que acompanhou todo o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Corumbá, transformado em Lei Municipal Complementar nº. 098, em 09 de outubro de 2006. Conduzido pelo poder público municipal, seu processo de elaboração envolveu a participação de parcela significativa de diferentes instituições e segmentos da comunidade local, apresentando propostas relacionados aos mais diversos temas urbanos que, posteriormente, subsidiaram a elaboração das diretrizes de planejamento para a cidade constantes naquele documento.

No caso específico da preservação patrimonial, as propostas apresentadas resultaram na constituição de uma “Área Especial de Interesse Cultural”, que envolve a área ocupada pelo conjunto arquitetônico remanescente inventariado e apresentado neste trabalho, bem como as “Áreas de Proteção Ambiental da Morraria e Encosta Ribeirinha”. A proposta é que essas áreas disponham de um caráter de preservação que considere a especificidade de seus atributos ambientais e culturais como importantes para garantia da identidade espacial e de uma qualidade ambiental urbana.

A proposta de que essas áreas, bem como as diretrizes do Plano Diretor Participativo, sejam regulamentadas e geridas por um “Conselho da Cidade”, constituído por representantes do poder público municipal e de diferentes segmentos da comunidade, reforça o aspecto da participação no ideal da construção coletiva de uma civilização urbana.

Mesmo em sua forma embrionária, acredita-se que o processo de efetivação desse instrumento de regulamentação urbanística possa de fato constituir uma restauração da cumprilidade e coerência entre as ordens pública e privada que tão bem soube construir uma cidade de outrora e que, pelo predomínio do sublime e da eloquência, perseverava mais intensamente num ideal de civilidade emanado do cotidiano de seus habitantes.

Assim como a experiência transcendente de Jacó o fez despertar para uma nova consciência sobre o lugar em que estava, a ponto de convertê-lo de um lugar banal a um ambiente sagrado, a construção de uma consciência coletiva de valoração patrimonial poderá despertar Corumbá para uma nova transformação espacial, favorável ao seu desenvolvimento e ao bem estar de seus moradores, aproveitando-se da mais nobre e eloquente herança do seu processo histórico: o seu patrimônio ambiental urbano.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, C. **El modo intemporal de construir**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

ARGAN, C. G. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AVIGHI, C. M. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

AZEVEDO, F. **Um trem corre para o oeste**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

BAHIA. **Inventário de proteção do acervo cultural**: monumentos do município de Salvador. 2. ed. Salvador, 1984.

BANDUCCI JÚNIOR, A.; BARRETO, M. (Org.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.

BELLO, A. A. **Fenomenologia e ciências humanas**: psicologia, história e religião. Bauru: Edusc, 2004.

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BOBEK, H.; SCHMITHÜSEN, J. A paisagem e o sistema lógico da geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BOSI, V. Núcleos históricos: recuperação e revitalização – a experiência de Olinda. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 21, 1986.

BRAGA, J. L. R. A dimensão simbólica da identidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. CD-ROM.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP)**. Diagnóstico dos Meios Físico e Biótico, Brasília, DF, v. III, 1997.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

CAMPOS, H. A. C. Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central do Recife. **GEOUSP**: espaço e tempo, São Paulo, n. 11, 2002.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997.

CARLOS, A. F. A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M. et al. **Fim de século e globalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994.

CARVALHO, P. F. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. [S.l.]: Paz e Terra, 2009.

_____. Campo e perspectiva da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

_____. O papel da nova geografia cultural na compreensão da raça humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CASTRO, I. E. Paisagem e turismo: de estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

CAVASSA, M. **Memorandum de Manoel Cavassa**. Apresentação e notas: Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa. Campo Grande: UFMS, 1997.

CHAVES, E. S. Ordenación, planificación y gestión de los espacios turísticos: aspectos teórico-metodológicos. **Tendencias** – Turismo: enfoques y perspectivas, Córdoba, ano 2, n. 4, p. 11-16, 2008.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CORRÊA, L. S. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870-1920.** [S.l.; s.n.], 1981.

CORRÊA, R. L. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O espaço urbano.** 4. ed. 3. imp. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).

_____. Carl Sauer e a escola de Berkeley: uma apreciação. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z.. (Org.). **Matrizes da geografia cultural.** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: _____; _____ (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CORRÊA, V. B. A História de Mato Grosso do Sul começa em Corumbá. **Grifo**, Campo Grande, n. 5, 1979.

_____. Corumbá: 200 anos de história. **Educação em Mato Grosso**, n. 4, [s.l.], p. 28-31, jul./ago. 1978.

CORUMBÁ. Lei complementar nº 98, de 09 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Municipal de Corumbá. Corumbá, 2006.

_____. **Diagnóstico sobre a capacidade institucional do município de Corumbá no setor urbano/habitacional para o atendimento às populações de baixa renda.** Corumbá, 2002. 73 p. (Documento preliminar).

_____. Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. **Casario do porto de Corumbá:** parte da história do Pantanal. Corumbá, 2001.

_____. Lei complementar nº 004, de 07 de novembro de 1991. Institui o Código de Posturas do Município de Corumbá. Corumbá, 1991. 83 f.

_____. Decreto municipal nº 91, de 20 de agosto de 1990. Perímetro urbano do município de Corumbá. Altera os decretos 10/1970, 30/1975 e 123/1976. Corumbá, 1990.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, A. I. C. **Levantamento e caracterização das áreas de risco de alagamento, inundação e deslizamento da área urbana de Corumbá e Ladário.** 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)–Câmpus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2003.

COSTA, R. H. Filosofia, geografia e crise da modernidade. In: FERNANDES, B. M. (Ed.). **Terra Livre 7 – Geografia: pesquisa e prática social**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros; Marco Zero, 1990.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

_____. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

CURY, I. **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DIAS, R. Turismo, identidade e folclore. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, Campinas, v. 1, n. 1, 2001.

DUNCAN J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

FERRARA, L. d'A. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

FONTES, L. H. et. al. Preservação e desenvolvimento: as duas faces de uma moeda urbana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 21, 1986.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Arquitextos**, ano 1, out. 2000.

_____. Memória histórica e cultura material. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 17-31, set. 1992/ago. 1993.

GANDY, M. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GARDIN, C. Características do planejamento governamental brasileiro e a influência norte-americana. **Geopantanal**, Corumbá, v. 1, p. 7-27, 2000.

GEORGE, P. **Os métodos da geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GERALDES, E. Patrimônio ambiental urbano: atualizando o conceito para um turismo urbano possível. **Revista UNIBERO de Turismo e Hotelaria**, São Paulo, 2004.

GONÇALVES Jr., A. J. et. al. **O que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GONÇALVES, J. C. **Análise ambiental da região de Corumbá/MS**: caracterização da paisagem e problemas ambientais. 1999. 346 p. Tese (Doutorado em Geografia)–Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOULART, M.; SANTOS, R. I. C. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. **Turismo: visão e ação**, Itajaí, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998.

GUIZZO, J. O. O turismo: uma saída para tirar a cidade branca do vermelho? **Grifo**, Campo Grande, n. 5, 1979.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HEMERLY, E. V. **O geoprocessamento no planejamento ambiental**: parque estadual de Campos do Jordão/SP. 2002. 184 p. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/sidra>>. Acesso em: 22 abr. 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Manual do SPRING Versão 3.4**. São José dos Campos, 2000.

ISQUIERDO, S. W. G. **Análise integrada da sub-bacia da Lagoa Negra – MS**: um ensaio de cartografia temática com aplicação de SIG. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ITO, C. A. **Corumbá**: o espaço da cidade através do tempo. Campo Grande: UFMS, 2000.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

LE COUBESIER. **A carta de Atenas**. Trad. Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

LE MOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LYNCH, K. **La buena forma de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

_____. A cidade como meio ambiente. In: DAVIS, K. (Org.). **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MATO GROSSO DO SUL. **Produto Interno Bruto dos municípios de Mato Grosso do Sul: 1997-2004**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia, 2005.

MENEGOTTO, R. Arquitetura e história: anotações sobre o momento pós-moderno. **Revista Histórica**, Porto Alegre, n. 2, 1997.

MENESES, U. T. B. de. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, A. (Org.). **Cultura brasileira, temas e situações**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Os “usos culturais” da cultura. In: YÁZIGI, E. A.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

_____. A problemática do imaginário urbano: reflexões para um tempo de globalização. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 55, jan./dez. 1997. 224 p.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objetivo (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1993.

_____. O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, set. 1984/abr. 1985.

_____. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **CJ Arquitetura**, São Paulo, n. 19, 1978.

MINAMI, I. Paisagem urbana de São Paulo: publicidade externa e poluição visual. **Arquitextos**, ano 2, jun. 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Projeto Corumbá/MS: marco de referência e marco lógico. **Caderno 2/9**, [s.l.], 2002.

MINISTÉRIO DO INTERIOR/SERPHAU. **Plano de desenvolvimento local integrado do município de Corumbá**. Brasília: Cia. Nacional de Planejamento Integrado S/A, 1971. v. II.

MONTEIRO, M. J. **Efeitos ambientais da urbanização de Corumbá – MS**. Brasília: IBAMA, 1997.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002.

MORETTI, E. C. **Problemática ambiental no urbano**: análise da ocupação do espaço e sua relação com a natureza no Pantanal (Corumbá). 1996. 145 p. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 1996.

NEVES, P. P. C. **A privatização do patrimônio ambiental urbano**: experiência em Diamantina. [S.l.; s.n.], 2002. (Texto digitado).

NICOLAS, D. H. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1996.

PAIXÃO, R. O. **Turismo na fronteira**: identidade e planejamento de uma região. Campo Grande: UFMS, 2006.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PENNA, N. A. Urbanização, cidade e meio ambiente. **GEOUSP**: espaço e tempo, São Paulo, n. 12, 2002.

PEREIRA, J. G. et. al. **Análise ambiental da região portuária de Corumbá – MS**. [S.l.; s.n.], 2002. 24 p.

PEREIRA, J. G.; PAIXÃO, R. O. Breves considerações sobre a atividade turística em Corumbá – MS. **Geopantanal**, Corumbá, n. 5, p. 56-62, 1999.

PINTO, G. J. Planejamento estratégico e city marketing: a nova face das cidades no final do século XX. **Revista Caminhos de Geografia**, [s.l.], mar. 2001.

PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. 2. ed. Manole: São Paulo, 2002.

PROJETO monumental: a revitalização do patrimônio cultural com apoio do BID. **Hospedagem Brasil**, São Paulo, n. 9, mar. 2002.

RAMIRES, M. Corumbá: e agora? **Grifo**, Campo Grande, n. 5, 1979.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. **Geopantanal**, Corumbá, n. 3, jan./jun. 1998.

RODRIGUES, G. S. S. C. A Geografia das representações: um estudo das paisagens do Parque Nacional da Serra da Canastra – MG. **GEOUSP**: espaço e tempo, São Paulo, n. 11, 2002.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 15-24.

SALGUEIRO, H. A. A cidade, artefato cultural do espaço e do tempo: o caso de Belo Horizonte. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS Jr., O. A. **Reforma urbana**: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE; UFRJ-IPPUR, 1995.

SANTOS, C.; PEREIRA, J. G. **Breves considerações sobre a geografia do turismo na área urbana de Corumbá-MS**. 2000. 63p. Monografia (Especialização em Geografia)–Departamento de Ciências do Ambiente, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2000.

SANTOS, C. Turismo e lugar: o planejamento turístico em pequenos municípios. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. CD-ROM.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. Cidades brasileiras: é possível um planejamento cidadão? In: CIDADES BRASILEIRAS: DESEJOS E POSSIBILIDADES, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: PLANURB; Mídia fácil; BW 3, 2000. CD-ROM.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **Espaço e método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997b.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Espaço e sociedade.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

SEIXAS, J. A. Halbwachs e a memória: reconstrução do passado, memória coletiva e história. **Revista História,** São Paulo, v. 20, 2001.

SILVA, A. B. **Sistemas de informações geo-referenciadas:** conceitos e fundamentos. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Antropológicas,** Porto, n. 4, 2000.

SILVA, J. S. V. (Org.). **Zoneamento Ambiental da Borda Oeste do Pantanal:** maciço do Urucum e adjacências. Brasília: Embrapa, 2000.

SOUZA, L. G. de. **História de Corumbá.** [S.l.; s.n.], [1984].

SOUZA, J. C. **Sertão cosmopolita:** a modernidade de Corumbá (1872-1918). 2001. 311 p. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TAVARES, R. L. D. A geografia do patrimônio fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. CD-ROM.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TULIK, O. Turismo e repercussões no espaço geográfico. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 1, n. 2, 1990.

VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 34, n. 1, 1972.

VASCONCELOS, P. A. Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s. n.], 2001.

VESENTINI, J. W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

YÁZIGI, E. A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes. **GeoINova**, Lisboa, n. 12, 2006.

_____. **Civilização urbana**. São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. Roteiro básico para a incorporação do turismo nas rotinas municipais. **Geopantanal**, Corumbá, n. 06, ago./dez. 2003b.

_____. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **A alma do lugar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Turismo, uma esperança condicional**. São Paulo: Global, 1999.

_____. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. da (Org.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Corumbá, uma excepcionalidade turística**. [S.l.; s.n.]. 8 p. (Texto digitado).

ZAHN, C. E. Política de desenvolvimento urbano condicionante para o processo de planejamento local e municipal. In: BRUNA, G. C. **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1981.

Diagramação, Impressão e Acabamento



Rua Fagundes Varela, 967
Cep 19802 150 • Assis • SP
Fone: (18) 3322-5775
Fone/Fax: (18) 3324-3614
vendas@graficatriunfal.com.br
www.graficatriunfal.com.br